

Adilson Tadeu Basquerote
(Organizador)

GEOGRAFIA E SOCIEDADE:

compreendendo as
dinâmicas globais

3

 **Atena**
Editora
Ano 2024



Adilson Tadeu Basquerote
(Organizador)

GEOGRAFIA E SOCIEDADE:

compreendendo as
dinâmicas globais

3

 **Atena**
Editora
Ano 2024



Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Camila Alves de Cremo

Ellen Andressa Kubisty

Luiza Alves Batista

Nataly Evilin Gayde

Thamires Camili Gayde

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2024 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2024 Os autores

Copyright da edição © 2024 Atena

Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora
 Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
 Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade de Coimbra
 Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
 Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
 Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
 Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
 Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
 Profª Drª Caroline Mari de Oliveira Galina – Universidade do Estado de Mato Grosso
 Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
 Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
 Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
 Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
 Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
 Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
 Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
 Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
 Profª Drª Geuciane Felipe Guerim Fernandes – Universidade Estadual de Londrina
 Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes
 Claros
 Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
 Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
 Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
 Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
 Prof. Dr. Jodeyson Islony de Lima Sobrinho – Universidade Estadual do Oeste do
 Paraná
 Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
 Profª Drª Juliana Abonizio – Universidade Federal de Mato Grosso
 Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
 Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
 Profª Drª Kátia Farias Antero – Faculdade Maurício de Nassau
 Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
 Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
 Profª Drª Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
 Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
 Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
 Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
 Profª Drª Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
 Profª Drª Marcela Mary José da Silva – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
 Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
 Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
 Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
 Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
 Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
 Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
 Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-
 Oeste

Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Federal da Bahia /
Universidade de Coimbra

Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de
Janeiro

Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Geografia e sociedade: compreendendo as dinâmicas globais 3

Diagramação: Ellen Andressa Kubisty
Correção: Yaiddy Paola Martinez
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizador: Adilson Tadeu Basquerote

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)	
G345	Geografia e sociedade: compreendendo as dinâmicas globais 3 / Organizador Adilson Tadeu Basquerote. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2024. Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-65-258-2479-6 DOI: https://doi.org/10.22533/at.ed.796242803 1. Geografia. 2. Território. I. Basquerote, Adilson Tadeu (Organizador). II. Título. CDD 910
Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código Penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

A obra: **“Geografia e sociedade: compreendendo as dinâmicas globais 3”** é resultado de esforços de investigadores de diferentes áreas e contextos. Seus capítulos são um convite a reflexão sobre o cenário geográfico contemporâneo à luz das teorias que contemplam os saberes e fazeres da área.

Entre os temas abordados destacam-se a reestruturação urbana, geopolítica, inteligência artificial, agropecuária, licenciatura em geografia, geografia e gastronomia, inovação e o Estado, cultura e geografia, agricultura familiar e o Programa Nacional de Alimentação Escolar, territorialidade escolar, gestão de risco. Tais pesquisas, resultam investigações de diferentes regiões e instituições brasileiras e uma proveniente de Yaguajay, Cuba.

O livro é composto por dez capítulos, que entrelaçam pesquisas empíricas e teóricas, que abarcam distintos conceitos da Geografia e de outras áreas do conhecimento. Assim, reflete o cenário de estudos recentes, contextualizados, e com aprofundamento científico para a área que se propõe. Além disso, suas pesquisas se configuram com um contributo no entendimento da construção do espaço geográfico, suas nuances e contradições. Além disso, reforça a prerrogativa da Atena Editora, na publicação de obras que vão ao encontro da dinamização científica nas diferentes áreas do conhecimento.

Que a leitura seja convidativa!

Adilson Tadeu Basquerote

CAPÍTULO 1 1

ANÁLISIS DE PERCEPCIÓN SOCIAL EN LA GESTIÓN DE RIESGO ASOCIADA A PELIGROS HIDROMETEOROLÓGICOS SEVEROS EN LA COMUNIDAD SIMÓN BOLÍVAR (VITORIA) DEL MUNICIPIO YAGUAJAY, CUBA

Marilys Castro Castillo

Félix Pentón Hernández

Midiala Rodríguez Reyes

Leidy Aquino Pérez

Carlos Alemán Luna

José Alexis Rodríguez Gago

Adilson Tadeu Basquerote

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7962428031>

CAPÍTULO 2 17

AS CONDIÇÕES ATUAIS DOS CURSOS DE LICENCIATURAS EM GEOGRAFIA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Ana Claudia Ramos Sacramento

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7962428032>

CAPÍTULO 3 34

TERRITORIALIDADES ESCOLARES: ENSAIO A RESPEITO DAS DINÂMICAS ESPACIAIS DE UM COLÉGIO

Leonardo dos Reis Mendonça

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7962428033>

CAPÍTULO 4 45

INCORPORAÇÃO DA INOVAÇÃO NAS DIRETRIZES E ESTRATÉGIAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Ana Ivone Salomon Marques

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7962428034>

CAPÍTULO 5 65

A MAIS RECENTE REESTRUTURAÇÃO URBANA DA METRÓPOLE BELO HORIZONTE E A AÇÃO DOS AGENTES SOCIAIS DO MERCADO IMOBILIÁRIO

Ramon Coelho Duarte

Ana Carolina Zago

Ronaldo Terres Ferreira Junior

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7962428035>

CAPÍTULO 6 84

ONDE ESTÁ A CULTURA NA GEOGRAFIA? – UMA BREVE DISCUSSÃO A RESPEITO DO ESPAÇO, HISTÓRIA E NEGACIONISMO

Ana Paula Mendonça

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7962428036>

CAPÍTULO 7	95
A PRODUÇÃO LEITEIRA E OS CUSTOS DE PRODUÇÃO NUMA PROPRIEDADE RURAL NO MUNICÍPIO DE MARAU AO NORTE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	
Marlene da Silva Santos Menegussi	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.7962428037	
CAPÍTULO 8	111
O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE) E A AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE MUNIZ FREIRE – ES	
Gustavo Vieira da Silva	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.7962428038	
CAPÍTULO 9	117
GEOGRAFIAS DO GOSTO: USOS CULINÁRIOS DA FARINHA DE MILHO NO BRASIL E NA ITÁLIA	
Alanda Lopes Quotizzato Martins	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.7962428039	
CAPÍTULO 10.....	127
A NOVA FRONTEIRA DIGITAL: GUERRA HÍBRIDA E O IMPACTO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA SOBERANIA DOS PAÍSES DA AMÉRICA DO SUL	
Alécia Vieira Caixeta	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.79624280310	
SOBRE O ORGANIZADOR	135
ÍNDICE REMISSIVO	136

ANÁLISIS DE PERCEPCIÓN SOCIAL EN LA GESTIÓN DE RIESGO ASOCIADA A PELIGROS HIDROMETEOROLÓGICOS SEVEROS EN LA COMUNIDAD SIMÓN BOLÍVAR (VITORIA) DEL MUNICIPIO YAGUAJAY, CUBA

Data de aceite: 01/04/2024

Marilys Castro Castillo

Departamento de Conservación y Manejo.
Parque Nacional Caguanes, Cuba
<https://orcid.org/0000-0002-4356-1321>

Félix Pentón Hernández

Subdelegación de Medio Ambiente
provincia Sancti Spíritus, Cuba
<https://orcid.org/0009-0001-9321-8361>

Midiala Rodríguez Reyes

Departamento de Conservación y Manejo.
Parque Nacional Caguanes, Cuba)
<https://orcid.org/0000-0002-6867-4330>

Leidy Aquino Pérez

Subdelegación de Medio Ambiente
provincia Sancti Spíritus, Cuba
<https://orcid.org/0009-0005-0065-7445>

Carlos Alemán Luna

Departamento Científico – Técnico.
Parque Nacional Caguanes, Cuba
<https://orcid.org/0009-0008-7732-4974>

José Alexis Rodríguez Gago

Dirección de Desarrollo Local AMPP
Yaguajay, Cuba
<https://orcid.org/0009-0001-8859-9809>

Adilson Tadeu Basquerote

Centro Universitario Para el Desarrollo del
Alto Valle del Itajaí (UNIDAVI), Brasil
<https://orcid.org/0000-0002-6328-1714>

RESUMEN: El presente artículo tiene como objetivo presentar la manera en que se ha abordado el estudio de la percepción del riesgo de desastre con enfoque de género ante los peligros hidrometeorológicos extremos: fuertes vientos e inundaciones temporales por intensas lluvias y penetración del mar en la población de la comunidad Vitoria en el municipio de Yaguajay, provincia Sancti Spíritus en Cuba, desde la perspectiva sociológica de la complejidad ambiental. Se hizo uso del método cualitativo y cuantitativo de la investigación social. Se aplicaron las técnicas de análisis de contenido a las más importantes publicaciones estadísticas y de resultados de investigación sobre la zona costera de referencia; y el cuestionario a una muestra de 100 habitantes con un margen de error del 10%. Los resultados obtenidos desde el análisis de la complejidad ambiental concluyen que: la población residente de la comunidad Simón Bolívar, presenta una alta vulnerabilidad social ante los peligros naturales agravados por el impacto del cambio climático. Esta necesita de mayor información, capacitación y participación en el enfrentamiento a dichos peligros que le permita elevar la percepción del riesgo y la construcción de una cultura de la

seguridad en las comunidades costeras. Los recursos naturales y costeros del municipio aún no constituyen referentes de protección costera para algunos de sus habitantes en sus propuestas de medidas para la adaptación al cambio climático.

PALABRAS-CLAVE: complejidad ambiental; impacto del cambio climático; población; vulnerabilidad social

INTRODUCCIÓN

El cambio climático es el desafío más grande que tienen los gobiernos y países del mundo. (IPCC, 2014; Díaz, 2012). Los desequilibrios generados por la actuación de los modelos neoliberales irracionales sobre la naturaleza pasan facturas a las sociedades contemporáneas (Ramonet, 2020). Se incrementan los riesgos de la población a escala mundial ante los nuevos peligros con el cambio del clima y el agravamiento de los problemas ambientales históricamente acumulados en nuestras sociedades (IPCC, 2019a; IPCC, 2019b). Aumentan las vulnerabilidades de países y poblaciones, lo cual genera complejas situaciones económicas, sociales y ambientales (Santiago-Lastra, 2008; Honty, 2007).

Cuba, como nación insular, está expuesta a los riesgos que supone el cambio del clima. Es por ello que desde 1990 presentó el Programa de la sociedad cubana para el enfrentamiento del cambio climático. En el año 2007 ya presentaba importantes resultados, los cuales se compilaron y desarrollaron bajo el macroproyecto “Peligros y vulnerabilidad costera para los años 2050-2100”. En la actualidad estos estudios se han multiplicado con importantes contribuciones de profesionales de diferentes disciplinas científicas pertenecientes a diferentes universidades, instituciones científicas de diferentes sectores y ministerios en el país. Lo anterior va generando una producción científica importante para la toma de decisiones sobre el tema de referencia, y para la construcción de políticas públicas pertinentes para la adaptación de Cuba a los nuevos escenarios climáticos (Pérez, Milanés y Poveda, 2018).

Desde el año 2006 a través la Directiva 1 del vicepresidente del Consejo de Defensa Nacional para la planificación, organización y preparación del país en situaciones de desastres, se encarga el Ministerio de Ciencia Tecnología y Medio Ambiente de realizar los Estudios de Peligro, Vulnerabilidad y Riesgo de Desastres con el empleo del potencial científico del país.

En abril del 2017 los Consejos de Estado y de Ministros de la República de Cuba aprobaron el Plan del Estado para el Enfrentamiento al Cambio Climático, también conocido como Tarea Vida. En ella se realizó una propuesta integral para el enfrentamiento a este riesgo, en la que se presenta una primera identificación de zonas y lugares priorizados, sus afectaciones y acciones a acometer. El plan está organizado en 5 acciones estratégicas y 11 tareas, en cuyo orden de prioridad en su implementación está: preservar la vida de las personas (población amenazada), la seguridad física y alimentaria, así como el desarrollo del turismo (Ministerio de Ciencia, Tecnología y Medio Ambiente [CITMA], 2017).

Un factor primordial para la prevención y mitigación de las posibles afectaciones que estos peligros ocasionan, radica, en el comportamiento que desplieguen las poblaciones ubicadas en zonas susceptibles a ser afectadas por peligros, en su capacidad de actuar a tiempo, con disciplina, solidaridad y confianza en las instituciones encargadas.

Los nuevos enfoques sobre educación, capacitación e información pública enfatizan la importancia de explicar e identificar la vulnerabilidad como causa de riesgo, de ahí la necesidad de que todas las personas tomen conciencia de que el riesgo es posible intervenirlo o modificarlo al reducir las condiciones que lo propician y la comprensión de que los fenómenos de la naturaleza son una amenaza mayor en la medida que aumenta la vulnerabilidad de los asentamientos humanos, de ahí la importancia de poder hacer una valoración del grado en que los factores sociales puedan incrementar la misma, de esta forma los estudios de percepción de riesgo tienen como fin conocer los conocimientos y modos de actuación ante peligros naturales en poblaciones expuestas.

Este artículo tiene como propósito presentar la manera en que se ha abordado el estudio de la percepción del riesgo de desastre con enfoque de género ante los peligros hidrometeorológicos extremos: fuertes vientos e inundaciones temporales por intensas lluvias y penetración del mar en la población de la comunidad Vitoria en el municipio de Yaguajay, provincia Sancti Spíritus, en la costa norte del centro de Cuba.

DESARROLLO

El archipiélago cubano es muy vulnerable al cambio climático global, dado su condición de pequeño estado insular situado en la región tropical del planeta. La temperatura media anual de Cuba muestra un incremento de 1.0 °C en el período 1951-2017. (CITMA, 2020) Desde 1980-2017, se observa que los períodos cálidos son cada vez más frecuentes y los fríos disminuyen. Por lo general, las noches y días cálidos se incrementan, mientras que las noches y días fríos decrecen.

En los indicadores de los extremos climáticos derivados de la lluvia, hay una prevalencia de tendencias al aumento de eventos de lluvia intensa (días con precipitaciones superiores a los 50 mm) y en el número de días consecutivos secos, mientras que el número de días consecutivos húmedos disminuyen. (CITMA, 2020). Decrece la cobertura nubosa media anual y estacional, aumentan los valores de radiación solar directa sobre la superficie, aumentando la evaporación y el déficit hídrico (CITMA, 2020).

Entre el 2001 y el 2017, el país ha sido afectado por 12 huracanes, de los cuales 10 han sido intensos. Esta fuerte actividad de huracanes intensos sobre Cuba observada desde el 2001, está condicionada ante todo a los muy altos valores de la temperatura del mar en el Atlántico tropical registrados desde 1998. (CITMA, 2020).

Según la Tercera Comunicación de Cuba al Panel Intergubernamental para el Cambio Climático pronostica, un incremento de la temperatura anual del aire para Cuba

superior a 1.0 °C para el 2030, próximo a 2.0°C en el 2050 y a 3.5°C para 2070, con respecto al período de referencia 1961-1990 (CITMA, 2020) En el caso de los cambios en la precipitación, resalta la característica de una reducción próxima al 5-10 % para 2050 y del 10-25% para 2070. (CITMA, 2020). De esta forma, se predice que el clima de Cuba transita con una marcada tendencia a ser más cálido, seco y extremo, como resultado de un efecto invernadero intensificado en la atmósfera terrestre. (CITMA, 2020).

Las proyecciones del aumento del nivel mar realizadas en la primera década del presentes siglos mostraron un ascenso de 27 cm para 2050 y de 85 cm para 2100, en el 2019 se realizó una nueva corrección de los cálculos teniendo en cuenta la modelación de ciclo del carbono con su retroalimentación con el clima, una sensibilidad climática de 3.0 °C, circulación termohalina variable y derretimiento del hielo y los nuevos resultados obtenidos son 29.3 cm en 2050 y 95.0 cm en 2100. (IGA, 2019).

Desde el punto de vista meteorológico el municipio Yaguajay se ve comúnmente afectado por fenómenos peligrosos, entre los que se encuentran las lluvias localmente intensas, las tormentas locales severas, sequía y los ciclones tropicales, sin duda estos últimos son los más importantes por el enorme impacto que provocan sobre las vidas humanas, las diferentes actividades económicas productivas y el medio ambiente.

También existe el gran desafío que representa para la comunidad científica conocer a los ciclones tropicales “enormes y violentas máquinas energéticas”, lo que los hace clasificar como el más destructivo de los sistemas atmosféricos.

Ante estas realidades, quizás como nunca antes en nuestra historia, estamos expuestos los seres vivos, valores económicos y sociales. Esto nos obliga a conocer estos fenómenos para disponer de planes de reducción de riesgos de desastres en función de evitar la pérdida de vidas humanas y disminuir los daños que pueden producir. La Figura 1 presenta el Mapa de ubicación geográfica del Municipio Yaguajay.



Figura 1. Mapa de ubicación geográfica del Municipio Yaguajay.

Fuente: Elaborado por los autores (2023).

Dada la ubicación geográfica del municipio Yaguajay, en el centro norte de Cuba, es común la afectación de ciclones tropicales ya sea de forma directa o indirecta. Recibiendo el efecto de los vientos de un H5 solo una vez en 232 años y un mayor número de casos con vientos estimados de CT1 y TT (36). El período de retorno de un huracán de baja intensidad para el municipio de Yaguajay es de 5.7 años y de 220 años para uno de gran intensidad (H4 o H5). (CMP, 2019). La tabla 1, presenta la Escala de Saffir-Simpson para la clasificación de los Huracanes.

Categoría Ciclón Tropical	Municipio Yaguajay (220 años)
H5	1
H4	0
H3	0
H2	7
H1	17
TT	19
Menos de TT	7
Total	51

Tabla 1. Escala de Saffir-Simpson para la clasificación de los Huracanes.

Fuente: Centro Meteorológico Provincial de Sancti Spíritus (2023).

El poder destructor del viento aumenta rápidamente con su velocidad, ya que depende no de la velocidad en sí del viento, sino del cuadrado de esa velocidad. (INSMET,2022). Los vientos de una Depresión Tropical son usualmente débiles y solo son capaces de ocasionar daños en estructuras débiles o en cultivos de poca raíz y amplio follaje como el plátano. En una tormenta tropical son lo suficientemente fuertes como para representar una cierta amenaza. Los vientos de intensidad de huracán pueden fácilmente destruir una casa o un edificio cuya estructura es de mala calidad (INSMET, 2022).

Durante un huracán, los escombros, los carteles, las tejas y materiales que se desprenden de los techos y cualquier objeto pequeño que se haya dejado afuera, se transforman en proyectiles. La penetración del mar constituye un evento muy peligroso que puede generar desastres en las zonas costeras. La costa norte de la provincia de Sancti Spiritus perteneciente al municipio Yaguajay está expuesta a este peligro al paso de los ciclones tropicales (CITMA, 2012). La Figura 2 presenta el mapa de inundaciones por penetración del mar.

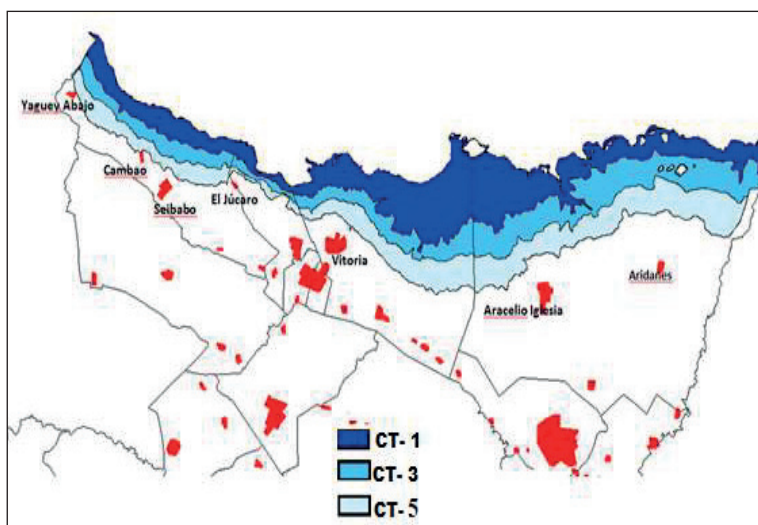


Figura 2. Mapa de inundaciones por penetración del mar.

Fuente: Estudio de peligros, vulnerabilidades y riesgos de inundaciones por penetración del mar en la provincia de Sancti Spiritus (2012).

Inundaciones fluviales es un fenómeno que tiene su origen en causas naturales y tecnológicas. Las primeras debidas a la intensidad y cantidad de las precipitaciones, relacionadas con el grado de humedad antecedente en los suelos y la morfometría de los cauces; también son consecuencia de la retención de la salida del agua fluvial ante el ascenso del nivel del mar que se produce como consecuencia de la surgencia. Las inundaciones de origen tecnológico son debidas a fallas estructurales en obras civiles, principalmente presas y aliviaderos; drenajes pluviales inadecuados, y falta de mantenimiento a obras de evacuación, entre otras (CITMA, 2012).

En las ciudades y asentamientos de menor categoría, pueden producirse inundaciones significativas, incluso con láminas pequeñas de precipitación, debido a deficiencias en los sistemas de drenaje. Se considera lluvia intensa, como la precipitación que produce acumulados de 100 mm o más en un período de 24 horas o menos; o 50 mm o más en 12 horas o menos (INSMET, 2022).

El ciclón tropical es un sistema productor de lluvia. Cuando un ciclón tropical toca tierra, es común que deje entre 100 y 300 mm o más de lluvia en una amplia zona. Sin embargo, la lluvia no depende de la intensidad del ciclón tropical. (INSMET, 2022). En los estadios de Depresión Tropical y Tormenta Tropical, las lluvias generalmente están alejadas del centro y ocurren hacia la derecha entre 100 y 300 kilómetros de distancia del centro (INSMET, 2022). Así, la figura 3 trae el mapa de susceptibilidad a inundaciones por intensas lluvias en el municipio Yaguajay y la Figura 4, Escenarios de peligros integrado por inundaciones temporales provocadas por intensas lluvias y penetración del mar, municipio de Yaguajay

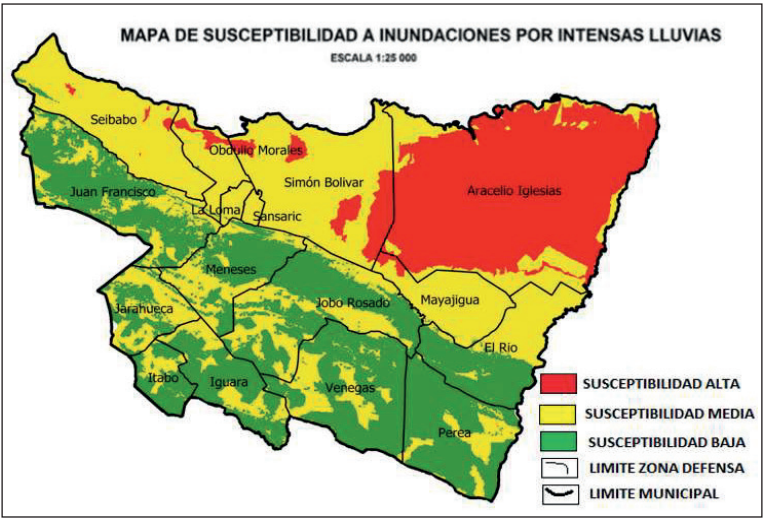


Figura 3. Mapa de susceptibilidad a inundaciones por intensas lluvias en el municipio Yaguajay.

Fuente: Estudio de peligros, vulnerabilidades y riesgos de inundaciones por intensas lluvias en la provincia de Sancti Spíritus (2012).

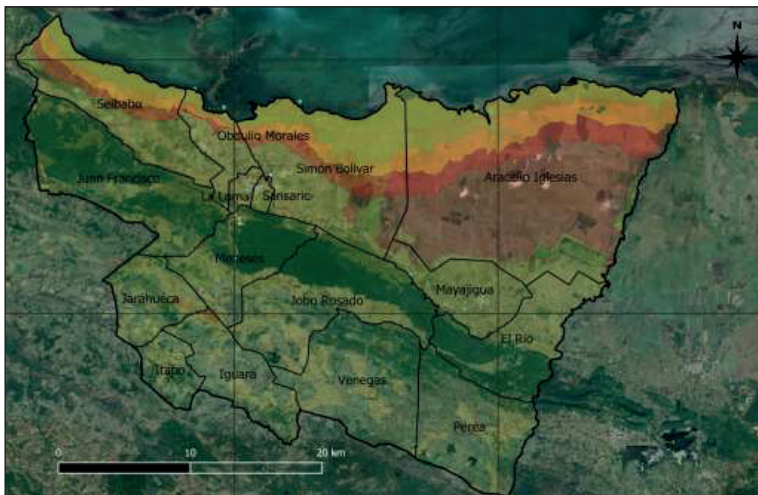


Figura 4. Escenarios de peligros integrado por inundaciones temporales provocadas por intensas lluvias y penetración del mar, municipio de Yaguajay.

Fuente: Ceballo (2021).

Ante la presencia de un ciclón tropical en el municipio Yaguajay, es normal que los peligros de inundaciones por intensas lluvias y penetración del mar se integren, abarcando extensas áreas de su llanura próxima a la costa donde existen asentamientos humanos e importantes zonas de desarrollo agropecuario y de conservación.

MATERIALES Y MÉTODOS EMPLEADOS EN EL ESTUDIO DE PERCEPCIÓN SOCIAL EN LA GESTIÓN DE RIESGOS ASOCIADA A PELIGROS HIDROMETEOROLÓGICOS SEVEROS EN LA COMUNIDAD SIMÓN BOLÍVAR (VITORIA) DEL MUNICIPIO YAGUAJAY

Para la recogida de la información relacionada con la percepción del riesgo se aplicó una encuesta con 56 preguntas en la que se indagó sobre las características sociodemográficas del encuestado y su núcleo familiar, estado y tipología de la vivienda, conocimientos y modo de actuación frente a peligros hidrometeorológicos severos.

Para el procesamiento se trabajó con el tabulador electrónico de Excel y una base de datos creada en Access. El análisis cualitativo se realizó por una escala para la valoración de las preguntas más significativas. En correspondencia con los resultados de la aplicación de la escala se conforman tres grupos.

Grupo I. (Alta percepción).

Mayor nivel de: conocimientos, información, nivel de confianza y buenas prácticas relacionadas con la gestión del riesgo de los peligros hidrometeorológicos.

Grupo II. (Percepción media).

Agrupar a las personas con algunas deficiencias de tipo cognitivo y/o prácticas con relación a estos peligros y mantienen confianza en la protección que les brindarán las instituciones.

Grupo III. (Baja percepción).

Aquí se ubica el personal encuestado que desconoce cómo estos peligros los pueden afectar y no saben cómo actuar si son impactados por ellos. Este es el sector más expuesto y por tanto más vulnerable.

Precedente al levantamiento de la información se realizó una capacitación a los encuestadores y encuestadoras, centrado en las etapas del proceso de la aplicación del instrumento y obtención de sus resultados.

El consejo Popular Simón Bolívar (Vitoria) es el área de intervención del proyecto Resiliencia Costera para implementar la adaptación al cambio climático a partir de soluciones naturales basada en ecosistemas y comunidades. La Figura 5 presenta el Mapa de ubicación geográfica de la Comunidad Simón Bolívar.

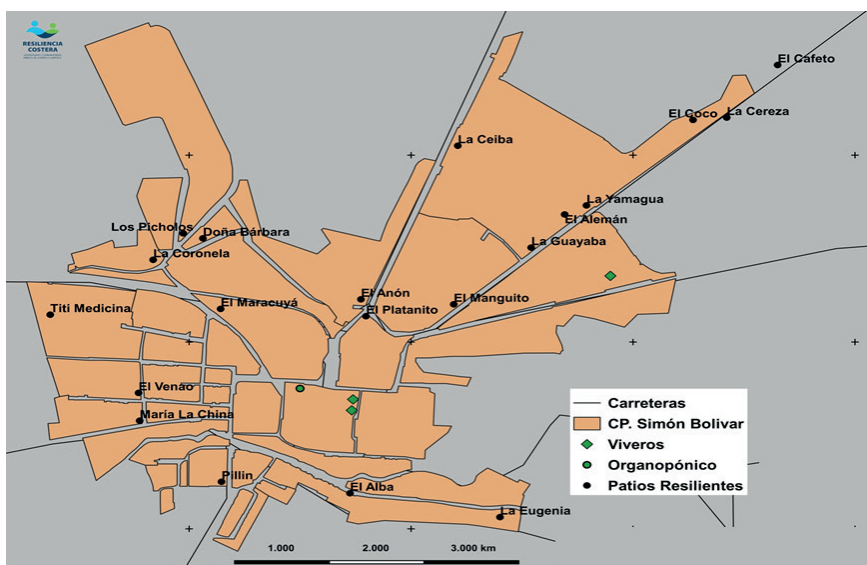


Figura 5. Mapa de ubicación geográfica de la Comunidad Simón Bolívar.

Fuente: Elaborado por los autores (2023).

El consejo popular ocupa la porción centro norte del municipio con un área de 111, 89 km² y una línea de costa de 17,46 km donde entra en contacto con las aguas de la bahía de Buenavista. El asentamiento de Vitoria por su cercanía a la costa, sus vulnerabilidades y susceptibilidad frente a los peligros hidrometeorológicos severos, se trabaja por parte de Parque Nacional Cagaunes, en el aumento de la resiliencia frente al cambio climático e implementar la adaptación basada en comunidad. La Tabla presenta 2 la Información demográfica del asentamiento Vitoria.

Asentamiento	Población			Vivienda	Estado de conservación		
	Total	Masculino	Femenino		B	R	M
Vitoria	1.718	858	860	616	464	32	120

Tabla 2. Información demográfica del asentamiento Vitoria.

Fuente: elaborada por los autores (2023).

Para tener una aproximación a las percepciones que sobre estos peligros hidrometeorológicos persisten en la mente de los habitantes de la comunidad Vitoria se aplicó la encuesta a 100 personas, de ellas 54 son masculinos (54 %) y 46 femeninos (46 %).

ANÁLISIS DE LOS RESULTADOS

Como es interés de este estudio identificar semejanzas y diferencias en los criterios de las mujeres y los hombres, la valoración de los resultados se hizo en función de los grupos por sexo, lo cual favoreció la realización del análisis de género, incluyendo las variables sociodemográficas. La Tabla 3 presenta la composición de la muestra por grupo etario.

Grupos etarios	F	M	T
Menores de 18	5	1	6
Entre 19 y 60	34	31	65
Mayor igual que 61	7	22	29
Total	46	54	100

Tabla 3. Composición de la muestra por grupo etario.

Fuente: elaborada por los autores (2023).

Haciendo un análisis de la relación “sexo” vs “edad”, se encuentra que en ambos sexos predominan en el grupo de 19 - 60 años constituyendo el 65 % de la muestra, con muy poca diferencia por sexo (34% para las mujeres por 31 % para los hombres), el segundo grupo etario por cantidad es el de 61 años o más, donde sí existen diferencias notables según el sexo predominando los masculinos.

El grupo etario menos representativo son los menores de 18 años recogiendo el 6 % de la muestra donde las mujeres son predominantes. Se evidencia en la muestra la tendencia al envejecimiento poblacional que experimenta el país y el decrecimiento de la natalidad por condiciones socioeconómicas. Por otro lado, la Tabla 4 destaca la composición de la muestra según el color de la piel.

Color de la piel	Masculino	Femenino
Blanca	44	33
Mestiza	6	5
Negra	4	8
Total	54	46

Tabla 4. Composición de la muestra según el color de la piel.

Fuente: elaborada por los autores (2023).

Existe un predominio mayoritario de la raza blanca en la muestra registrando el 77% de la misma, el segmento con color de la piel mestiza y negra son minoritarios manteniendo la proporción por sexo en color mestizo y con una diferencia notable del doble de individuos en el color negro en el sexo femenino. Por otra parte, la Tabla 5 muestra la composición según nivel escolar vencido y sexo.

Nivel escolar	Univ.	Preuni-versitario	Técnico Medio	Obrero Calificado	Secundaria Básica	Primaria
F	11	9	8	3	9	6
M	5	13	18	4	8	6
Total	16	22	26	7	17	12

Tabla 5. Composición según nivel escolar vencido y sexo.

Fuente: elaborada por los autores (2023).

El análisis de la estadística permite afirmar en cuanto escolaridad que en la muestra no existen analfabetos, hay representación en todos los grupos de niveles escolares, los niveles con mayor número de individuos son técnico medio. Según el sexo la ocupación trabajador/a con una diferencia poco significativa de 4 % a favor de los hombres constituye el segmento ocupacional más grande de la muestra, se evidencia un avance en la incorporación de la mujer al trabajo en los momentos actuales sobre todo en puestos profesionales que requieren de estudios universitarios y técnico medio.

En el grupo de los jubilado/as se observa un predominio de los hombres con un margen de casi 10 puntos porcentuales sobre las mujeres, grupo que por edad está por encima de los 60 años e inferimos cómo la incorporación de la mujer al trabajo en el medio rural en las primeras décadas de la revolución fue limitada por los posibles estereotipos machistas que aún pueden subsistir.

El análisis del sector estatal según sexo, masculinos (53.8 %) muestran una ventaja sobre el grupo de las mujeres (46.1 %) y prevalecen los hombres en las ocupaciones estatales en los segmentos: Cooperativa de Producción Agropecuaria, Pequeño Agricultor, Usufructuario, Unidad Básica de Producción Cooperativa. (Ver tabla 6). El anterior análisis permite emitir una hipótesis que estudios más profundos permitirían corroborar su

veracidad, acerca de posibles prejuicios aún existentes en cuanto a la incorporación de las mujeres al trabajo en el campo.

En cuanto a la determinación de grupos vulnerables frente a peligros asociados al cambio climático en los núcleos familiares de los entrevistados, se obtiene la siguiente información destacada en la Tabla 6.

Grupo Vulnerables	Femenino	Masculino
Niño de 0-5 años	4	1
Niños de 6-11 años	1	-
Adulto mayor +60 años	22	42
Discapacitados	4	5

Tabla 6. Grupos vulnerables dentro de los núcleos familiares de los entrevistados.

Fuente: elaborada por los autores (2023).

Las estadísticas muestran la existencia de grupos poblacionales vulnerables (niños/as, ancianos/as y discapacitados/as) que necesitan de atenciones especiales ante un peligro meteorológico, así como la tendencia hacia el envejecimiento poblacional. La Tabla 7 la destaca la distribución de discapacidad por grupo de edad y sexo en núcleos familiares encuestados.

Grupos etarios	F	Tipo de discapacidad	M	Tipo de discapacidad
Menores de 18				
Entre 19 y 60	3	Física motora	3	Física motora
Mayor igual que 61	1	Física motora	2	Física motora Hipoacusia
Total	4		5	

Tabla 7. Discapacidad por grupo de edad y sexo en núcleos familiares encuestados.

Fuente: Elaborado por los autores (2023).

En el caso particular con el grupo vulnerable discapacitados, dentro de los 100 núcleos familiares encuestados, se pudo conocer la existencia de 9 familias donde existen personas con algún tipo de discapacidad, de ellas 4 corresponden al sexo femenino y 5 al masculino. La discapacidad predominante es la física motora y la mayor cantidad se concentra en el grupo etario de entre 19 y 60 años de edad, con la misma proporción en las mujeres como en los hombres.

Para evaluar la percepción de riesgo ante afectaciones por fuertes vientos, intensas lluvias y penetraciones del mar, se aplicó una encuesta a 100 pobladores del asentamiento Simón Bolívar (Vitoria), ubicado en el consejo popular de igual nombre en el municipio de

Yaguajay, provincia de Sancti Spiritus, cuyos resultados contribuirán a perfeccionar las estrategias dirigidas a prevenir e incrementar la respuesta frente a situaciones climatológicas adversas al incorporarse el plan de reducción de desastres de este consejo y fortalecer la administración del progreso socioeconómico con un enfoque integrado a la adaptación al cambio climático.

Desde el punto de vista sociodemográfico y en correspondencia con la situación demográfica del país, se acentúan las tendencias al envejecimiento demográfico que incluyen a personas con discapacidades auditivas, visuales y motoras y al descenso de la natalidad por razones económicas, sociales y culturales.

El predominio de la raza blanca, de trabajadores estales y jubilados, la no existencia de analfabetos, con un alto por ciento de universitarios y técnicos medios. Por otro lado, en relación con los domicilios de los entrevistados el 50% refirió habitar en viviendas de tipología I con paredes y cubiertas sólidas y pisos de loza, resistentes a los embates de estos peligros, pero existe un 25% de casas que clasifican como de tipología III y IV, con cubiertas ligeras y de ellas la mitad con paredes de maderas, que las hacen muy vulnerables al impacto de estos peligros hidrometeorológicos severos y en particular al de fuertes vientos.

Se tratan de inmuebles ubicados en zonas bajas, con deficiente drenaje y dificultades con el alcantarillado, que la hacen susceptibles a inundaciones por intensas lluvias, planteamientos que se corresponden con los resultados de los estudios de PVR.

El 100% de los encuestados manifestó que han sido afectados por fenómenos hidrometeorológicos extremos y reconocen como principal amenaza para el asentamiento los fuertes vientos y le sigue las inundaciones por intensas lluvias, evidenciando un conocimiento sobre los impactos, participación en acciones para la gestión del riesgo de estos dos peligros. Inferimos que estas percepciones están unidas a las vivencias de los impactos en la vida de estos encuestados dejado por el huracán Irma de categoría 5 y la tormenta subtropical Alberto.

Respecto a los juicios emitidos sobre inundaciones por penetración del mar, los resultados se corresponden con la ubicación del asentamiento a 3 km de la costa, la mayoría de la muestra plantean que no constituye motivo de preocupación. La parte afectada es la minoría, son los que cultivan, desarrollan ganadería u otra actividad laboral cercana a la costa.

La mayoría de la muestra objeto de estudio (70%) confía y se sienten orientados por las organizaciones de masas y políticas y medios de difusión masiva, ante la probabilidad de ser afectado por peligros hidrometeorológicos extremos. Dentro de las causas que impiden una mayor participación de las mujeres ante, durante y después de eventos hidrometeorológicos extremos, es que ocupan funciones relacionadas con el cuidado de los menores, ancianos, enfermos de la familia, custodia de los bienes familiares, mientras que los hombres acopian cosechas, protegen animales y medios de subsistencia.

Todos consideran que pueden ser afectados en el futuro por fenómenos hidrometeorológicos extremos y refieren que retomarían experiencias de circunstancias anteriores e incorporarían otras medidas que garanticen mayor seguridad para las personas y los recursos.

A partir de vivencias anteriores presumen que en el futuro serán evacuados, sin embargo, más del 50% de los hombres y mujeres por las condiciones existentes en sus viviendas, evidencian incertidumbre ante la preparación para ese momento, lo que pudiera estar relacionado con la persistencia de debilidades en las etapas de preparación y prevención del ciclo de reducción de riesgos de desastres.

Los entrevistados expresan que la mayoría de los factores sociales e individuos (sin distinciones de sexo) deben involucrarse en las acciones comunitarias para enfrentar el cambio climático, pero muchos no se ven como protagonistas en la gestión del riesgo de desastres.

Como una de las causas raíces de las desigualdades que obstaculizan la equidad e igualdad de género y generacional, encontramos en este diagnóstico: Escaso acceso a la información y la capacitación en los temas de reducción de riesgos de desastres y adaptación al cambio climático RRD/ACC, igualdad de género y equidad social.

Los hombres como principal autoridad en el hogar por ser el hombre de la casa con mayor capacidad de decisión, corroborándose la tradicional cultura patriarcal, según la cual prácticamente por decreto, el hombre es el que debe llevar las riendas en las familias.

Las mujeres ante un evento hidrometeorológico severo se sintieron desconfiadas, intranquilas, inseguras y angustiadas. Los hombres confiados, tranquilos, seguros, serenos.

En las evacuaciones las mujeres se sienten mejor orientadas, comunicativas, actúan con rapidez y muestran confianza en las organizaciones políticas y de masas, por su parte los hombres se consideran poco orientados, poco comunicativos y demoran y en algunos casos rehúsan o se niegan a la evacuación.

En el ante, durante y después del evento, las mujeres ocupan funciones relacionadas con el cuidado de los menores, ancianos y enfermos en familia, custodia de los bienes del hogar. Mientras que los hombres tratan de salvar los cultivos en época de cosecha, evacuación del ganado hacia zonas seguras, aseguramiento de los medios de trabajo.

De forma general el estudio muestra la existencia de desigualdades de género (sobre las cuales no existe plena conciencia), enmarcada en estereotipos y normas sexistas, que limitan a las mujeres y jóvenes como agentes de cambio, participación en la transformación de la realidad social y en la toma de decisiones, raíces profundas y necesarias para el desarrollo sostenible.

CONCLUSIONES

La investigación realizada nos permitió arribar a las siguientes conclusiones:

La población residente en la comunidad Vitoria, del municipio de Yaguajay, en la provincia de Sancti Spíritus, Cuba, presenta una alta vulnerabilidad social ante los peligros (fuertes vientos, intensas lluvias y penetraciones del mar), agravados por el impacto del cambio climático. Lo anterior se expresa en un alto nivel de exposición de su población y bienes naturales y construidos, debido a su posición geográfica, a la susceptibilidad a sufrir daños por la ubicación y características constructivas de sus viviendas. Esta población, además, posee características demográficas que incrementan su vulnerabilidad, como el envejecimiento y el saldo migratorio negativo, que debieran ser considerados en las agendas de adaptación.

Aun cuando la estructura social del municipio comunitaria ofrece respuestas a los peligros naturales existentes, la población necesita de mayor información, capacitación, participación en el enfrentamiento a dichos peligros que le permita elevar la percepción del riesgo y la construcción de una cultura de la seguridad en las comunidades costeras.

Los recursos naturales y costeros del municipio son amplios y ricos por su diversidad, y son usados en diversas actividades por su población, sin embargo, aún no constituyen referentes de protección costera para algunos de sus habitantes en sus propuestas de medidas para la adaptación al cambio climático.

REFERENCIAS

Caraballo A y otros, 2022. Actualización del modelo de ordenamiento ambiental en el municipio de Yaguajay. En formato digital.

Centro Meteorológico Provincia de Sancti Spíritus (CMPSS) 2012. Ciclonología de provincia Sancti Spíritus. En formato Digital.

CITMA, 2020. Tercera Comunicación Nacional a la Convención Marco de las Naciones Unidas sobre Cambio Climático. En formato Digital. La Habana: Instituto de Meteorología.

CITMA. 2012. Informe académico sobre estudios de peligro, vulnerabilidad y riesgos de la Provincia Sancti Spíritus. Afectaciones por fuertes vientos, inundaciones por intensas lluvias e inundaciones por penetración del mar. En formato Digital. Sancti Spíritus. Unidad de Medio Ambiente.

Díaz Cordero, G. (2012). Cambio Climático. Ciencia y Sociedad, XXXVII(2), 227-240. Instituto Tecnológico de Santo Domingo. Santo Domingo, República Dominicana.

Espina, M. et. al, (1999). Percepciones ambientales de la sociedad cubana actual. Informe de investigación. CIPS.

Espina, M. et. al, (2001). Percepciones ambientales y cotidianidad. Estudios de caso: Nuevitas y Ciénaga de Zapata. Informe de investigación. CIPS.

Espina, M. et. al, (2002). Aspectos territoriales de las percepciones ambientales de la sociedad cubana. Informe integrado de los estudios territoriales. La Habana: CIPS.

Espina, M. et. al, (2004). Percepciones ambientales en Comunidades de la Ciénaga de Zapata para un plan de manejo, Informe de investigación. CIPS. La Habana.

Febles E. M. Bases para una Psicología Ambiental en Cuba. Ponencia al I Taller de Medio Ambiente. La Habana. Cuba; 2002.

García M y A Ruiz. Estudio de la climatología de los ciclones tropicales que han afectado a la provincia de Sancti Spiritus. En digital. Centro Meteorológico Provincial de Sancti Spiritus.

Instituto de Geofísica y Astronomía (IGA), 2019. Contribución del macroproyecto: escenarios de peligro y vulnerabilidad de la zona costera asociados al incremento del nivel medio del mar para los años 2050-2100 en sitios de intervención del proyecto resiliencia costera". En formato Digital.

Instituto de Geografía Tropical (IGT), 2012. Modelo de ordenamiento ambiental en el municipio de Yaguajay. En formato digital.

Instituto de Meteorología (INSMET) 2023. Generalidades de los ciclones tropicales. En formato digital. Disponible en www.insmet.cu, Consultado 6 de abril de 2023.

IPPC (2014). Summary for policymakers. En IPCC, Climate change 2014: impacts, adaptation, and vulnerability. Part A: global and sectoral aspects. In: Contribution of Working Group II to the Fifth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change. Cambridge University Press, Cambridge.

IPCC. (2019a). Special Report on Climate Change, Desertification, Land. Degradation, Sustainable Land Management, Food Security, and Greenhouse gas fluxes in Terrestrial Ecosystems.

IPCC. (2019b). Summary for Policymakers. In: IPCC Special Report on the Ocean and Cryosphere in a Changing Climate [H.- O. Pörtner, D.C. Roberts, V. Masson-Delmotte, P. Zhai, M. Tignor, E. Poloczanska, K. Mintenbeck, M. Nicolai, A. Okem, J. Petzold, B. Rama, N. Weyer (eds.)].

Oficina Nacional de Estadística e Información (ONEI), 2020. Anuario estadístico de Yaguajay. Edición 2020. En formato Digital.

Ministerio de Ciencia, Tecnología y Medioambiente (CITMA) (2012, 2015, 2017, 2018). Enfrentamiento al Cambio Climático en la República de Cuba Tarea Vida. CITMATEL.

Pérez Montero, O., Milanés C., y Poveda, I. (2018). Factores que determinan la vulnerabilidad al cambio climático en los municipios costeros de Guamá y Santiago de Cuba en el archipiélago cubano. Resultado de Proyecto Institucional: Tarea Vida. Universidad de Oriente. Cuba.

Planos, E. & Montero, R, 2021. Guía para el uso de la "Herramienta estratégica para la incorporación de la reducción del riesgo de desastres y en la adaptación al cambio climático en las iniciativas de desarrollo". Adecuación al contexto cubano. En formato digital. L

Santiago-Lastra (2008). Tendencias del cambio climático global y eventos extremos asociados. Ra-Ximhai 4(3). Universidad Autónoma indígena de México. El Fuerte, México.

AS CONDIÇÕES ATUAIS DOS CURSOS DE LICENCIATURAS EM GEOGRAFIA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Data de aceite: 01/04/2024

Ana Claudia Ramos Sacramento

Professora Associada do Departamento
de Geografia
Universidade do Estado do Rio de
Janeiro, São Gonçalo-RJ
Pós-doutoranda da Pós-graduação em
Geografia
Universidade Federal Rural do Rio de
Janeiro, Seropédica-RJ
<http://lattes.cnpq.br/9625153721149261>
<https://orcid.org/0000-0002-3006-5310>

RESUMO: Os cursos de licenciatura no Brasil têm vivenciado reformas para se adequarem às diferentes demandas das novas propostas para formação de professores, o que têm causado discussões a respeito da condução de todo processo, principalmente, desde a implementação da Resolução CNE/CP 2, de 20 de dezembro de 2019. Desta forma, este estudo se propõe a analisar se os cursos de licenciaturas em Geografia no estado do Rio de Janeiro têm avançado no desenvolvimento das propostas de suas reformas curriculares federais em seus contextos espaciais. A partir da metodologia de cunho qualitativo, realizaram-se buscas de documentos curriculares atuais para analisar as

implicações ocorridas nos cursos, de 2019 a 2023. Sendo assim, constata-se que a maioria das instituições fez atualizações das grades ou matrizes curriculares, mas ainda não obtiveram aprovações de seus Projetos Políticos Pedagógicos (PPP), tendo dois cursos de licenciatura fechados e um curso aberto.

PALAVRAS-CHAVE: Reformas,
Licenciatura em Geografia, Rio de Janeiro.

THE CURRENT CONDITIONS OF DEGREE COURSES IN GEOGRAPHY IN THE STATE OF RIO DE JANEIRO

ABSTRACT: Degree courses in Brazil have undergone reforms to adapt to the different demands of new proposals for teacher training, which have caused discussions regarding the conduct of the entire process, mainly since the implementation of Resolution CNE/CP 2, of 20 December 2019. In this way, this study aims to analyze whether undergraduate courses in Geography in the state of Rio de Janeiro have advanced in the development of proposals for their federal curricular reforms in their spatial contexts. Using a qualitative methodology, searches were carried out for current curricular documents to analyze

the implications that occurred in the courses, from 2019 to 2023. Therefore, it appears that most institutions updated their curriculum schedules or matrices, but still They did not obtain approval for their Political Pedagogical Projects (PPP), with two closed degree courses and one open course.

KEYWORDS: Reforms, Degree in Geography, Rio de Janeiro.

INTRODUÇÃO

O que é pensar a formação de professores atualmente? O debate sobre a formação de professores tem sido deslocado do campo educacional para o campo político, numa disputa para decidir quem tem o controle do que ensinar e como se ensinar, ou seja, do conhecimento, da mediação, dos currículos prescritos e da autonomia do professor. Essas disputas buscam estabelecer aquilo que se pretende enquanto formação e conhecimento. Portanto, o controle pelas decisões a respeito de como se ensina e do que se ensina se torna preponderante para as propostas construídas pelos Governos para as mudanças as diferentes áreas educacionais.

Atualmente, a formação inicial e o desenvolvimento profissional dos professores têm sido objetos de estudo de inúmeros pesquisadores – como Garcia e Osório, (2013); Gadotti, Barretto e André (2011), Giaretta, Ziliani e Silva (2023), Monfredini (2016); dentre outros - que se ocupam em investigar o campo da educação no nível superior. Todos eles mostram a importância de pensar e refletir sobre as questões referentes às leis, aos saberes docentes e às concepções atuais, sobre o que é ser professor.

Cada instituição tem sua forma de pensar, ser e agir de acordo com seus preceitos teórico-metodológico, político, educativo, como também, espacial. Criar um padrão para a formação dos professores não corresponde às necessidades das universidades. Por isso, concorda-se com Nóvoa (1995) sobre a importância de uma formação de professores na reflexão das práticas e da (re) construção permanente de sua identidade pessoal. Logo, não se trata de uma formação de docentes baseada no acúmulo de atividades, mas no esforço intelectual, para dialogar, discutir, criticar, analisar e avaliar todos os aspectos que ocorrem na profissão, sendo estimulados a pensar sua prática cotidiana.

As discussões acerca do ser e estar nas condições atuais da docência levam em consideração uma série de demandas advindas da necessidade de intervenção nas licenciaturas com o discurso de melhorar a educação básica, mas sabemos que somente essas medidas não são suficientes para aperfeiçoar os índices na educação básica. Contudo, o que se tem visto, é uma formatação do professor para atender a diferentes grupos financeiros, com o intuito de garantir o domínio dos cursos de formação.

Dessa forma, este estudo se propõe a analisar se os cursos de licenciaturas em Geografia no estado do Rio de Janeiro têm avançado no desenvolvimento das propostas de suas reformas curriculares federais em seus contextos espaciais.

Sendo assim, alguns questionamentos foram levantados: Como homogeneizar a formação docente? Como produzir documentos subalternizando a formação de professores vinculada a uma Base Nacional Comum Curricular da Educação Básica? Como as licenciaturas de Geografia têm construído suas dinâmicas neste contexto?

As discussões precisam ser colocadas para análise sobre os impactos que as novas reformas têm causado e causarão na formação dos professores, especialmente, de Geografia. Por isso, a necessidade de compreender as diferentes ações que têm ocorrido no Brasil e localmente, analisando empiricamente quatorze cursos de licenciatura em Geografia no estado do Rio de Janeiro, sendo quatro de instituições públicas estaduais, dois de particulares e oito das públicas federais, onde temos desenvolvido pesquisas para pensar a reforma das licenciaturas.

Sacramento (2021) destaca a preocupação em mostrar que os cursos de licenciatura em Geografia nos diferentes espaços no estado do Rio de Janeiro buscam em suas diferentes concepções teórico-metodológicas lógicas de produzir o conhecimento acerca desta disciplina, por meio de suas condições sobre o entendimento da Educação e da Geografia. Nesse sentido, são necessárias diferentes formações que contribuam para a construção do conhecimento na escola básica, a fim de produzir saberes e práticas sociais cotidianas na formação inicial do professor dessa disciplina.

O exercício analítico se torna fundamental para reconhecer quais têm sido os impactos das reformas atuais ligadas à formação de professores pela BNC-Formação sobre os Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) ou similares, nos cursos de licenciatura em Geografia no estado do Rio de Janeiro. A metodologia qualitativa, com base no materialismo histórico-dialético, pontuado por Netto (1997) colabora para pensar a realidade, a história e as relações contraditórias estabelecidas entre os quatorze cursos presenciais atuais e a política nacional. Assim, foi realizado um levantamento bibliográfico sobre o tema, nos sites das instituições, a respeito de novos documentos tratando as mudanças curriculares, as análises dos contextos das instituições e o contato com os professores das instituições a respeito das reformas.

Os dados da pesquisa apresentados neste texto são parte da bolsa de pesquisa intitulada “As reformas nas Políticas Públicas Educacionais Brasileiras: o caso das Ciências Humanas e da disciplina Geografia na Formação de Professores” do Procientista da UERJ no período de 2021 a 2024 e parte da pesquisa do pós-doutorado em Geografia pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, que objetivam avaliar os impactos das reformas educacionais nacionais na formação dos professores de Geografia, nos cursos de Licenciatura no Estado do Rio de Janeiro e na disciplina, nas escolas básicas.

O texto da pesquisa se encontra dividido em dois momentos: o primeiro voltado para as discussões sobre as reformas com foco na BNC-Formação e o papel da universidade para contrapor essa política, a partir da reflexão sobre a formação crítico-reflexiva do professor, e o segundo, focado em pensar os cursos de licenciatura em Geografia do estado do Rio de Janeiro, suas dinâmicas sócio-espaciais e as condições atuais na implementação da BNC-Formação.

REFORMAS DE LICENCIATURAS: COMO PENSAR OS PROFESSORES COMO INTELECTUAIS CRÍTICO-REFLEXIVOS?

As reformas curriculares brasileiras têm causado debates a respeito de suas intenções para as escolas e universidades públicas. As universidades brasileiras têm discutido sobre as mudanças das resoluções Diretrizes Curriculares para a Formação de Professores em nível superior, as quais têm proposto às diferentes instituições a revisão de seus documentos curriculares para estruturar internamente as suas reformas. Desse modo, conforme afirmam Giaretta, Ziliani e Silva (2023), estas reformas são endereçadas aos filhos da grande massa trabalhadora, que precisam ser padronizados para continuar sendo mão de obra para as classes dominantes. Padronizar a formação de professores e suas ações colaboram para a continuidade da busca pela dominação constante.

Elas destacam que as políticas educacionais e curriculares têm tensionado a classe dominante na construção de alternativas para subjugar e hegemonizar as classes subalternizadas. A universidade, por ser um espaço social de formação, não só profissional, mas de sujeitos “professores” críticos reflexivos, busca formar sujeitos para a sociedade. Desta feita, as necessidades de disputa dos currículos de formação para que possam se enquadrar àquilo que a BNC-Formação sugere.

Dessa maneira, a discussão não é a simples elaboração e aplicação de “competências e habilidades” na formação profissional, ou seja, como se o professor precisava de uma formação padronizada, mecânica e sem reflexão. A questão está em quem será esse sujeito em formação! A complexidade vai se materializando a partir do momento em que o capital se torna mais relevante, no sentido de formação de um “currículo homogêneo e simplista” do que um currículo com muitas potencialidades e diversidade.

Este panorama potencializa a discussão sobre a educação superior, uma vez que cada vez mais tem ocorrido a diminuição de investimento público; com isso, as licenciaturas são cada vez mais impactadas dentro do projeto governamental. Ademais, o favorecimento para flexibilizar as licenciaturas, com diferentes ações e pacotes educacionais, é a tentativa de exclusão desse processo formativo na educação pública, se posicionando integralmente em favor da educação privada. De acordo com Inep (2022), observa-se que os cursos de licenciatura a distância são predominantes nas universidades privadas, com 64,4% e 61%, conforme Figura 1.

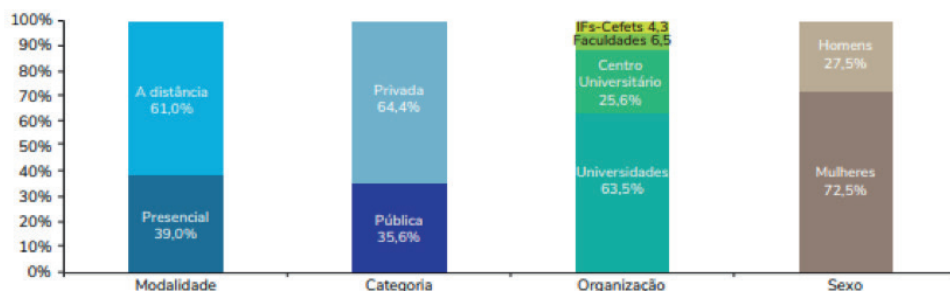


GRÁFICO 18

PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DO NÚMERO DE MATRÍCULAS EM CURSOS DE GRADUAÇÃO EM LICENCIATURA, POR SEXO, ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA, CATEGORIA ADMINISTRATIVA E MODALIDADE DE ENSINO – 2021

Figura 1: Participação percentual do número de matrículas em cursos de Graduação em Licenciatura, por sexo, organização acadêmica, categoria administrativa e modalidade de ensino – 2021.

Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base em dados do Censo da Educação Superior.

Essas reflexões iniciais são relevantes para que se possam compreender as diferentes intervenções em nome “de uma adequação da educação”, o significado da educação pública, essencial para a nação brasileira de acordo com ponderações de RODRIGUES; PEREIRA; MOHR (2021).

A CNE/CP nº 2/2019 - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica, que institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC Formação) constitui um conjunto de novos artigos que são apresentados sem uma discussão com as universidades e entidades ligadas à formação de professores, o que causou diferentes discordâncias e notas de repúdio a respeito deste documento.

A questão vinculada às reformas está associada à necessidade de crescimento do capital a fim de tornar cada vez mais a educação como mercadoria. Dessa maneira, mais tecnocrática, com as definições de competências e habilidades em forma de código de barra (os códigos das habilidades na BNCC- Base Nacional Comum Curricular, uma vez que BNC-Formação tem base no referido documento), com controle daquilo que está sendo gerenciado.

Assim, as principais propostas da BNC- Formação de Professores aprofundam a gravidade da formação, pois servem para enquadrar os currículos das Universidades e Instituições de ensino superior e a formação de professores nos interesses mercadológicos (COSTA; MATTOS; CAETANO, 2021; DECONTO; OSTERMANN, 2021).

Por isso, existe um embate entre a formação pensada pelo Governo e a defendida pelas universidades públicas, que buscam pensar e refletir sobre a ciência, e, à formação

docente inicial e continuada. Assim, compreende-se que os embates são contraditórios, chamando a atenção para as diversas problemáticas referentes a essa formação, trazendo como base alguns pontos dos textos de GONÇALVES; MOTA; ANADON (2020).

A educação superior sempre teve como base a construção de indivíduos únicos “capazes de constituírem a narrativa da própria vida, do tempo e do espaço em que vivem” (MONFREDINI, 2016, p. 16). Essa construção se constitui em múltiplos momentos que não estão cristalizados dentro de documentos curriculares ou dentro, somente, da universidade, mas em diferentes realizações da vida cotidiana das pessoas envolvidas.

A resolução CNE/CP nº 2/2019 traz diversas questões vinculadas às mudanças na concepção da formação docente inicial, tratando de outra política curricular, de acordo com aspectos como: dicotomia bacharel/licenciado, distanciamento das instituições de formação de professores e a escola básica e as concepções de teoria e prática, dentro outros. Tratando a ideia de que o conhecimento profissional deve estar associado ao domínio de objetos de conhecimento; do saber ensinar esses objetos; dominar as habilidades e serem capazes de trabalhar com os estudantes a partir do rol de informações proposto.

Deconto e Ostermann (2021) mostram a capacidade do Governo em trazer dados que são distorcidos da realidade para construir a BNC-Formação, com o objetivo de melhorar o desempenho dos estudantes e, assim, mudar a situação da educação atual. Desta maneira, Rodrigues, Pereira e Mohr (2021) argumentam o alinhamento do material da parte das competências da BNCC com a BNC-Formação e a BNC-Formação Continuada. Ao ler o quadro, percebem-se as semelhanças das dez competências como se na sua totalidade elas fossem fundamentais para a construção da identidade do professor inicial. Isto detona a falta de discussão teórica-conceitual e metodológica com as diversas entidades, universidades e centro de pesquisas, que, ao longo dos anos, têm estudado os impactos das reformas na estruturação da formação do professor.

Frangella e Dias (2018) apontam que a formação de professores não pode estar associada ao que os estudantes precisam aprender e está relacionada aos resultados obtidos por eles. Desse modo, compreende-se que alguns destes apontamentos permitem pensar sobre o papel atual que as universidades precisam desempenhar, sobretudo levando em consideração as mudanças, as adversidades e os confrontos com o mundo real. E as licenciaturas têm suas especificidades, de acordo com seu campo de atuação.

O MEC buscou articular organicamente os documentos da BNCC e a BNC-Formação, para que os cursos de licenciatura se estruturam por meio dos conteúdos que devem ser abordados no primeiro documento. Afetando, assim, diretamente a sua autonomia, no que se refere ao direito de pensar, de refletir e de decidir sobre seu currículo; envolvendo a questão central: como formar professores? Pensar a formação docente requer refletir a respeito das características referentes ao seu papel perante a sociedade?

Defende-se aqui, o professor autônomo, reflexivo, consciente da formação e do seu papel na construção do conhecimento para possibilitar as transformações no ambiente

escolar, para se organizar, para que desenvolva o processo de ensino e de aprendizagem no âmbito do envolvimento escolar e humano. Nóvoa (1995, p. 25) defende: “A formação deve estimular uma perspectiva crítico-reflexiva, que forneça aos professores os meios de um pensamento autônomo e que facilite as dinâmicas de autoformação participada”.

A formação de professores para a educação básica tem a preocupação de preparar profissionais críticos e reflexivos, conscientes e comprometidos com uma educação de qualidade (NÓVOA, 1995). Para falar em formação de professores é imprescindível abordar o currículo que tenha como propósito pensar como ensinar os alunos a serem professores (GADOTTI; BARRETTO; ANDRÉ, 2011; ALBUQUERQUE et al., 2021).

As diferenças dos cursos permitem que diversas formações sejam constituídas e trabalhadas para uma educação crítica e emancipatória. Por isso, padronizar e exigir que as formações tenham como ponto em comum a BNCC, não colabora para o desenvolvimento reflexivo do ser docente, pois segundo Rodrigues, Pereira e Mohr (2021, p. 3), na “BNC-Formação, há uma retomada de perspectivas eficientistas e tecnicistas do passado, sendo imprescindível que debates sobre as recentes políticas curriculares continuem a ser realizados entre os pesquisadores e professores de nosso campo de investigação”.

Portanto, para contrapor essa perspectiva, Nóvoa (1995, p. 14) ajuda na direção de dizer que, “a formação dos professores deve ir além dos conhecimentos técnico-profissionais, incluindo a reflexão sobre a prática docente, a relação com os alunos e a comunicação com as famílias”. O conhecimento tem que ser praticado e articulado a partir de concepções e reflexões do âmbito mais geral, ou seja, a formação docente também está relacionada às condições externas ao professor, porque ele ensina para alguém que tem uma função na sociedade.

A formação de um professor crítico-reflexivo tem como pretensão fazer com que esses sujeitos sejam capazes de desenvolver cidadãos aptos a analisar suas diferentes realidades cultural, econômica, social e histórica para que possam ser capazes de mudar as condições pré-existentes, a fim de desenvolver a autonomia em seus estudantes. Assim, Freire (1996, p. 33) ressalta que, “o papel do professor é ajudar os alunos a desenvolverem sua consciência crítica, sua capacidade de transformação do mundo”.

O autor sinaliza que a mudança e a consciência da formação docente propiciam, na escola, novas possibilidades para que ocorram as inovações necessárias e estruturam as dinâmicas pedagógicas nesse ambiente. Assim, a formação docente precisa dar condições para a intervenção construtiva e ativa dos professores, e para isso, eles precisam ser reflexivos e críticos na condição de suas práticas.

Dessa forma, a formação de professores precisa partir da argumentação de Freire (1996), com o objetivo de capacitar um profissional que saiba compreender seus estudantes como sujeitos críticos, e saber problematizar o conhecimento a partir de um argumento crítico e afirmativo, com ideias e reflexões na prática, para a construção de um sujeito que consiga estar e se movimentar para uma sociedade justa e igualitária.

Nossa discussão também está relacionada aos campos de conhecimento. A formação em Geografia, como ciência, contribui para pensar geograficamente os fenômenos físico-naturais e econômico-sociais espacializados. Milton Santos (1978) destaca a Geografia para pensar as intensas transformações pelas quais o mundo vem passando, o que, consequentemente, tem exigido uma nova postura diante da análise dos fatos.

Assim, pode-se pensar: como os cursos de formação de professores estão lidando com essas propostas? Como estão sendo pensadas as diferentes propostas para a formação de professores? Conforme analisa Sacramento (2021), os cursos de licenciatura em Geografia no Estado do Rio de Janeiro apresentam características únicas, e foram criadas a partir de determinadas demandas para formar professores, a partir de suas concepções e de seus contextos. Por isso, a análise não pode ser realizada partindo da perspectiva de uma formação geral, tendo em vista que cada contexto e cada sujeito potencializam ações na construção de uma formação de sujeitos.

CONTEXTOS DOS CURSOS DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Pensar uma formação de professores crítica-reflexiva está associada também ao papel dentro do conhecimento específico, no caso a Geografia. Essa ciência contribui para estudar o espaço geográfico e a relação entre a sociedade e o meio onde todos estão inseridos. O papel das licenciaturas em Geografia, de maneira geral, a formação de professor-pesquisador e crítico, na busca da discussão do espaço geográfico em sua totalidade, destacando suas dimensões físico-naturais, humana-sociais e teórico-metodológicas em articulação com o pensar/fazer pedagógico, para que possam atuar no ensino fundamental aos anos finais e ensino médio, bem como em outras áreas que demandam planejamento e pesquisa nos temas ambientais, populacionais, educacionais, urbanos, agrários, dentre outros.

Sacramento (2021) desenvolveu uma pesquisa preliminar fazendo um mapeamento dos cursos de licenciatura em Geografia situados no estado do Rio de Janeiro, em 2021, verificando que havia quinze instituições de ensino superior, de maneira presencial. Em 2024, duas instituições/universidades privadas foram fechadas, e ocorreu a abertura de um novo campus da UERJ, em Cabo Frio, com o curso de Licenciatura em Geografia, totalizando quatorze em funcionamento. A tabela 1 apresenta os dados gerais das instituições com as entradas de estudantes nos cursos de licenciatura e o período de ingresso. Desta maneira, dispõem-se de oitocentos e quarenta e sete vagas disponíveis para a entrada de novos estudantes.

Nº	CURSO	ANO DE CRIAÇÃO	TURNO DE ENTRADA	INGRESSO	Nº DE ESTUDANTES
1	Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	1935	Noturno	1º	35
2	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)	1941	Diurno	1º	15
3	Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ-Maracanã)	1944	Vespertino/Noturno	1º	70
4	Universidade Federal Fluminense - Niterói (UFF)	1968	Diurno/Noturno	1º	80
5	Universidade do Estado do Rio de Janeiro- Faculdade de Formação de Professores (UERJ-FFP)	1994	Matutino/ Vespertino Vespertino/ Noturno	1º e 2º	140
6	Instituto Federal Fluminense (IFF – Campos de Goytacazes)	2001	Matutino Noturno	1º	40
7	Universidade do Estado do Rio de Janeiro- Faculdade de Educação da Baixada Fluminense (UERJ- FEBF)	2005	Matutino Noturno	1º	70
8	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ – Seropédica)	2008	Vespertino	1º	40
9	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ-Nova Iguaçu)	2009	Matutino	1º	50
10	Universidade Federal Fluminense (UFF Campos de Goytacazes)	2009	Noturno	2º	63
11	Faculdades Integradas Simonsen	2013	Noturno	1º e 2º	114
12	Universidade Federal Fluminense (UFF Angra dos Reis)	2014	Noturno	1º	40
13	Colégio Pedro II	2018	Noturno	1º	40
14	Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ-Cabo Frio)	2024	Vespertino/ Noturno	1º	50

Tabela 1: Número de vagas e ingresso dos cursos de Licenciatura em Geografia do estado do Rio de Janeiro

Fonte: Pesquisa realizada nos sites das instituições. Organizado por Sacramento (2024)

Destarte, encontram-se quatro instituições estaduais, duas privadas e oito federais, na modalidade presencial, especializadas, em sua grande maioria (dez delas), na região metropolitana no Estado do Rio de Janeiro: dois na região Norte Fluminense, uma na região das Baixadas Litorâneas e um na região Sul Fluminense. Das dez localizadas na região metropolitana, cinco estão situadas na cidade do Rio de Janeiro, duas no leste fluminense (São Gonçalo e Niterói) e três na Baixada Fluminense (Seropédica, Nova Iguaçu e Duque de Caxias), conforme apresentado na Figura 2. Do ponto de vista espacial, essas instituições exercem diferentes significados e importância na formação da sociedade regional, na formação de profissionais nos diversos ramos da educação.

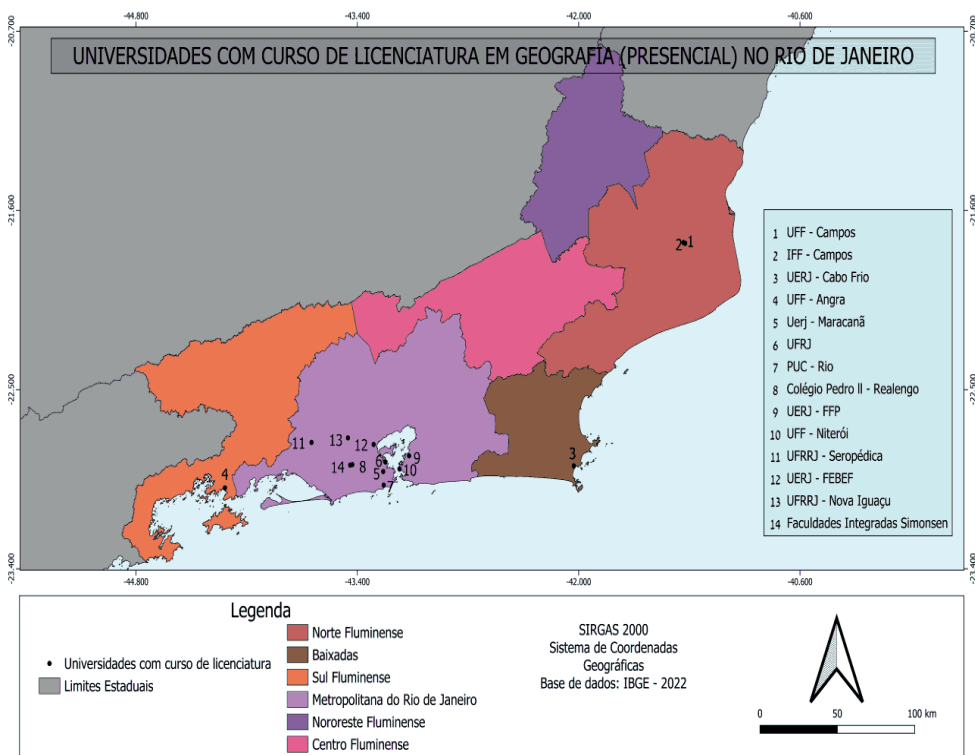


Figura 2: Mapa dos cursos de Licenciatura em Geografia presencial no estado do Rio de Janeiro

Fonte: Dados organizados por Sacramento (2024). Mapa Elaborado por Alan Gomes (2024)

Santos (1997) aponta que os processos social e histórico da produção social do espaço são resultados distintos das configurações geográficas ou espaciais, sendo essas refeitas pelas sociedades, a partir de sua existência material, por seus usos, sentidos e significados e ao mesmo tempo, ligando-se pelas condições das forças produtivas e condições gerais de produção desses territórios.

Se a condição de existência é fato importante para a estruturação da vida cotidiana, cada universidade em seus documentos apontam seus perfis, suas características, suas funções, suas concepções teórico-metodológicas da Geografia e da educação, os impactos para a sociedade. Desse modo, a importância de compreender cada uma delas, pois, segundo Santos (2002), o espaço geográfico vive com dinâmicas espaciais, sociais, econômicas e políticas diferenciadas a partir das formas-conteúdo que transformam as ações dentro dos espaços onde essas instituições estão alocadas.

Os cursos de licenciatura distribuídos em sua maioria na região metropolitana do Rio de Janeiro implicam também na preocupação dessas formações de professores em outras regiões do estado. Em muitos casos, os estudantes de outros municípios precisam vir de ônibus universitários pagos pelas prefeituras, têm, muitas vezes, dificuldades de acesso aos transportes, e outros que se mudam para estarem mais próximos à universidade.

Por isso, as instituições, a partir de suas diferentes ações espaciais, políticas, sociais, educativas e econômicas têm buscado desenvolver suas mudanças curriculares desde 2015. Na pesquisa dos documentos, via site, foi verificado que algumas universidades já tinham realizado suas mudanças curriculares a partir da DCN 2/2015 e já estavam implementando-as, algumas continuam com esses documentos em seus sites. Sacramento (2021) aprofundou a discussão ao apontar que este documento era mais democrático do que a BNC-Formação. Entretanto, com as novas demandas trazidas pela CNE 2/2019, os departamentos têm se questionado sobre a reformulação dos cursos, a respeito de diferentes documentos, em um pouco espaço de tempo. Dessa maneira, foi realizada uma nova pesquisa sobre os documentos curriculares prontos nos referidos sites dos institutos superiores.

A PUC-Rio (Pontifícia Universidade Católica), a UFF-Niterói, Campus Angra dos Reis e Campos de Goytacazes, UFRJ, UERJ-Campus Cabo Frio, a UFRRJ-Seropédica e Nova Iguaçu estão com suas grades ou matrizes curriculares atualizadas. IFF-Campos tem atualizado seus planos de ensino. A PUC-Rio e o Colégio Pedro II já reformularam seus Projetos Políticos Pedagógicos. UFRRJ-Seropédica e Nova Iguaçu estão aguardando aprovação dos seus Projetos Políticos Pedagógicos (PPPs) ou similares, que estão em processo de aprovação. Os três cursos da UERJ na região metropolitana não apresentam grades ou matrizes curriculares recentes, mas estão em processo de reformulação de seus PPPs. As Faculdades Integradas Simonsen apresentam seu Projeto Político Pedagógico reformulado a partir da DCN de 2015. Analisa-se que as instituições realizaram diferentes ações para, de certa maneira, realizar as solicitações iniciais do MEC a respeito da BCN-Formação, ou seja, readequando algum documento enquanto estão terminando de reformular os Projetos Políticos Pedagógicos ou aguardando as aprovações necessárias para uma implementação de fato. Isto demandou de todas as instituições refazerem parte do trabalho que já tinham realizado de 2015 a 2019, no qual ainda constam em alguns sites os documentos relativos à reforma, conforme a DCN de 2015.

Entende-se, que essas políticas curriculares voltadas para a formação de professores precisam ser articuladas como resultado de acordos, lutas, disputas e manobras que fazem com que ela adquira certas configurações que não são apenas o resultado daquilo que os grupos dominantes definem, mas da luta constante por aqueles que são subalternizados. Logo, pensar as licenciaturas em Geografia e seus processos de construção diz respeito à interpretação e à análise de diferentes realidades que estão especializadas em diferentes espaços.

Essas universidades construíram suas formações a partir das diferentes dinâmicas, bem como fundamentos e concepções teórico-metodológicas e pedagógicas, uma vez que seus diferentes corpos docentes e instituições têm discussões, proposições e destaques em seus lugares de origem. Pensar o curso de Licenciatura em Geografia da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ-FFP),

um campus com objetivo claro de formar professores, sendo a única universidade pública no município de São Gonçalo, não tem a mesma concepção do curso de Geografia no campus Maracanã, o qual oferece bacharelado e licenciatura. Assim, o campus da Baixada Fluminense, único público em Duque de Caxias, onde as condições periféricas são diferentes de São Gonçalo. A necessidade da criação do curso de Licenciatura no município de Cabo Frio, conforme apontaram o prefeito e a direção da UERJ, é o desenvolvimento de cursos superiores públicos, na dita, popularmente, Região dos Lagos (Araruama, Arraial do Cabo, Armação de Búzios, Iguaba Grande, Maricá, Saquarema e São Pedro da Aldeia), do ponto de vista da divisão oficial Região das Baixadas Litorâneas, agregando Casimiro de Abreu, Rio das Ostras e Silva Jardim, onde migram muitos estudantes para os cursos fora dessa região. Os municípios da região têm como características espaciais a presença de lagoas, enseadas e praias com parte turística, voltados para a área litorânea, com atividade de extração de sal ainda muito presente. São interligadas pela BR-101, RJ 106 e RJ-124, tendo um alto fluxo de transporte, onde, principalmente, Maricá tem ganhado destaque por conta das obras de infraestrutura e das obras sociais para os moradores. A localização do campus será no município de Cabo Frio, o mais polarizado da região e onde agrega hospitais, comércio, serviços e a parte turística mais estruturada, tendo um centro político e urbano, o que culminou para que o campus fosse construído no município. Para Santos (2007), esses objetos materiais, isto é, aquilo que é concreto, material, que sofreu um processo de transformação ou criação humana e passou a adquirir uma função, um sentido, foram importantes para a localização de um novo campus; como também, as ações políticas presentes na dinâmica de pensar o município de Cabo Frio para ter um novo campus.

A Universidade Federal Fluminense (UFF), com seus três campus distribuídos em municípios e regiões diferentes no estado do Rio de Janeiro em suas matrizes curriculares trazem propostas diferentes de formação de professores, ou seja, suas concepções teórico-metodológicas e estruturas potencializam formações com diversidades, uma vez que cada uma delas tem autonomia para tal fim. A UFF-Niterói, localizada no município de Niterói, sede da universidade, traz implicações de ser um lugar com desigualdades socioespaciais, com áreas de favelas e comunidades, áreas de alto padrão financeiro, com grande fluxo de pessoas e transportes articulados entre São Gonçalo e Rio de Janeiro, formando uma malha com mais de 2 milhões de pessoas na parte leste fluminense, com comércio e serviço diversificados. A UFF-Angra dos Reis é a única universidade pública numa região onde o predomínio do turismo e de grandes empresas e indústrias como estaleiros, usinas e outros, criam potencialidades econômicas, migrações de pessoas para trabalharem na empresa, gerando a necessidade de qualificar a mão de obra. A UFF-Campos de Goytacazes é um dos municípios com maiores aglomerações urbanas do Brasil, isto significa dizer, que é uma cidade com grandes proporções populacionais, assim como, diferentes elementos geográficos urbanos e ambientais dispostos no espaço, como também, suas relações com

as atividades de exploração de petróleo acabam tornando a cidade um polo regional que acaba agregando redes de serviços como bancos, hotéis, restaurantes, universidades, escolas, clínicas e hospitais, dentre outros. Além de redes de comunicação e informação e rede de tv, de rádio e jornais locais (SACRAMENTO, 2021).

Pensar a formação universitária não é um simples trocar de caixas e de palavras, mas uma compreensão do significado e da importância de formar um indivíduo o qual terá impacto em sua área de atuação.

A relação entre a UFRRJ-Seropédica e a de Nova Iguaçu mostram as contribuições dos cursos para esses municípios. Seropédica é uma cidade situada em uma região estigmatizada pela pobreza, cortada pela BR-116 e o Arco Metropolitano do Rio de Brasil, agregando diferentes fluxos no município. Uma região marcada por níveis de pobreza e violência, um lugar com mais relações entre o rural e urbano, onde a falta de infraestrutura está presente na paisagem do município. Destaca-se pela Floresta Nacional Mário Xavier, além disso, uma área de aproximadamente 19 milhões de metros quadrados para empresas de médio e grande porte, dentre elas, estão a Eletrobrás e a alimentícia Panco. Nova Iguaçu, maior município da Baixada Fluminense, com espaço desigual, entre comunidades e centro comercial desenvolvido, atende parte da população da região, por estar articulada entre os principais municípios por onde circulam diferentes fluxos de transporte e de pessoas. Além de uma rede com diferentes empresas e indústrias que agregam ao espaço urbano, e o Parque Natural Municipal que se torna uma área de lazer e turismo.

Destaca-se aqui a dimensão do contexto espacial para buscar analisar que essas instituições não podem criar propostas curriculares sem pensar a condição de cada lugar onde seus estudantes exercerão suas profissões. Cada contexto apresentado caracteriza também uma forma de reflexão sobre o professor a ser formado, priorizando “a capacidade crítica e o direito de pensarem e produzirem currículos voltados à educação emancipatória” (ALBUQUERQUE et al, 2021, p. 43).

Dessa maneira, esses cursos têm buscado por meio de suas diferentes concepções teórico-pedagógicas, encontrar caminhos para construir formações iniciais que sejam significativas para a sociedade. E assim, defende-se que para isso, a formação precisa ser alicerçada na perspectiva dos professores crítico-reflexivos, a fim de que eles possam em suas ações, trabalhar a dimensão do que é ensinar Geografia no mundo contemporâneo e, ao mesmo tempo, pensar nas escalas locais e regionais onde serão desenvolvidos os trabalhos docentes.

Segundo Sacramento e Santana (2019), tratar sobre o curso de licenciatura em Geografia é compreender sua função na escola, bem como de assumir novos desafios e a reflexão sobre as ações político-econômicas que estabelecem diferentes formas de agir nos espaços acadêmicos. Essas diferentes instituições superior de licenciatura em Geografia buscam pensar e repensar seus papéis frente aos novos tempos. Essas diferentes instituições superior de licenciatura em Geografia buscam pensar e repensar seus papéis

frente aos novos tempos: a) produzir e promover conhecimento, b) responder às questões da vida social múltipla e diversa de modo a demonstrar qual é a sua importância como instituição que tem função pública em diversos aspectos, c) pensar o papel e o valor da formação docente frente às novas demandas pedagógicas e geográficas do conhecimento; d) compreender seu papel nos movimentos sociais e escolares em prol de diferentes conhecimentos geográficos que potencializem ações, não só na escola, mas fora dela; assim como analisar geograficamente os diferentes espaços geográficos, paisagens e territórios presentes.

Nesse sentido, o curso de formação para professores de Geografia também teve mudanças, e pesquisas sobre a formação docente têm sido efetivadas, bem como a articulação entre a teoria e a prática está em debate constante. Destarte, para Freire (1987), a educação busca formar cidadãos, formar indivíduos que tenham capacidade de agir positivamente na sociedade, pensando e agindo de forma crítica. E os cursos de Licenciatura em seus processos de reformulação curricular precisam estar atentos à formação de cidadãos críticos-reflexivos, empenhados numa real mudança social, sendo necessária uma reflexão cotidiana sobre a realidade dos professores para contextualizar o conhecimento da ciência geográfica de acordo com cada realidade.

CONCLUSÃO

A CNE 2/2019 provoca a reflexão sobre essas políticas que têm como fundamento a tecnificação das licenciaturas, na busca de se adequar àquilo que o capital necessita de mão-de-obra barata, com menos qualificação teórica e mais concepção do saber fazer. Assim, a formação de professores está focada em operadores de competências e habilidades. Então, há a preocupação da posição que os professores passam a ocupar, perdendo domínio e autonomia para desenvolver uma pedagogia do gerenciamento.

Compreende-se também, que as mudanças precisam ser pensadas, já que as formas de ações e intervenções sobre a sociedade são alteradas de acordo com os diferentes desafios na vida contemporânea. Assim, os cursos de formação de professores precisam ter autonomia para pensar de forma plural as diferentes concepções teórico-práticas, bem como os processos para construções de diferentes Geografias que não sejam homogeneizadoras, como destacam Albuquerque et al. (2021), Santos (1978, 2007), os quais produzam saberes organizados nas escolas e nas universidades públicas para as transformações na sociedade.

Os embates dos cursos de licenciaturas de Geografia do estado do Rio de Janeiro, na demora em finalizar seus Projetos Políticos Pedagógicos, estão associados às dificuldades burocráticas e a não aceitação de vários pontos da BNC-Formação, procurando construir suas reformas a partir de suas demandas sociais, políticas, espaciais e pedagógicas. A busca em manter as discussões por uma formação crítica-reflexiva é salientado por Nóvoa

(1995) como o caminho para que os cursos possam ter autonomia e diferentes concepções de pensar e rever o processo de formação de professores.

Mediante o exposto, cada curso de licenciatura tem um conjunto de concepções teórico-metodológicas e espaciais que potencializam as diferentes dinâmicas e os diferentes contextos vivenciados por cada um dele, assim buscando estruturar da melhor maneira possível a formação de seus licenciandos. Assim, os contextos espaciais dessas universidades e instituições se tornam essenciais para analisar o quanto elas são importantes para formar professores, uma vez que elas articulam diferentes ações para promover profissionais crítico-reflexivos num espaço geográfico necessário para o desenvolvimento dos cursos.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, M. A. Martins et al. **Manifesto**: críticas às reformas neoliberais na educação: prólogo do ensino de Geografia. 1. ed. Marília: Lutas Anticapitalista, 2021.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018. Disponível em <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/downloadadd-bncc/>. Acesso em: 20 ago. 2021.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno (CNE/CP). Resolução CNE/CP nº2, de 1º de julho de 2015. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. **Diário Oficial da União**: Seção 1, Brasília, DF, n. 124, p. 8-12, 2 jul. 2015.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno (CNE/CP). Resolução CNE/CP nº2, de 20 de dezembro de 2019. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). **Diário Oficial da União**: Seção 1, Brasília, DF, p. 46-49, 15 abr. 2020.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo da Educação Superior 2021**: notas estatísticas. Brasília, DF: Inep, 2022. https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/notas_estatisticas_censo_da_educacao_superior_2021.pdf

COSTA, E. M.; MATTOS, C. C. de; CAETANO, V. N. da S. Implicações da BNC- Formação para a universidade pública e formação docente. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, Araraquara, v. 16, n. esp.1, p. 896–909, 2021. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/14924>. Acesso em: 20 abr. 2022.

DECONTO, D. C. S.; OSTERMANN, F. Treinar professores para aplicar a BNCC: as novas diretrizes e seu projeto mercadológico para a formação docente. **Caderno Brasileiro de Ensino de Física**, v. 3, 8, n. 3, p. 1730-1761, dez. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/fisica/article/view/84149/47917>. Acesso em: 10 mai. 2022.

FACULDADES INTEGRADAS SIMONSEN. Departamento de Geografia. Disponível em: <https://www.simonson.br/2.0/GEOGRAFIA>. Acesso em: 05.01.2024.

FRANGELLA, R. de C.; DIAS, R. E. Os sentidos de docência na BNCC: efeitos para o currículo da educação básica e da formação/atuação de professores. **Educação Unisinos**, Rio de Janeiro, p. 7-15, 2018. <https://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/edu.2018.221.01>

FREIRE, P. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. 23 ed. São Paulo: Autores associados: Cortez, 1987.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GARCIA, M. M. A.; OSÓRIO, M. R. V. O profissionalismo docente na reforma das licenciaturas: o discurso da política curricular oficial. In: TURA, M. de L. R.; GARCIA, M. M. A. **Currículo, Políticas e Ação Docente**. Rio de Janeiro: EDuerj, 2013, p. 159-180.

GONÇALVES, S. da R. V.; MOTA, M. R. A.; ANADON, S. B. A resolução CNE/CP N. 2/2019 e os retrocessos na formação de professores. **Formação em Movimento**, v.2, i.2, n.4, p. 360-379, jul./dez. 2020. Disponível em: <http://costalima.ufrj.br/index.php/FORMOV/article/view/610>. Acesso em: 20 abr. 2022.

INSTITUTO FEDERAL FLUMINENSE, CAMPOS DE GOYTACAZES. Curso de Licenciatura em Geografia. Disponível em: <https://portal1.iff.edu.br/nossos-campi/campos-centro/cursos-nova-interface/cursos-superiores/licenciatura-geografia>. Acesso em: 05.01.2024.

MONFREDINI, I. (Org). As possibilidades de formação de sujeitos na universidade. In: **A Universidade como espaço de formação de sujeitos** [e-book]. Santos (SP): Editora Universitária Leopoldianum, 2016, p. 7-20. Disponível em: https://www.unisantos.br/wp-content/uploads/2017/01/ebook_universidade_espaco_formacao_sujeitos.pdf. Acesso em: 10 abr. 2022.

NETTO, J. P. **Introdução ao estudo teórico de Marx**. 1.ed.- São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NÓVOA, A. Formação de professores e profissão docente In: **Os professores e sua formação**. Lisboa: Dom Quixote, 1995.

PONTÍFICA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO. Departamento de Geografia. Disponível em: <https://www.puc-rio.br/ensinopesq/ccg/geografia.html> <http://www.geo.puc-rio.br/>. Acesso em: 05.01.2024.

RODRIGUES, L. Z.; PEREIRA, B.; MOHR, A. Recentes Imposições à Formação de Professores e seus Falsos Pretextos: as BNC Formação Inicial e Continuada para Controle e Padronização da Docência. **Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências**, p. 1-39, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/rbpec/article/view/35617>. Acesso em: 20 abr. 2022.

SACRAMENTO, A. C. R.; SANTANA FILHO, M. M. A formação de professores de Geografia no Brasil: desafios frente as novas mudanças curriculares. In: XVII Encuentro de Geógrafos de América Latina (EGAL 2019). Hacia geografías de la integración y la diversidad. **Anais...** Quito: Centro de Publicaciones PUCE, 2019.

SACRAMENTO, A. C. R. Reflexões sobre as novas reformas de formação de professores: estudo de caso das licenciaturas dos cursos de Geografia no estado do Rio de Janeiro. **Boletim Alfenense de Geografia**. Alfenas, v. 1, n.1, p. 3-20, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.29327/243949.1.1-13>. Acesso em: 20 abr. 2022.

SANTOS, M. **Por uma nova Geografia**. São Paulo: Nobel, 1978.

SANTOS, M. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1997.

SANTOS, M. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Edusp, 2007.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Departamento de Geografia. <http://www.igeog.uerj.br/>. Acesso em: 05.01.2024.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA BAIXADA FLUMINENSE. Departamento de Geografia. Disponível em: http://www.febf.uerj.br/site/?page_id=1056. Acesso em: 05.01.2024.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Campus Cabo Frio. Disponível em: <https://www.ementario.uerj.br/plano-de-periodizacao.php>. Acesso em: 05.01.2024.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES. Departamento de Geografia. Disponível em: https://www.ffp.uerj.br/?page_id=5366. Acesso em: 05.01.2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Departamento de Geografia. Disponível em: <https://www.geografia.ufrj.br/graduacao/licenciatura/>. Acesso em: 05.01.2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. Departamento de Geografia. Disponível em: <http://geografia.sites.uff.br/> Acesso em: 05.01.2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, CAMPOS DE GOYTACAZES. Departamento de Geografia. Disponível em: <https://geografiacampos.uff.br/licenciatura-em-geografia/>. Acesso em: 05.01.2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ANGRA DOS REIS. Departamento de Geografia. Disponível em: <http://iear.uff.br/geografia/> Acesso em: 05.01.2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO. Departamento de Geografia. Disponível em: <https://cursos.ufrj.br/grad/geografia/apresentacao/>. Acesso em: 05.01.2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO, INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR. Departamento de Geografia. Disponível em: <https://www.ni.ufrj.br/cursos/graduacao/geografia/>. Acesso em: 05.01.2024.

TERRITORIALIDADES ESCOLARES: ENSAIO A RESPEITO DAS DINÂMICAS ESPACIAIS DE UM COLÉGIO

Data de submissão: 01/03/2024

Data de aceite: 01/04/2024

Leonardo dos Reis Mendonça

SCHOOL TERRITORIES: ESSAY OF THE SPATIAL DYNAMICS IN A SCHOOL.

RESUMO: As instituições sociais se consolidam a partir de diferentes relações de poder. Foucault, em sua microfísica do poder, analisa as relações estabelecidas entre o manicômio, a prisão e a escola. A escola, como instituição, nos permite revelar diferentes relações: professores, alunos, funcionários, etc. A relação entre os diferentes grupos de uma escola revela, a partir das relações de poder, diferentes territorialidades. Neste ensaio, tomando como exemplo o espaço do colégio Santa Cruz, a análise busca compreender a relação entre os diferentes grupos com os seus espaços, assim demonstrando o modo como as diferentes territorialidades estabelecem uma relação entre espaço, grupos sociais e poder. O espaço da escola é um espaço em conflito e em disputa, a maneira pela qual cada grupo se apropria desses espaços segundo sua territorialidade, revela interessantes dinâmicas para pensar certos conflitos.

PALAVRAS-CHAVE: Territorialidade, Paisagem, Escola, Poder.

ABSTRACT: To reveal different relationships: teachers, students, staff, etc. The relationship between the different groups in a school reveals, based on power relations, different territorialities. In this essay, taking the space of Colégio Santa Cruz as an example, the analysis seeks to understand the relationship between different groups and their spaces, thus demonstrating the way in which different territorialities establish a relationship between space, social groups and power. The school space is a space in conflict and dispute, the way in which each group appropriates these spaces according to their territoriality reveals interesting dynamics for thinking about certain conflicts.

KEYWORDS: Territoriality, Landscape, School, Power.

INTRODUÇÃO

As discussões que se seguem fazem parte do conjunto de reflexões que pude realizar com foco na questão das territorialidades e paisagens do colégio Santa Cruz. Neste sentido, tomamos como princípio desta reflexão duas categorias de ordem geográfica. Estas nos permitem perscrutar em profundidade o modo como as relações se materializam no espaço através de seus lugares de convivência e passagem, a destacar: a partir de seus fixos e fluxos.

Em relação ao tempo empregado, e para o nível de reflexão desejado, tomamos como princípio uma descrição do colégio, sem necessariamente recorrer ao uso técnico ou teórico da cartografia, apenas destacando os espaços de convivência: suas posições, relações e símbolos no espaço.

Pensar a territorialidade assim como as relações presentes na paisagem, nos permite, como geógrafos e educadores, a apreensão da dinâmica social de um espaço preñado de contradições e dominado por relações de poder que exprimem, para cada parcela do espaço um dado uso, desta forma, também representa um princípio de apreensão de uma das parcelas do que podemos considerar o espaço geográfico, ou seja: o território usado (SANTOS e SILVEIRA, 2006).

Uma descrição do colégio

O colégio Santa Cruz está localizado no bairro: alto de pinheiros, próximo a cidade universitária. Trata-se de um colégio de alto custo, portanto, não raras vezes é associado ao termo “colégio de elite”, mesmo que não se faça as devidas considerações para o que consideramos de fato a partir do termo “elite”.

Foi fundado em 1952, por padres canadenses da ordem Santa Cruz, tratando-se, portanto, de um colégio vinculado à uma ordem religiosa, o que não coloca, contudo, como princípio, a religião como uma das condições de ingresso ou convivência, apesar de que, simbolicamente, esta faz parte dos diversos espaços de convivência.

Seu espaço ocupa os dois lados de um quarteirão, possuindo acesso tanto pela avenida Arruda Botelho (entrada principal), quanto pela rua Orobó. Seu bairro hipervalorizado torna-se espaço de convivência das mais diversas classes, o que inclui tanto os moradores locais, de classes mais abastadas, quanto os trabalhadores que se deslocam das zonas periféricas. A boa urbanidade garante ao longo da paisagem uma série de infraestruturas tais como: praças de diferentes dimensões (tanto de bairro quanto maiores como a praça vila lobos), espaços para exercício físico, áreas verdes, longos canteiros, presença de policiamento e segurança privada, ciclovias, lanchonetes, proximidade com estação de trem (cidade universitária), shopping center (shopping vila lobos), mercados (extra), entre outros.

Do ponto de vista das infraestruturas (fixos), seguindo a tendência da região, possui amplos aparatos técnicos-educativos: biblioteca de grande porte, acesso à internet para todo o espaço do campus, computadores de última geração, projetores e slides em todas as salas de aula, sala de artes etc. Um conjunto de prédios caracteriza a paisagem escolar. O prédio principal, tombado como patrimônio histórico, abriga as turmas de ensino médio, outros prédios caracterizam: o teatro, com um espaço digno de boas apresentações (longas fileiras de poltronas); o prédio do ensino fundamental e primeiros anos (jardim de infância até o nono ano); o prédio da biblioteca, que, sendo mais recente, traz consigo, uma arquitetura representativa de nosso período técnico-científico, com longos painéis espelhados.

Do ponto de vista da fluxos, os alunos possuem liberdade de trânsito entre todos os espaços do colégio, apesar de que, pela coação, acabam valorizando mais alguns espaços do que outros. O princípio pedagógico do colégio permite que os alunos selecionem os dias e as aulas que desejam assistir, partindo do princípio de que estes devem assumir a própria responsabilidade destas escolhas, assim, colocam como fundamento que a observância do próprio desempenho escolar parte, em grande medida, das escolhas pessoais de cada aluno.

Os professores são, em sua maioria, de orientação progressista e a escola assume, em grande medida um modelo pedagógico construtivista ou, simplesmente, progressista. Assumindo que a construção dos saberes se realiza em conjunto, recusando o recurso pedagógico meramente expositivo e recorrendo a diferentes formas de avaliação.

Os cursos são realizados de maneira integral, sendo que no período comum (7h25 – 13h) temos reservados os estudos do ensino médio, enquanto que no período da tarde (14h 16h45), os alunos selecionam as disciplinas optativas de seus interesses.

Os estagiários são todos oriundos da Universidade de São Paulo, seja pela proximidade entre o colégio e a instituição, seja pelo prestígio que os estudantes dessa universidade trazem para o colégio.

Para finalizar, do ponto de vista geomorfológico, o colégio se localiza em região de várzea do rio pinheiros, sendo assim podemos destacar a recorrência, ao longo dos anos, de uma série de enchentes, além da grande quantidade de mosquitos, além de um relevo de poucas variações altimétricas (planície de inundação).

Algumas palavras sobre o método

Notadamente, tomamos como princípio um breve relatório e, portanto, não possuímos o espaço e nem mesmo a intenção de discorrer longamente sobre os métodos que nortearam o conjunto das observações, mesmo assim, uma breve discussão se faz necessária.

A respeito do método, selecionamos a perspectiva descritiva onde unimos o materialismo dialético histórico, simplesmente, através da perspectiva de classes, à perspectiva foucaultiana, a respeito da observação da microfísica do poder em função das territorialidades. Assim sendo, compreendemos que a microfísica do poder possui uma representação espacial dada ao longo das diversas territorialidades que, ora se confundem com uma questão simplesmente de classes, ora trazem consigo representações simbólicas de diferentes ordens, ou seja, não levamos apenas em consideração as origens e grupos de ordem de classe social, mas também, seus signos geralmente associados: formação universitária, hierarquia no colégio, raça, cultura, entre outros.

Para tanto, seguindo os princípios da discussão metodológica, buscaremos, ao longo do texto, esclarecer os princípios norteadores das teorias e métodos que fundamentaram nossas observações através das referências e discussões.

Territorialidade e colégio

As territorialidades são expressões da própria existência. O simples fato de existir produz territorialidades, que não devem ser confundidas com território, mas que também, são inerentes à esta segunda categoria. Num nível amplo de abordagem podemos compreender que a territorialidade existe em função com a identificação com o espaço geográfico, aqui definido também como território usado. (SANTOS e SILVEIRA, 2006).

"Por território entende-se geralmente a extensão apropriada e usada. Mas o sentido da palavra territorialidade como sinônimo de pertencer àquilo que nos pertence... este sentido de exclusividade e limite, ultrapassa a raça humana e prescinde da existência do Estado. Assim, essa ideia de territorialidade se estende aos próprios animais, como sinônimo de área de vivência e de reprodução. Mas a territorialidade humana pressupõe também a preocupação com o destino, a construção do futuro, o que, entre os seres vivos, é privilégio do homem." (SANTOS e SILVEIRA, 2006, pág. 19).

A preocupação com o destino é privilégio da categoria homem, isso, antes de tudo, significa que o homem, diferente dos animais, se projete nos espaços, o constrói a partir do princípio das próximas gerações, dos legados que deixará aos que chegam novos ao mundo, trata-se assim sempre da possibilidade de construir o novo, se apropriar das ideias e aflorar, a princípio, um mundo melhor, ou, simplesmente garantir um projeto qualquer, sejam estes os mais contraditórios possíveis.

Este pensar com o futuro não se desenrola sem que o passado nos surja como um verdadeiro fantasma a nos perseguir, e o presente, sempre imediato, e tão logo percebido, também passado, gesta o novo futuro. É neste espaço, entre o passado e o futuro, no presente, base dos novos projetos, que surgem as diferentes territorialidades, necessariamente contraditórias e multi-escalares e multi-temporais. E necessariamente contraditórias pois, diferentemente dos limites rígidos ou quase rígidos, dos territórios nacionais, as territorialidades são sempre sobrepostas e, portanto, são também a origem de novas e velhas violências.

No espaço escolar as territorialidades surgem a partir de diferentes grupos, que não estão simplesmente incluídos unicamente a partir da classe social, mas são definitivamente condicionados por estas. No interior destes grupos surgem também diferentes territorialidades, no entanto, tendo como princípio uma análise geral iremos selecionar cinco diferentes grupos: a coordenação (administração do colégio), os professores, os alunos, os estagiários e os funcionários da limpeza e alimentação.

Territorialidades, paisagem e grupos sociais

As territorialidades, apesar de sobrepostas, possuem certos núcleos de identificação dos diferentes grupos, isto significa que no limite entre estas territorialidades dão-se os conflitos, a maioria destes silenciosos, o que na aparência do fenômeno não representa grandes representações, enquanto que o núcleo destas territorialidades¹ os espaços se consolidam a partir de cada grupo social como espaço de maior identificação e proteção. Assim, passamos ao recurso da paisagem² como consideração. Estabelecemos também uma hierarquia³ que leva em conta a microfísica do poder de cada grupo social, destacando também o que consideramos como poder.

“DEFINIÇÃO. — Em seu significado mais geral, a palavra Poder designa a capacidade ou a possibilidade de agir, de produzir efeitos. Tanto pode ser referida a indivíduos e a grupos humanos como a objetos ou a fenômenos naturais (como na expressão Poder calorífico, Poder de absorção). Se o entendermos em sentido especificamente social, ou seja, na sua relação com a vida do homem em sociedade, o Poder torna-se mais preciso, e seu espaço conceptual pode ir desde a capacidade geral de agir, até à capacidade do homem em determinar o comportamento do homem: Poder do homem sobre o homem. O homem é não só o sujeito mas também o objeto do Poder social.” (BOBBIO, MATTEUCCI, PAQUINO, 1998, pág. 933)

1 Estes núcleos não podem ser pensados posicionalmente em relação aos centros de cada territorialidade, ou seja, dão-se muitas vezes de modo difuso/fragmentário ou, simplesmente, em rede. O modo como se assumem estas territorialidades varia de grupo para grupo na medida em que cada um pode assumir com maior força uma dada territorialidade. Os funcionários da limpeza, em geral, possuem grande dificuldade de se impor nos espaços da coordenação, por outro lado, quando um professor se desloca até um almoxarifado qualquer a proeminência do comando, pelo menos imediata é a do funcionário da limpeza ou profissional responsável.

2 Para pensar a paisagem levamos em consideração a posição de Milton Santos, para quem: “A paisagem, certo, não é muda, mas a percepção que temos dela está longe de abarcar o objeto em sua realidade profunda. Não temos direito se não a uma aparência.” (SANTOS, 2012, pág. 23). Neste sentido a observação das territorialidades em sua dinâmica busca dotar de sentido estas aparências, tornando o espaço como um quadro vivo.

3 Pensamos a hierarquia com base na premissa da própria noção de poder, desta forma, para os grupos considerados chegamos na seguinte conclusão: coordenadores (administradores) – professores – estagiários – alunos – funcionais auxiliares (limpeza, alimentação etc.). Como funcionários da coordenação consideramos apenas a direção do colégio, e os cargos associados aos assuntos do próprio ensino, para isso deixamos de lado os funcionários da administração em geral, para os professores consideramos principalmente os professores regulares, com o recorte preciso do ensino médio, em relação aos estagiários consideramos os estagiários das disciplinas regulares de ensino médio, para os alunos os consideramos em geral, mas principalmente os de ensino médio, os funcionários auxiliares considerados em sua maioria são aqueles na função da limpeza e alimentação. São considerados auxiliares apenas no sentido de que desempenham funções importantes, mas não diretamente ligadas ao ensino.

O poder então torna-se a capacidade do agir e determinar as ações e comportamentos dos indivíduos e grupos humanos, é desta forma que pensamos o poder em relação as territorialidades do colégio. Como a capacidade de agir no sentido de determinar comportamentos e ações pensamos principalmente no modo como o poder, através das territorialidades determina os símbolos e os fluxos do colégio, além de imprimir concretamente nos objetos e espaços a sua ideologia.

A sala dos professores por exemplo, trata-se da sala mais ampla de convivência, afora aquelas destinadas ao convívio em geral, ou seja, para um único grupo, trata-se da maior sala disponível. Isto é resultado, é claro, também de um fator concreto: a quantidade de professores, mas mesmo, assim, este espaço nos garante certas interpretações em relação aos seus fluxos e objetos. Em relação aos fluxos notadamente os coordenadores e professores imperam. Os coordenadores sendo responsáveis pelo espaço integral do colégio possuem sua territorialidade precisamente nos limites do colégio e seu entorno imediato, assim, todos os espaços são afetados por suas decisões o que os coloca no topo desta territorialidade desigual e sobreposta. Os professores possuem igualmente uma territorialidade sobreposta aos espaços do colégio com exceção de alguns espaços: a coordenação, a administração dos recursos humanos e a secretária. Nestes espaços as fronteiras criadas limitam seus fluxos no sentido contrário, trata-se de uma certa propensão a evitar certos espaços. Sendo assim, o espaço de convivência maior dos professores, seu núcleo de territorialidade, trata-se justamente da sala dos professores, onde estes geralmente frequentam assim que chegam, nos intervalos e antes de ir embora. Os fluxos assim se condicionam a partir do choque de diferentes poderes e, portanto, se orientem em diferentes sentidos.

O espaço dos professores do ensino médio é, de qualquer forma, o ponto mais central, em relação à posição do colégio. Isso nos deixa um certo sentido da importância destacada aos educadores. A paisagem da sala dos professores é composta por uma ampla sala dividida em dois cômodos, um a esquerda menor, outro logo em frente à entrada, maior. À esquerda tem-se o espaço dos armários e computadores, enquanto a sala maior é destinada à convivência. Ao longo de meu estágio pude perceber as diversas relações entre os alunos e a sala. Num primeiro ponto estes a evitam em grande parte, se recusam na maioria das vezes em serem atendidos dentro daquele espaço, seus fluxos se dirigem para espaços mais distantes. Mesmo assim, a sala é ampla e possui grandes vitrais, o que permite que os professores sejam tanto observados do espaço de fora quanto observarem do espaço de dentro. Esta centralidade da sala dos professores revela em grande parte as relações de poder entre aluno e professor. Os vitrais, mais do que servir para que se observem os professores, permite que estes observem os alunos e assim impor sua presença constante na maioria dos espaços de convivência.

Os grandes vidros podem não cumprir conscientemente ou diretamente a função da vigia dos alunos, mas certamente é a representação material de uma ideologia no espaço.

“Os construtores do espaço não se desembaraçam da ideologia dominante quando concebem uma casa, uma estrada, um bairro, uma cidade. O ato de construir está submetido a regras que procuram nos modelos de produção e nas relações de classe suas possibilidades atuais.” (SANTOS, 2012, pág. 24)

Os estagiários, por outro lado, possuem uma sala menor. De fato, entre coordenação, professores e estagiários, a estes últimos está reservado o menor cômodo. Este se localiza em proximidade com a sala dos professores e da coordenação geral e de estágio. Está certamente próxima de seus olhares e assim o é para que em função de qualquer demanda de qualquer professor o estagiário esteja sempre de prontidão para assumir. Claro que essa proximidade revela o caráter também de vigia deste grupo. Nesta sala não há janelas nem ventilação, o pequeno espaço que comporta confortavelmente quatro ou cinco pessoas geralmente recebe uma dezena de estagiários mais uma soma considerável de alunos. Mesmo assim, os estagiários possuem acesso à grande parte do colégio, desta vez, em menores possibilidades que a coordenação e os professores. Neste sentido os estagiários evitam as salas da coordenação, as salas da administração (RH e secretaria), além da própria sala dos professores, onde naturalmente se sentem mais intimidados ou desconfortáveis.

Pode-se dizer que exatamente os estagiários estão na posição mais intermediária das territorialidades, o que na verdade lhe surge como uma vantagem de trânsito entre as territorialidades superiores e inferiores, no sentido de que não é nem tão distante dos grandes centros de poder e nem tão distante dos pequenos espaços de poder, o que lhe permite uma visão das mais integrais destes espaços no sentido de percebê-los e estudá-los.

Os alunos possuem acesso à grande parte do colégio, no entanto, percebidas conscientemente e inconscientemente as dinâmicas das territorialidades e, portanto, do poder no espaço, buscam evitar certos lugares, sendo estes: a coordenação, as secretarias, as salas dos professores e as salas dos estagiários. De fato, os alunos e estagiários possuem uma grande proximidade uma vez que a sala dos estagiários lhes serve como apêndice em plantões de dúvida. No entanto, deve-se considerar que em sua maioria a sala ainda é evitada pelos alunos.

Perscrutando o ponto de maior choque entre as diferentes territorialidades podemos chegar na conclusão de que se trata principalmente da sala de aula. É onde podemos observar a maioria dos conflitos. Neste sentido a sala de aula inclui todos os grupos sociais ligados à educação: coordenadores, professores, estagiários e alunos. Não por acaso, portanto, é o espaço de maiores conflitos, uma vez que cada um à sua maneira, busca impor sua territorialidade.

Os alunos sendo em grande parte obrigados a respeitar os tempos e espaços do colégio, sentem a sala de aula não como uma territorialidade, mas justamente como prisão. A sala de aula é o espaço tipicamente do professor:

“A aula é um espaço para os estudantes, que estão, mas não são. A prática docente, suas relações assimétricas vaticinam a aula como seu território. A aula é o território do professor. O território não se estabelece à priori, mas a posteriori, decorre das práticas socioespaciais, decorre da forma de apropriação do espaço e das relações de poder que constituem a centralidade e forma de sua constituição.” (SOUZA e JULIASZ, 2019, pág. 7)

Sendo espaço do professor, os conflitos surgem a partir dos alunos como tentativa de criação de sua territorialidade, tentativa que surge como “indisciplina”, como “bagunça”, como tentativa de reverter a territorialidade dos professores e da coordenação.

A ideologia surge de maneira mais latente e visível nestes espaços: cadeiras enfileiradas, alunos de costas uns para os outros demonstrando uma mínima solidariedade, apontados apenas para frente observando a figura máxima do professor. O sinal entre uma aula e outra, tal como o tempo é controlado nos presídios e manicômios, indica o controle de seu tempo, sendo mais um elemento da ideologia da produtividade imposta às escolas. As salas divididas impõem um limite entre os colegas, demonstrando a hierarquia entre os diferentes períodos, no caso do ensino médio: primeiro, segundo e terceiro ano do colegial.

Como num presídio os elementos de poder estão presentes, os professores cumprem a função de verdadeiros guardas, que quando intimidados e preocupados com o andamento da disciplina dos alunos, recorrem a tropa de choque ou a direção do presídio, neste sentido, maus alunos, considerados indisciplinados, são enviados para as salas da direção.

Os estagiários, quando em sala de aula, são completamente absorvidos na posição de alunos, assistem as aulas e, na verdade, funcionam como uma espécie de agente infiltrado. São os símbolos de como os alunos deveriam se portar em cada aula, são orientados mesmo nesse sentido pela coordenação e professores, a manter o silêncio, anotar o que é passado em sala de aula, evitar conversas no horário de exposição e discussão dos assuntos, etc. Assim, revela-se no estagiário a imagem do modelo perfeito de aluno que os demais alunos devem seguir.

Como dito anteriormente o estagiário é o grupo social mais fluido entre os diferentes grupos e, da mesma forma, sua territorialidade é móvel. Quando este, por vez ou outra, assume a função de professor, por exemplo, passa a transitar em diferentes territorialidades e diferentes funções. Como professor exerce mais poder sobre os alunos, lhes determinando as ações, além de passar a frequentar com maior frequência a sala dos professores. O estagiário, portanto, é também professor e aluno, dada as circunstâncias.

Quais seriam então os espaços dos alunos? Principalmente suas zonas de convivência entre as aulas: os corredores e os espaços maiores: quadras, pátios, bancos, etc. A sala de aula se incorpora à sua territorialidade de maneira breve, apenas quando da ausência de grupos de maior poder⁴.

4 É justamente um dado das territorialidades sua mobilidade e fluidez (SANTOS e SILVEIRA, 2006).

Os funcionários auxiliares assumem o nível da base destas relações. Geralmente entram mudos nos ambientes, cabisbaixos e assustados. Evitam todos os espaços possíveis além daqueles destinados ao seu grupo. Evitam assim: a coordenação, as secretarias, a sala dos professores, a sala dos estagiários, os espaços de convivência geral dos alunos etc. Seu principal espaço de convivência é principalmente os corredores (pois sempre assumem uma posição de passagem), além de suas diferentes salas próprias, que se encontram separadas do prédio, em outras construções.

Pode-se assim compreender que a dinâmica entre as territorialidades não é única, sendo fundamentalmente contraditória. Espaços que num dado momento se destinam majoritariamente à um grupo, se diferenciam em outros momentos, como é o caso mesmo da sala de aula: o ápice do choque destas territorialidades. Os grupos mesmo não são homogêneos e seus membros, por vezes, assumindo diferentes funções, também assumem diferentes poderes e territorialidades: é o caso dos alunos que se tornam monitores e passam a dar aula na função de professores, é o caso dos estagiários que por vezes assumem a posição de alunos e por vezes assumem a posição de professores, é o caso dos professores que em palestras se tornam ouvintes, etc. Logicamente que a origem destes grupos sempre é mantida como certo símbolo de autoridade, na medida em que, apesar de serem móveis as posições, ainda se mantém muito das autoridades ou submissão de suas origens. Ademais nos resta um último comentário: o da variabilidade no interior destes grupos, que deve ser necessariamente considerada.

Grupos sociais, cultura e desigualdade

No interior de cada grupo anteriormente considerado devemos considerar seus conflitos: desigualdades e contradições. A cultura torna-se assim um elemento fundamental.

O significado mais simples desse termo afirma que a cultura abrange todas as realizações materiais e espirituais de um povo. Em outras palavras, cultura é tudo aquilo produzido pela humanidade, no plano material ou no plano imaterial, desde artefatos e objetos, até ideais e crenças. Cultura é todo complexo de conhecimentos e toda habilidade humana empregada socialmente. Enfim, é também todo comportamento aprendido, de modo independente da questão biológica. (CALÇADA e JÚNIOR, 2018, pág. 160)

Observamos assim que cultura se aproxima em grande parte da ideia de tradição, pode-se buscar a origem do termo na própria ideia de “agricultura” ou seja, o fazer crescer, florescer, o cultivar. Neste sentido, os choques no interior desta instituição de ensino não se dão apenas através das classes, o que pode ser observado em relação aos funcionários auxiliares, estagiários, alunos, professores e coordenadores, que, em sua maioria, na mesma tendência de sua hierarquia em função das territorialidades também se encontram antagonizados em diferentes classes sociais (mais pobres – mais ricos, para tornar esta discussão muito mais simples).

Fato é que este antagonismo também se dá através da questão cultural, através da sexualidade e através da raça. Raça e cultura estão certamente aproximadas, mesmo em períodos de globalização, uma vez que a raça diz muito a respeito da origem do indivíduo e, portanto, de suas tradições, sendo assim, pode-se destacar entre o grupo social dos alunos uma parcela que sofre em função de sua origem de classe e cultura: os alunos cotistas. Estes são em sua imensa maioria negros e de renda menor, neste sentido, seus espaços se encontram ainda mais reduzidos em relação aos alunos não cotistas, uma vez que se sentem intimidados ao frequentar certos espaços de convivência, seja pela ausência de seus símbolos de consumo: celular, roupa, material etc. Seja pela sua própria origem que já detecta certos preconceitos.

Os alunos homossexuais e transexuais, por outro lado, surgem também como fundamentais nesta análise, uma vez que se detecta também certas imposições autoritárias a suas condições. Na questão dos alunos e alunas transexuais os espaços de convivência são grandemente prejudicados, o exemplo maior seria o uso dos banheiros. Surge a questão: qual banheiro utilizar? Neste sentido no próprio colégio, um movimento iniciado por uma aluna transexual foi responsável pela criação de um novo banheiro, este no caso, que atende as duas identidades de gêneros além do amplo aspecto LGBTQIA+, assim garantindo através da luta a posse de uma nova territorialidade. O caso desta aluna transexual representa o modo como o espaço escolar, através de suas territorialidades, se torna espaço de disputa, e, portanto, assume diferentes projetos e conflitos que mudam não apenas sua morfologia, mas também sua dinâmica social.

CONCLUSÃO

A observação das territorialidades e paisagens do colégio Santa Cruz, nos apresenta um espaço fragmentário e desigual, objeto de disputa de diferentes grupos que no seu interior são também fragmentários e desiguais.

A possibilidade de análise de um dado “colégio de elite” em função de suas categorias geográficas nos permite um certo nível de generalização para os demais colégios tanto públicos como privados, sempre, é claro, levando em consideração, as suas características fundamentais relacionadas a cultura escolar local: sua pedagogia, seu entorno, enfim, suas características próprias.

Compreender o espaço do colégio como um espaço de disputa nos prepara para levar em consideração suas peculiaridades em relação ao ensino e dota o professor com maior nível crítico em sala de aula, o que lhe permite compreender e mediar os conflitos de maneira mais adequada.

REFERÊNCIAS

BOBBIO, MATTEUCCI, PAQUINO. Dicionário de Política. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998ç.

CALÇADA, Luís Antonio; JÚNIOR HERINGER, Bruno. Do multiculturalismo ao interculturalismo: fracasso ou aperfeiçoamento. **REDES**, Canoas, v. 6, n. 2, p. 159-170, 2018.

SANTOS, M. e SILVEIRA, M. Brasil território e sociedade no século XXI. 9ª ed. São Paulo: Record, 2006.

SANTOS, M. Pensando o espaço do homem. 5ª ed. São Paulo: Edusp, 2012.

SOUZA, J. e JULIASZ P. Geografia e Pedagogia: saberes historicamente determinados. In: Boletim Paulista de Geografia, nº101, 2019.

INCORPORAÇÃO DA INOVAÇÃO NAS DIRETRIZES E ESTRATÉGIAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Data de aceite: 01/04/2024

Ana Ivone Salomon Marques

Mestranda em Geografia pela
Universidade Federal do Espírito Santo

RESUMO: Pensar desenvolvimento nos tempos atuais é pensar em inovação, territórios inovadores, tecnologia, ciência e tecnologia, empresas, pessoal qualificado, investimento. A temática da inovação apresenta uma relação estreita com o território, e tem sido objeto de estudo e pesquisa especificamente da geografia da inovação. As abordagens teóricas utilizadas no modelo territorial de inovação, principalmente a do sistema nacional de inovação, definem o Estado com um papel importante de regulação e incentivo aos processos de inovação. A análise qualitativa do planejamento do Estado do Espírito Santo, junto a análise quantitativa de dados e informações das ações executadas, entrega resultados. Resultados alinhados a abordagem teórica apresentada e que não alcançam as propostas estabelecidas nos planos governamentais. Ampliando os estudos e pesquisas podemos melhorar as políticas públicas e qualificar os investimentos.

PALAVRAS-CHAVE: Inovação, território, planejamento, desenvolvimento.

INCORPORATION DE L'INNOVATION DANS LES LIGNES DIRECTRICES ET LES STRATÉGIES DE L'ÉTAT D'ESPÍRITO SANTO

RÉSUMÉ: Penser le développement à l'époque actuelle, c'est penser l'innovation, les territoires innovants, la technologie, la science et la technologie, les entreprises, le personnel qualifié, l'investissement. La thématique de l'innovation entretient une relation étroite avec le territoire et fait l'objet d'études et de recherches spécifiquement dans la géographie de l'innovation. Les approches théoriques utilisées dans le modèle territorial d'innovation, principalement celle du système national d'innovation, définissent l'État comme ayant un rôle important dans la régulation et l'encouragement des processus d'innovation. L'analyse qualitative de la planification de l'État d'Espírito Santo, ainsi que l'analyse quantitative des données et informations sur les actions réalisées, donnent des résultats. Des résultats alignés avec l'approche théorique présentée et qui n'atteignent pas les propositions établies dans les plans gouvernementaux. En développant les études et la recherche, nous pouvons améliorer les politiques publiques et qualifier les investissements.

MOTSCLÉS: Innovation, territoire, planification, développement, Espírito Santo - Brésil.

INCORPORATION OF INNOVATION INTO THE GUIDELINES AND STRATEGIES OF THE STATE OF ESPÍRITO SANTO

ABSTRACT: Thinking about development in current times means thinking about innovation, innovative territories, technology, science and technology, companies, qualified personnel, investment. The theme of innovation has a close relationship with the territory, and has been the object of study and research specifically in the geography of innovation. The theoretical approaches used in the territorial model of innovation, mainly that of the national innovation system, define the State as having an important role in regulating and encouraging innovation processes. The qualitative analysis of the planning of the State of Espírito Santo, together with the quantitative analysis of data and information on the actions carried out, delivers results. Results aligned with the theoretical approach presented and which do not reach the proposals established in government plans. By expanding studies and research we can improve public policies and qualify investments.

KEYWORDS: Innovation, territory, planning, development, Espírito Santo - Brazil.

INTRODUÇÃO

Existem na sociedade contemporânea do final do século XX e início do século XXI, toda uma ideologia relacionada as estratégias para o desenvolvimento de um território nos tempos atuais é construir cenários, em que a principal protagonista é a inovação. Trata-se de um diferencial associado ao crescimento produtivo, ao aumento do investimento público e privado, as transformações sociais, a ampliação das redes, a difusão do conhecimento, a melhoria da qualidade de vida, a valorização da ciência e tecnologia, entre outros.

Deste modo, a Ciência geográfica, tem sido vinculada aos estudos de inovação devido à forte conexão demonstrada pelos estudos entre concentração e proximidade geográfica como: Vale (2009); Tunes (2015); Arocena e Sutz (2003); Hagerstrand (2013). A Geografia da Inovação é derivada da geografia com uma perspectiva econômica, que vem com passar do tempo assumindo as funções de reunir e fortalecer as discussões sobre a inovação, o espaço geográfico, a economia, o social, a política, entre outras, buscando compreender os processos de transformação coligados a inovação e ao espaço geográfico (Matushima, 2020).

Os processos de inovação apresentam múltiplas variáveis que envolvem a disseminação e troca de conhecimento, do aprendizado coletivo, da qualidade da mão de obra, da divisão do trabalho, fornecedores e compradores, a capacidade de interação e colaboração, entre outros, que precisam ser melhor compreendidas.

Nesse artigo, apresentaremos na primeira seção um levantamento bibliográfico sobre a fundamentação teórica da inovação, do espaço geográfico, do território, e da abordagem do Sistema Nacional de Inovação. Na segunda seção, realizamos uma apreciação de dados qualitativa, com a utilização do método da análise do discurso (Bradin, 2016), será apresentado tendo como enfoque um estudo aprofundado sobre os planos governamentais de desenvolvimento do Estado do Espírito Santo com relação a abordagem à inovação

nos planos. Na terceira seção apresentaremos análises dos resultados das ações voltadas a inovação, realizada pelo Estado, apresentadas em forma de gráficos e mapas. Com o propósito de demonstrar resultados de ações de Estado pelas análises de dados e informação frente as abordagens teóricas da inovação.

Inovação e a Geografia na abordagem teórica

Na economia clássica, os autores Adam Smith (1996) e David Ricardo (1982), encontramos o conceito de inovação em seus respectivos debates, que contribuiu para diferentes linhas teóricas posteriores, sendo a de maior contribuição a do economista e cientista político Joseph Schumpeter (1985), considerado um dos grandes defensores das inovações tecnológicas como motor do desenvolvimento capitalista. O autor coloca a capacidade de identificar novas oportunidades de negócios como uma das molas mestras para o surgimento e estabelecimento da inovação, e do consequente crescimento e desenvolvimento econômico.

Na passagem do século XX para o XXI, eleva a inovação à um dos principais eixos propulsores para maiores saltos quantitativos e qualitativos das economias mundiais (Arocena, 2003; Ferrão, 2002; Benko *et al.*, 2001).

Segundo a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE¹ que é uma das instituições mundiais responsáveis pela integração da inovação às políticas de comércio internacional, principalmente como a política industrial e tecnológica dos países mundiais, visando situar a inovação como o principal agente de mudança para a indústria (Andrade, 2005).

A OCDE desenvolveu uma série de manuais metodológicos conhecidos como a “Família Frascati” de manuais que tratam desde a pesquisa e desenvolvimento, a coleta, análise e utilização de dados de inovação e tecnologia, ao uso de estatísticas sobre patentes como indicadores de ciência e tecnologia. O Manual de Oslo é a principal fonte internacional de diretrizes para coleta e interpretação de dados sobre atividades inovadoras na indústria (OCDE, 2005).

As práticas relativas à inovação foram evoluindo, e se consolidando em torno das diretrizes e características:

As atividades de inovação são etapas científicas, tecnológicas, organizacionais, financeiras e comerciais que conduzem, ou visam conduzir, à implementação de inovações. Algumas atividades de inovação são em si inovadoras, outras não são atividades novas, mas são necessárias para a implementação de inovações. As atividades de inovação também inserem a P&D que não está diretamente relacionada ao desenvolvimento de uma inovação específica (OCDE, 2005, p.25).

¹ A OCDE é uma organização econômica intergovernamental fundada em 1961, a fim de estimular o progresso econômico e o comércio mundial.

O Manual de Oslo define a inovação como algo novo ou algo significativamente melhorado, que pode ser um produto, um processo, um método de marketing ou organizacional, desde que sejam novos para a empresa (OCDE, 2005). Importante ressaltar que para que seja considerada inovação é necessário que esteja implantada, em execução. Sobre as abordagens sistêmicas da inovação, o Manual de Oslo afirma que:

[...] enfatiza a importância da transferência e da difusão de idéias, experiências, conhecimentos, informações e sinais de vários tipos. Os canais e as redes de comunicação pelas quais essas informações circulam inserem-se numa base social, política e cultural que guia e restringe as atividades e capacitações inovadoras (2005, p.41).

Assim, percebe-se que inovação é o encontro da capacidade de fazer algo novo com a percepção de oportunidade, ou necessidade, de aproveitar essa capacidade (Arocena e Sutz, 2003). Nos processos que geram o que chamamos de inovação, convém distinguir, segundo Arocena e Sutz (2003), os momentos da invenção, da inovação propriamente dita, e a difusão. O momento da difusão é o mais interativo e decisivo, em que a nova ideia pode, ou não, ser adotada. Dessa maneira, isso pode gerar outras propostas como consequência (Arocena e Sutz, 2003). As economias se tornam mais dinâmicas, com potencial para acelerar o desenvolvimento.

A temática da inovação, considerando o espaço geográfico, atualmente, é abordada e apresentada de forma plural com contribuições diversas, conforme Matushima (2020) sintetiza, concatenando abordagens de correntes do pensamento econômico, de teorias relacionadas a indústria, da teoria do meio inovador, do sistema de inovação, da inovação social, entre outras abordagens, algumas especificamente desenvolvidas, a partir da visão geográfica como a teoria do meio técnico-científico-informacional, a da escola Californiana, entre outras.

A área de pesquisa na geografia que tem investigado, agregado e analisado as abordagens e teorias relativas as relações do espaço geográfico, da economia e da inovação, de forma que:

[...] a geografia da inovação preocupa-se com os aspectos espaciais da inovação, as formas e os mecanismos utilizados pelas organizações no sentido de apropriação e valorização dos novos recursos chave (existentes ou criados), analisando e compreendendo a complexa rede de relações que se estabelece entre os diferentes actores e agentes, devendo ser consideradas diversas dimensões – territorial, econômica, social, institucional e política (Tunes, 2016, p.16).

Milton Santos (2006), com a teoria do meio técnico-científico-informacional, coloca a análise geográfica como uma das principais formas de entender a sociedade contemporânea. O meio natural, que com a intervenção humana passa por processos de artificialização, se torna o meio técnico-científico-informacional resultado de reintervenções sequenciais ao longo dos tempos. Como reflete Harvey (2012) o espaço deve ser apresentado e apreciado

na perspectiva absoluta, relativa e relacional, onde se experimenta, se produz, e se vivenciam as relações no espaço tempo.

As relações estabelecidas pelo processo de inovação com o território não se restringem aos em andamento, mas também com todos os processos relacionais anteriores (Tunes, 2020). As condições preexistentes influenciam a distribuição dos fatores nos novos processos ao quais o território é submetido. As formas naturais, e o meio ambiente estruturado também são parte das preexistentes (Santos, 2020).

Como cita Santos (2020), todas as relações que ocorreram em um dado espaço deixam rugosidades, que por sua vez são suprimidas, acumuladas, superpostas, seguindo se substituindo e acumulando no espaço ao longo do tempo, como os restos das divisões do trabalho, do capital investido, das combinações técnicas e sociais do trabalho e do conhecimento que formam o território (Santos, 2020).

A geografia passa a ocupar a mesma posição de importância como objeto de estudo no desenvolvimento dos processos de inovação, quanto a economia, a política, a cultura, citada como um elo importante na explicação dos processos sociais (Sanchez, 1990; Santos, 2020).

Os espaços geográficos com formações heterogêneas produzem os territórios desiguais, fornecem recursos e variáveis distintas para os processos de inovação (Tunes, 2020). Desta forma, a contribuição da geografia no estudo da inovação segue no sentido de destacar a relação com os recursos, condições materiais e imateriais relacionadas a tecnologia e ao conhecimento, e a rede de relações estabelecida entre os agentes da produção inovadora no território e dos apoiadores (Tunes, 2020).

Entre as abordagens teóricas contemporâneas, utilizaremos o modelo do sistema nacional de inovação – SNI pela grande aceitação entre pesquisadores de diferentes áreas, inclusive a geografia, e, por incluir fatores como as políticas públicas, leis, regulações e normas no desenvolvimento dos processos de inovação, o Estado está efetivamente envolvido. O SNI foi utilizado como referencia para a construção das políticas públicas de inovação no Brasil.

O modelo surgiu com Christopher Freeman no final dos anos 1980, com uma relação estreita com a obra de Joseph Schumpeter. Lundvall (2005) e Edquist (1997), são pesquisadores que colaboram na concepção de análises aprofundadas sobre os SNIs. Os sistemas de inovação são definidos como:

[...] um conjunto de diferentes instituições que contribuem para o desenvolvimento da inovação e da capacidade de aprendizagem de um país, região, setor econômico ou localidade, compreende uma série de elementos e relações relativas a produção, assimilação, utilização e difusão do conhecimento. Em outras palavras, o desempenho inovador depende não só das firmas e da performance de organizações de P&D, mas também na forma como eles interagem, entre elas e outros agentes, bem como todas as outras formas pelas quais elas adquirem, usam e difundem o conhecimento (Cassiolato e Lastres, 2008, p. 07).

Assim, o modelo do SNI é o resultado de ações articuladas entre vários atores para viabilizar o desenvolvimento dos processos de inovação e da própria inovação. Compreendendo desde a infraestrutura, as políticas públicas de incentivo à inovação, o capital dedicado a esta e de outros destinados à pesquisa, a cultura da inovação estabelecida na sociedade que incentiva o consumo das mercadorias e no desenvolvimento das pesquisas científicas e tecnológicas.

A abordagem do SNI compreende a inovação como um processo estruturado baseado nas relações de aprendizado no território e articulados em redes locais, nacionais e até internacionais. Demonstrando assim, que a questão escalar nos processos de aprendizagem poderiam ser tratadas como interestelar. Sendo objeto de análise no que tange as redes de inovação tanto as de abrangência local, como as vinculadas aos editais estaduais de inovação, como as redes nacionais ou internacionais, como por exemplo das incubadoras vinculadas as instituições de ensino e pesquisa.

Exerceu grande influência nas agendas de políticas públicas de inovação. O SNI passou a ser o alicerce para a construção e implementação de estratégias inovativas, principalmente pela capacidade de fornecer formulações conceituais para políticas de inovação (Garcia, 2020). O Brasil e unidades federativas, assim, inserem e regulamentam a inovação, disseminando a cultura da inovação no país.

A OCDE, na concepção do Manual de Oslo, utilizou a abordagem do SNI. No Brasil, seguindo as diretrizes internacionais, a abordagem se torna a fundamentação de pesquisas focadas em inovação. Nos países da América Latina foram realizadas várias pesquisas, com base na abordagem do SNI, focando o debate em torno da dependência tecnológica e científica em relação aos países centrais. A década de 60 destacam autores como Sábato e Botana (1968), Hélio Jaguaribe, entre outros, que indicaram que o padrão produtivo latino-americano não era linear e mesmo tentando propor alternativas, as condições heterogêneas da infraestrutura e investimentos estabelecidos ao longo do tempo não resultou na produção de inovações radicais.

Arocena e Sutz (2003), pesquisadores sobre o SNI na América Latina, caracterizou os SNIs da América Latina pela capacidade de inovar em condições de escassez. Escassez essa caracterizada pela pouca mão de obra, poucos recursos financeiros, pouca produção de conhecimento, deficiência de equipamentos e insumos, pouca produção de conhecimento codificado para a inovação e pela insuficiente rede de fornecedores de serviços de apoio (Arocena, 2003).

O “Triângulo de Sábato”, modelo que articula o Estado, o setor produtivo e a ciência, atualmente ainda é utilizado para os direcionamentos do SNI na América Latina. O Estado é um dos principais agentes da promoção da inovação e articulador do SNI, nas várias escalas. A relação entre a estrutura produtiva e a científica e tecnológica é considerada um dos grandes desafios para o fortalecimento do SNI, segundo Sábato e Botana (1968). As estruturas científicas e tecnológicas não somente são fontes de conhecimento para a inovação, como também de formação de mão de obra qualificada.

O Estado do Espírito Santo, como ente federativo brasileiro, alinhou as diretrizes e estratégias de inovação, como na abordagem do SNI, com as do governo estadual. Para além das estruturas administrativas criadas no âmbito do governo estadual, a inovação foi agregada aos planos estratégicos estaduais, o Plano de Desenvolvimento ES 2025 (2006) e o ES 2030 (2013) como apresentaremos a seguir.

Estado do Espírito Santo e a abordagem da inovação

No início do século XXI, planos governamentais com a finalidade de servir de orientação ao desenvolvimento e crescimento econômico sustentável, inovador e dinâmico foram construídos. De forma didática, a facilitar o entendimento pelo público usuário, atuando no convencimento. Entre os temas apresentados, nos ateremos ao tema da inovação. Este com uma relação estreita com a educação, vinculado principalmente a formação e qualificação do capital humano, e ao setor produtivo, ambos diretamente envolvidos nos processos de inovação.

A educação é estabelecida e percebida como uma área macro, que engloba a ciência, tecnologia e inovação. Nos planos a palavra inovação, quando acompanhada das palavras ciência e tecnologia, é utilizada reforçando os temas conectados à educação e, ainda, estabelecendo as conexões entre a pesquisa, instituições de ensino e pesquisa e o governo. Quando acompanhada da palavra tecnológica é utilizada no reforço aos temas, como competitividade, setor produtivo e na interligação entre instituições de ensino e pesquisa, empresas e governo.

Na análise do Plano de Desenvolvimento Espírito Santo 2030 (Espírito Santo, 2013) podemos observar que a abordagem, no contexto discursivo, agrega em torno da palavra inovação uma variedade de outras palavras, de forma a qualificar e estabelecer o relacionamento da palavra inovação com outras áreas temáticas.

Nos desafios a serem superados, conforme apresentado no Espírito Santo 2030 (Espírito Santo, 2013), foram ressaltados que a capacidade de inovar do Estado deve ser aumentada, com investimentos para alcançar um diferencial para o setor produtivo e para a ciência, tecnologia e inovação. Associa também a qualificação de pessoal, a aquisição de máquinas e equipamentos, como outras características importante que se fortalecem com a inovação. Uma educação especializada e a sinergia com áreas como energia, gás e petróleo são apontadas como possibilidades com potencial para a inovação almejada que torne o Estado competitivo.

A narrativa conduz a transmissão de direções para a construção do desenvolvimento do Estado, remetendo a melhoria da infraestrutura necessária para o desenvolvimento da ciência, tecnologia e inovação, como centros tecnológicos e laboratórios. As instituições de pesquisa são colocadas como transformadoras e difusoras do conhecimento, que associada a inovação, apresenta o potencial para aumentar a produtividade e competitividade.

Nas propostas apresentadas pelo plano para a realização do futuro que se quer conquistar, a inovação é citada vinculada a ciência e tecnologia, a formação de recursos humanos, articulação sistêmica, difusão de novos conhecimentos, setor produtivo e indústria. Agregar competências, estimular a cooperação, apoiar as empresas inovadoras e tradicionais são outros destaques no texto como forma de fortalecer a inovação, e os processos conectados.

Os focos estratégicos da narrativa estão nas áreas de Infraestrutura, logística e comunicação; de Ciência, tecnologia e inovação; e de Energia, petróleo e gás. A inovação recebe destaque no texto, vinculada a pesquisa e ao conhecimento, como um bem intrínseco da sociedade.

O enunciado “alinhar a política estadual de inovação às potencialidades locais e às tendências de desenvolvimento científico e tecnológico no mundo” (Espírito Santo, 2013) coordenado com as citações sobre as áreas de meio-ambiente e agricultura, indicam as novas áreas com possibilidades para o investimento em pesquisa e inovação, sendo citado também as palavras design e comunicação como áreas com campos para novos investimentos em inovação.

Assim, a narrativa conduz a inovação como um diferencial que deve ser introduzido para tornar competitivo os mercados conquistados, e os novos, sendo um importante fator importante também para o adensamento das cadeias produtivas existentes. O plano alia a inovação e a tecnologia como uma estratégia potencial, que conforme citado, nos lançaria mais rápido em direção ao futuro desejado.

O enunciado “avançar com inovação” assegura a função no plano (Espírito Santo, 2013), juntamente com a ciência e tecnologia da inovação, como instrumentos para levar o desenvolvimento às diferentes regiões do Estado. A diversidade econômica tem potencial para incorporar ainda mais dinamismo com a inovação e uma base tecnológica forte.

Na narrativa relativa as estratégias para atingir os resultados desejados a ênfase se concentra na intensificação do investimento em ciência, tecnologia e inovação e a criação da agência de fomento, como as principais. A agência de fomento, conforme indica o texto, seria criada junto às universidades para fomentar pesquisas, transferências tecnológicas e captação de recursos. As políticas de inovação conforme citadas na narrativa devem ser voltadas a encontrar soluções inovadoras para melhor atender a sociedade, construindo processos contínuos de inovação.

A inovação nas ações a serem desenvolvidas está vinculada com a educação, a tecnologia e ao serviço público. O estímulo à inovação, focado na qualificação e formação, está voltado para a melhoria da qualidade dos serviços públicos do Estado. Com relação ao setor produtivo a ênfase é no sentido de ampliar a capacidade de inovação, fortalecendo os contratos de competitividade e aumentando a infraestrutura.

A narrativa ressalta que o novo ciclo de desenvolvimento deverá ser marcado pelo capital humano qualificado, pela eficiência do setor público e pelo dinamismo e inovação

empresarial. Os investimentos em inovação devem auxiliar o desenvolvimento de uma rede de cidades mais equilibrada, e instituições públicas de maior qualidade, com aumento das iniciativas, da capacidade gerencial, da inovação e dos valores éticos. A inovação de ser desenvolvida para melhoria da qualidade e redução do custo do serviço público para a sociedade.

A ênfase para o setor de ciência, tecnologia e inovação é que seja altamente integrado as empresas, orientando as ações prioritariamente às demandas do setor produtivo. Ressalta o desejo de uma estrutura produtiva dinâmica e impulsionada pela inovação, com o aumento da competitividade pela ampliação da capacidade de inovação do setor produtivo, e do fortalecimento dos arranjos produtivos estaduais.

Os planos de desenvolvimento analisados foram construídos em torno de um sistema de valores, palavras indutoras, propositalmente empregados para transmitirem a importância do desenvolvimento, do crescimento, da educação, dos investimentos, e das questões sociais para os planos estratégicos. Com a utilização da análise do discurso, podemos perceber o sistema de valores estabelecido pelos realizadores, com demonstração da ideologia de poder estabelecido, na forma de comunicação assertiva preparada sobre o assunto, sobre o que deve ser comunicado e sobre o que a sociedade deve ser convencida. Trata-se de uma forma impositiva, de escolhas asseguradas pelo poder político e social dos realizadores.

Ao poder político e social interessa ser reconhecido como indutor e fomentador, que alinha o conhecimento conhecido e esforços realizados, na construção de planos estratégicos, e como principal e essencial articulador na construção do futuro desejo.

Assim, para a consecução do investimento em inovação previsto no Plano de Desenvolvimento do Estado do Espírito Santo foram planejados e executados editais de chamamento² e a contratação de projetos.

O apoio financeiro as empresas, realizado por meio de editais de chamamento, é uma das principais ações realizadas pelo Estado no apoio ao desenvolvimento e disseminação da inovação nos diversos setores econômicos. A área de ciência, tecnologia e inovação é a principal responsável pelos investimentos em inovação.

Os valores investidos em ciência, tecnologia e inovação, por quadriênio, conforme o Gráfico 01, demonstra o aumento do investimento ao longo dos anos, destacando a concentração dos investimentos a partir do ano de 2012 para os quadriênios seguintes. Ressaltando que nos editais os projetos classificados correspondem a somente um CNPJ por projeto, e com a restrição por edital de participação em outro edital de inovação no mesmo período. No período de 2000 a 2020 foram 156 empresas, por CNPJ, contempladas nos editais analisados.

2 Procedimentos realizados pela administração pública para selecionar projetos de interesse público.

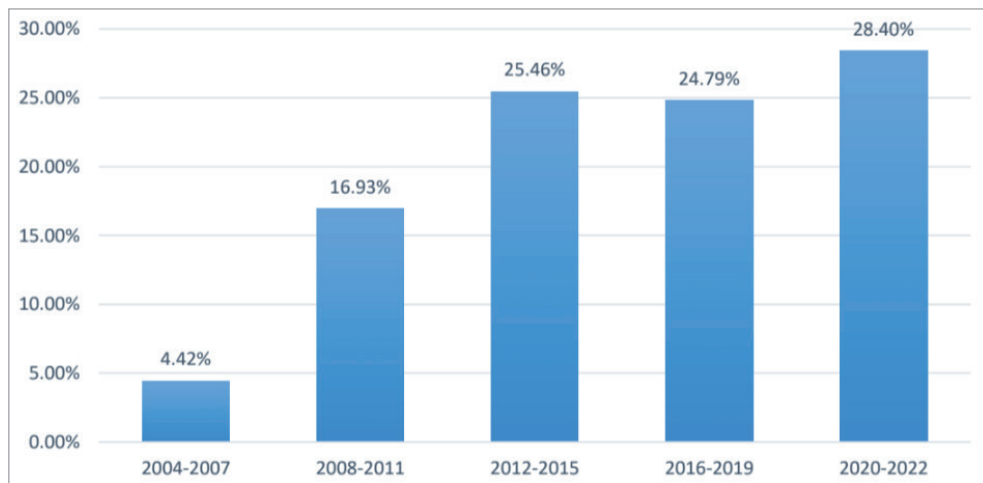


Gráfico 01 – Percentual das despesas previstas com C,T&I (Fundo e Fundação) sobre o total da receita prevista, agrupadas por quadriênio – período de (2004-2022)

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do orçamento 2004-2022 do Governo do Espírito Santo.

Ressaltando que a captação de recursos junto ao governo federal apresenta um ciclo de duração entre as etapas de submissão da proposta, do convênio assinado entre as instituições, do repasse do fomento aos beneficiários locais, e da execução dos projetos, que podem variar de dois a quatro anos para a execução, conforme observado nos relatórios de gestão da Fundação de apoio a pesquisa e inovação do Espírito Santo - Fapes³ (Espírito Santo, 2022). Por exemplo, o ano de 2009 corresponde ao ano de repasse financeiro a empresas e projetos de inovação gerando um pico na linha de investimentos, observado no Gráfico 02.

Ponto importante de destaque nos projetos de inovação são os montantes dos valores destinados a pesquisa e a concessão de bolsas. As bolsas são destinadas principalmente aos projetos dos núcleos de inovação tecnológica, os núcleos de inovação tecnológica, as incubadoras e as resoluções de fomento a inovação.

Os valores destinados a bolsas nos anos de 2019 e 2020 se equiparam aos valores destinados a pesquisa e desenvolvimento em inovação como observado no Gráfico 02 que destaca os valores referentes ao total do orçamento da Fapes e do fundo Funcitec⁴, o investimento em pesquisa também não é linear, e a variação está vinculada e conectada as chamadas e editais lançados.

3 A Fapes, autarquia estadual do Espírito Santo vinculada a Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Educação Profissional - SECTI com a atribuição de operacionalizar o apoio institucional, financeiro e técnico a programas e projetos de promoção do desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação. Disponível em: www.fapes.es.gov.br Acesso em: 20 dez 2023.

4 Funcitec é o Fundo Estadual de Ciência e Tecnologia com a finalidade de prestar apoio financeiro a programas e projetos de interesse para o desenvolvimento científico e tecnológico.

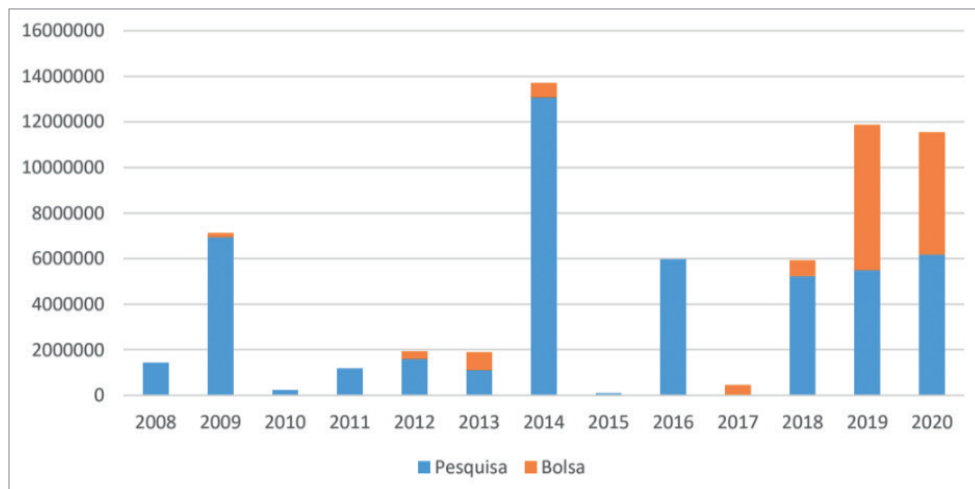


Gráfico 02 – Investimento realizado em inovação Fapes e fundo Funcitec – 2008 a 2020

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do orçamento 2008-2020 do Governo do Espírito Santo e dados do relatório do ordenador de despesa Fapes/Funcitec.

Outro dado observado foi em relação ao investimento concedido diretamente a empresas, na forma de subvenção econômica. No Gráfico 03 a linha laranja representa os percentuais de fomento concedido diretamente a empresas, que seguem os mesmos ciclos de etapas relacionadas a captação, elaboração dos editais e repasse do fomento as empresas, principalmente quando relacionadas a captação de investimento junto a órgãos de nível federal.

Os projetos de inovação representam essencialmente o investimento em concessão de bolsas e apoio a compra de equipamentos e máquinas para instituições de ciência tecnologias como os laboratórios, os núcleos de inovação tecnológica, incubadoras, e instituições similares.

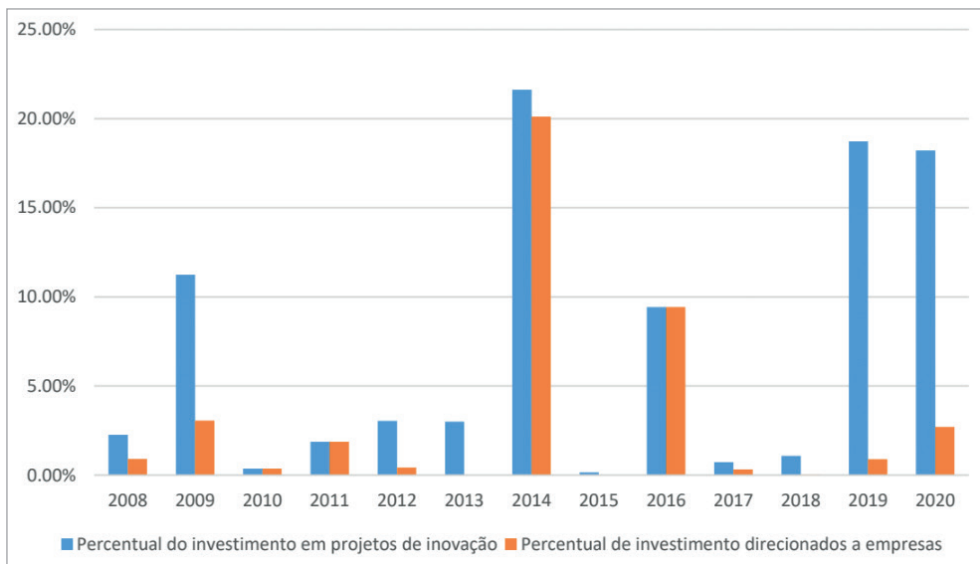


Gráfico 03 – Percentual de investimentos em projetos de inovação e investimentos direcionados a empresas – (2008 - 2020)

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do orçamento 2008-2020 do Governo do Espírito Santo e dados do relatório do ordenador de despesa Fapes/Funcitec.

A distribuição espacial no território dos projetos de inovação financiados pelo Estado como apresentado na Figura 01, enfatiza a centralidade da região metropolitana em número de projetos frente aos demais municípios. Os municípios litorâneos próximos a região metropolitana apresentam um quantitativo maior de projetos em comparação com os municípios limítrofes com os Estados de Minas Gerais, do Rio de Janeiro e da Bahia.

O documento do plano de desenvolvimento da Rede de Cidades do Espírito Santo (Espírito Santo, 2011) confirma a polarização e centralidade, das cidades da região metropolitana, e das cidades de Cachoeiro de Itapemirim no sul e de São Mateus no norte do Estado. Os municípios de fora da região metropolitana que centraliza o maior número de projetos de inovação se encontram no raio de 220 km da região metropolitana. A região metropolitana concentra grande parte das empresas de médio e grande porte, instituições de ciência e tecnologia públicas e privadas, entidades de ensino técnico e superior, entre outras organizações envolvidas com o setor produtivo.

Na região metropolitana da RMGV podemos observar no mapa da figura 01 os municípios de Vitória, Vila Velha e Serra com os maiores quantitativos de projetos. Sendo que a partir do ano de 2013, concentrando quantitativos maiores de projetos se encontram os municípios limítrofes da região metropolitana. Na região metropolitana estão concentrados o maior número de agentes de inovação como instituições de ensino e pesquisa, empresas de médio e grande porte, clientes, entre outras variáveis.

Os projetos que se iniciam a partir de 2013 destacam na região sul, na área central o município de Cachoeiro de Itapemirim. No norte do Estado, os municípios litorâneos de São Mateus e Linhares se destacam, junto a região central com os municípios de Colatina e Santa Teresa.

A partir da constatação que o número de projetos de inovação, no período de 2013 a 2020 aumenta do total de 45 para 109 por período, e se dispersa mais pelo território, incluindo mais municípios, inferimos que os agentes de inovação se encontram mais sensibilizados nesse período, assim como os empreendedores, para a participação nos processos de investimentos públicos dos processos de inovação.

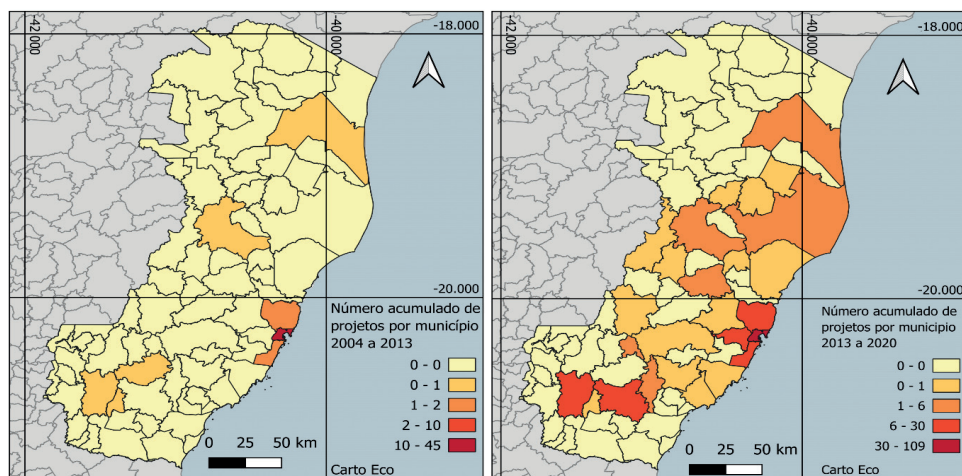


Figura 01 e 02 – Número de projetos por município de 2004 a 2013 e de 2013 a 2020.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Fapes – Relatórios Fapes/Funcitec.

Em termos de valores por projetos de inovação, no período que compreende o ano de 2004 ao ano de 2013 os maiores valores estão na região metropolitana, concentrados nos municípios da Serra e Vitória, a capital. Com destaque para o município de Colatina, que se encontra no centro do território.

No período dos anos de 2013 ao ano de 2020, a região metropolitana permanece com uma concentração maior dos recursos de investimentos em editais de inovação. Os municípios de Vitória, Vila Velha, Cariacica e Serra, 04 dos 07 municípios da região metropolitana são os principais beneficiados.

Ressaltando o aumento de 262,02% nos valores acumulados investidos em projetos de inovação, do período de 2004-2013 em comparação ao período de 2013-2020.

Destaque para Cachoeiro de Itapemirim, na região central no sul do Estado, como um município que tem concentrado investimentos de projetos por editais. Importante apontar a região central do território com recursos humanos e empreendimentos capazes de captar investimento, em oposição as regiões limítrofes noroeste e sudoeste sem

captação de recursos. Depreendendo que questões logísticas, de acesso físico de base histórica podem ser variáveis importantes para compreender os desafios que processos de inovação enfrentam.

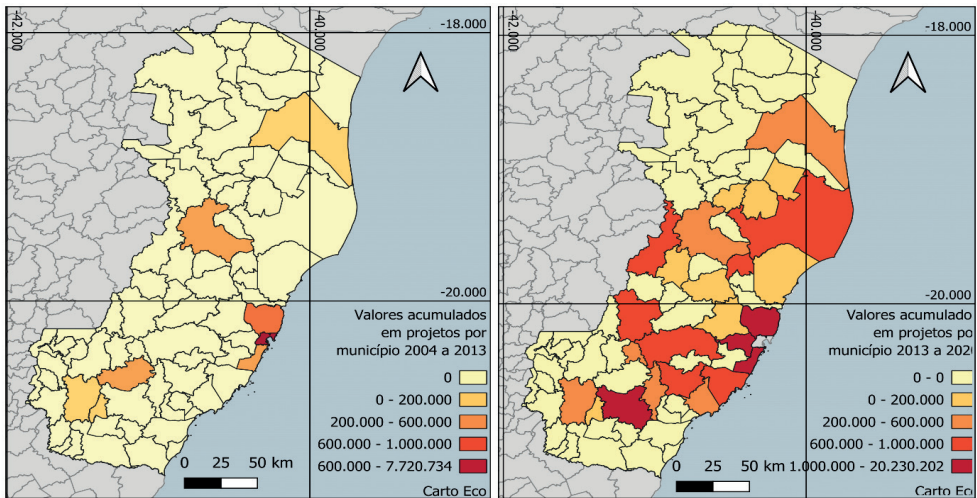


Figura 01 e 02 – Valores em R\$ de projetos de inovação por município no Espírito Santo de 2004 a 2013 e de 2013 a 2020.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Fapes – Relatórios Fapes/Funcitec.

Pela análise podemos apontar as variáveis de concentração de instituições de ensino e pesquisa e grau de instrução como fatores que influenciam no território com relação a elaboração, submissão e desenvolvimento de projetos de inovação. Assim como o número de empresas de médio e grande porte nas regiões, também é uma variável que influencia os projetos de inovação serem desenvolvidos.

Desta forma, podemos inferir que as instituições de ensino e pesquisa são as que geralmente recebem as informações de forma contínua, e conforme o envolvimento nos processos de inovação regionais e estaduais, podem se tornar atores chaves na divulgação e apoio aos empreendedores inovadores, inclusive fortalecendo os próprios mecanismos de inovação como os núcleos de inovação tecnológica, as incubadoras, e as empresas júniores.

Podemos observar, principalmente nos mapas, que as regiões apresentam uma dinâmica independente, que para melhor compreensão demandam de investigação de outras variáveis para uma compreensão mais profunda das relações estabelecidas no território, como a atuação das instituições de ensino no território - grupos de pesquisas mais maduros induzem a ideias para os processos de inovação, a localização das principais empresas fornecedoras e clientes, as práticas locais de trabalho que auxiliam a busca e realização dos processos de inovação, os investimentos. Com a análise dos planos podemos observar que não foram elencados nenhuma referência a estudos e pesquisas realizados no período de construção dos planos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Estado do Espírito Santo apresenta uma execução de política pública alinhada as políticas públicas federais, sendo estas alinhadas a abordagem do Sistema Nacional de Inovação – SNI.

A articulação entre atores, conforme demonstrado pela abordagem do SNI, precisa ir além da articulação e formar redes e relações consolidadas, onde o conhecimento e a aprendizagem possam ser repassados, fortalecendo e viabilizando os processos de inovação

O apoio por editais e projetos de inovação tem fortalecido o sistema estadual, atualmente referenciado como ecossistema de inovação do Espírito Santo, apoiando não somente as empresas a poderem realizar a inovação como as organizações apoiadoras e facilitadoras, com o fomento e estímulo à técnicas para os processos de inovação no território, como as incubadoras, aceleradoras, núcleos de inovação tecnológica – NIT, espaços colaborativos de inovação, entre outros. Compreendendo que o Estado precisa estabelecer os ciclos periódicos para os editais, a fim de garantir o atendimento e a continuidade dos processos. Fomentando inclusive o investimento privado junto ao público.

A formação e qualificação da mão de obra também é um dos objetivos das ações estaduais apontadas pelos planos governamentais. Ação considerada primordial pela abordagem da SNI, ter mão de obra qualificada disponível para o desenvolvimento dos processos de inovação, e abordada também na ação de concessão de bolsas. Movimento que fortalece as organizações de apoio e a qualificação profissional local. Sendo de extrema importância o alinhamento entre as demandas do setor produtivo, do governo e das instituições de ensino e pesquisa. Prospectando também oportunidades aliadas as potencialidades do território.

Importante observar o crescimento do número de projetos de inovação em detrimento dos projetos de inovação em empresas, conforme apresentado ao longo do artigo, principalmente nos anos de 2019 e 2020. Representando também o crescimento de projetos voltados a inovação nas instituições de ensino e pesquisa e instituições de ciência e tecnologia. Fortalecendo a associação dos atores que trabalham nos processos de inovação no Estado. Um dos importantes desafios apontados pela abordagem SNI, a integração entre empresas e pesquisas para a inovação.

Foram apresentados indícios importantes que o Estado tem seguido os principais pontos de contribuição para os processos de inovação no território, conforme a abordagem da SNI, como a formação de mão de obra qualificada e o apoio as empresas para a desenvolvimento da inovação. Contribuindo para o incentivo a estudos e pesquisas mais profundos, aliando a teoria a prática para a compreensão e melhorias dos processos de inovação locais. Qualificando melhor os investimentos públicos.

Observando que os resultados quando confrontados com a análise do planejamento governamental do Estado não alcançam todo o território, e estratégias e diretrizes devem construir e propor soluções para que os benefícios e beneficiados possam atingir todo o território.

O artigo pretende ser um motivador de novos estudos e pesquisas, numa área onde os questionamentos podem elevar a atuação do Estado nos processos de inovação pela melhora da política pública e da qualificação dos investimentos.

REFERÊNCIAS

AROCENA, R.; SUTZ, J. *Subdesarrollo e innovación: Navegando contra el viento*. Madrid: Cambridge University Press, 2003.

ASHEIM, B.; GERTLER, M. The Geography of Innovation: Regional Innovation Systems, In: FAGERBERG, J., D.MOWERT and R.NELSON (Eds). *The Oxford Handbook of Innovation*. Oxford: Oxford University Press, 2006. p 291-317.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2016.

BENKO, G. *Economia, Espaço e Globalização*. São Paulo, Hucitec, 2002.

BENKO, G.; PECQUEUR, B. Os recursos do território e os territórios de recursos. *Geosul*, Florianópolis v. 16, n. 32, p.31-50, dez. 2001.

CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, H. M. M. *Sistemas de inovação e desenvolvimento: as implicações de política*. São Paulo Perspectiva, São Paulo, v. 19, n. 1, p. 34-45, Mar. 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392005000100003&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 11 Out. 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-88392005000100003>.

COOKE, P. Introduction: regional innovation systems – an evolutionary approach. In: Cooke, P., Heidenreich, M. and Braczyk, H. (Eds): *Regional Innovation Systems*. London: Routledge, 1998.

_____. Regional innovation systems: origin of the species. *Int. J. Technological Learning, Innovation and Development*, Vol. 1, nº 3, 2008. pp.393–409.

CUNHA, M. B. Análise de conteúdo, uma técnica de pesquisa. *Revista de Biblioteconomia de Brasília*, v. 11, n. 2, 1983. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/77671>. Acesso em: 15 dez. 2022.

DINIZ, C.; LEMOS, M. *Economia e Território*. Belo Horizonte, Ed. Da UFMG, 2005.

EDQUIST, C. *Systems of innovation: technologies, institutions, and organizations*. London: Pinter, 1997.

ESPÍRITO SANTO. *Espírito Santo 2025: Plano de Desenvolvimento*. Vitória, ES: Secretaria de Estado de Economia e Planejamento, 2006. 156 p. Disponível em: <https://observatoriodoturismo.es.gov.br/outras-publicacoes>. Acesso em: 10 out 2021.

_____. *Plano de desenvolvimento Espírito Santo 2025: nota técnica: agregação de valor e Diversificação econômica do Espírito Santo*. - Espírito Santo: Macroplan, 2006. v. 9.

____. *Espírito Santo 2030*. Vitória, ES. Governo do Estado do Espírito Santo, 2013. 246 p.. Disponível em: <https://planometropolitano.es.gov.br/referencias>. Acesso em: 09 out 2021.

____. *Relatórios de Atividades Fapes - 2005-2022*. Disponível em: <https://fapes.es.gov.br/relatorios-de-atividades> Acesso em: 14 set 2022.

____. *Relatório do Ordenador de Despesa – Fapes - 2013-2020*. Disponível em: <https://fapes.es.gov.br/fapes> Acesso em: 11 nov 2021.

____. *Relatório do Ordenador de Despesa – Funcitec – 2013-2020*. Disponível em: <https://fapes.es.gov.br/funcitec> Acesso em: 10 nov 2021.

____. *Relatório parcial da análise do ecossistema de inovação do Espírito Santo*. Fundação Certi/Fapes: 2017. Disponível em: <https://fapes.es.gov.br/relatorios-cti-es> Acesso em: 15 set 2021.

____. *Planejamento do Ecossistema de Inovação da Grande Vitória*. Fundação Certi/Findes: 2019. Disponível em: <https://fapes.es.gov.br/relatorios-cti-es> Acesso em: 15 set 2021.

____. *Plano de Desenvolvimento da Rede de Cidades no Estado do Espírito Santo*. Instituto Jones dos Santos Neves: Vitória, 2011.

____. *Site da Transparência – orçamentos*. 2022. Disponível em: <https://transparencia.es.gov.br/Orcamento/Orcamentos> Acesso em 24 out. 2022.

FELDMAN, M.P. (2016) Geography of Innovation. In: Augier M., Teece D. (eds) *The Palgrave Encyclopedia of Strategic Management*. Palgrave Macmillan, London. Disponível em: https://link.springer.com/referenceworkentry/10.1057%2F978-1-349-94848-2_537-1#howtocite. Acesso em 13 mar 2021.

FERRÃO, J. Inovar para desenvolver: uma abordagem a partir do conceito de gestão de trajetórias territoriais. *Revista Internacional de Desenvolvimento Local*, vol.3, n.4, p.17-26, março de 2002. Disponível em: http://www3.ucdb.br/mestrados/RevistaInteracoes/n4_joao_ferrao.pdf. Acesso em 06 jan. 2014.

____. *Serviços e inovação: novos caminhos para o desenvolvimento regional*. Oieras – Portugal: Celta editora, 1992.

FREEMAN, C. Inovação e Ciclos longos de Desenvolvimento Econômicos. *Ensaio Fee*, Porto Alegre, v. 1, n. 5, p.6-20, 1984. Disponível em: <http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/viewFile/336/565>. Acesso em: 03 ago. 2021.

GARCIA, R. Geografia da inovação. In: Rapini, M.; Ruffoni J.; Silva L.; Albuquerque E. (Org.). *Economia da ciência, tecnologia e inovação – Fundamentos teóricos e a economia global*. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 2020. (Coleção População e Economia).

____ et al. *Sistemas Regionais de Inovação: fundamentos conceituais, aplicações empíricas, agenda de pesquisa e implicações de políticas*. Texto para Discussão. Unicamp. IE, Campinas, n. 394, ago. 2020. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwi_-NSQmYTzAhUVppUCHUm0DH0QFnoECAUQAQ&url=https%3A%2F%2Fwww.eco.unicamp.br%2Fimages%2Farquivos%2Fartigos%2FTD%2FTD394.pdf&usg=AOvVaw2aJi13hS-s9DZ0QtCeFpLh. Acesso em: 08 nov 2021.

GOMES, M. T. S., TUNES, R. H., OLIVEIRA, F. G. (orgs). *Geografia da Inovação: território, redes e finanças*. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2020.

HAGERSTRAND, T. A propagação de ondas de inovação. *Boletim Campineiro de Geografia*. Campinas, vol.3, n.02, 2013.

HAESBAERT, R.; LIMONAD, E. O território em tempos de globalização. Etc, Espaço, Tempo e Crítica. *Revista Eletrônica de Ciências Sociais Aplicadas e outras coisas*, Niterói, vol.1, n.2, p.39-52, agosto de 2007.

HAESBAERT, R. Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: CASTRO, I. E. de.; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Org.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 165-205.

_____. Concepções de território para entender a desterritorialização. In: SANTOS, Milton [et al.]. *Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial*. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. p. 43-70.

_____. *Des-territorialização e identidade: a rede "gaúcha" no Nordeste*. Niterói: EDUFF, 1997. 293 p.

_____. *O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade*. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. 400 p.

HALL, P. G. & PRESTON, P. *La ola portadora: nuevas tecnologías de la información y geografía de las innovaciones - 1846-2003*. Fundesco: Madrid, 1990.

HARVEY, D. O Espaço como palavra-chave. *GEOgraphia*, Niterói, vol.14, n.28, p.8-39, 2012. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/18625> Acesso em: 25 nov 2022.

LASTRES, H. M. M e CASSIOLATO, J. E. *Novas Políticas na Era do Conhecimento: O foco em Arranjos produtivos e Inovativos Locais*. Disponível em: http://www.redesist.ie.ufrj.br/nt_count.php?projeto=ar1&cod=2. Acesso em: 26 jan 2010.

_____. Desafios e oportunidades para o aprendizado em sistemas produtivos e inovativos na América Latina. In: DINIZ, C. C.; LEMOS, M. B. (Orgs). *Economia e território*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2005. Cap. 10, p. 321-338.

LUNDVALL, B. National Innovation Systems - Analytical Concept And Development Tool. *Dynamics of Industry and Innovation: organization, network and systems*. Copenhagen, jun. 2005. Disponível em: <http://www.druid.dk/conferences/Summer2005/Papers/Lundvall.pdf>. Acesso em 21 jan 2014.

MARSHALL, A. *Princípios de economia*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MATUSHIMA, M. K. As abordagens teóricas da inovação: uma contribuição ao debate da Geografia da Inovação. In: GOMES, M. T. S., TUNES, R. H., OLIVEIRA, F. G. (orgs). *Geografia da Inovação: território, redes e finanças*. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2020. Cap 3, p. 59-102.

MATUS, C. *Estratégias políticas: Chimpanzé, Maquiavel e Gandhi*. São Paulo: FUNDAP, 1996.

_____. *Política, planejamento e governo*. Brasília: Ipea, 1993. v. 1.

____. O plano como aposta. In: GIACOMONI, James e PAGNUSSAT, José Luiz (org.). *Planejamento e orçamento governamental*. Brasília: ENAP, 2006.

MÉNDEZ, R. Difusión de innovaciones en sistemas productivos locales y desarrollo territorial, *III Congreso Internacional de la Red SIAL "Alimentación Territorios"*, Universidad Internacional de Andalucía, España. 2006. Disponível em: <http://www.asocam.org/node/52202> Acesso em: 20 set 2021.

____. Innovación tecnológica y reorganización del espacio industrial: una propuesta metodológica. Pontificia Universidad Católica de Chile. Santiago, Chile. *EURE*, vol. XXIV, núm. 73, diciembre, 1998. Disponível em: https://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0250-71611998007300002&lng=es&nrm=iso&lng=es Acesso em: 10 abr 2023.

MOULAERT, F.; SEKIA, F. Territorial Innovation Models: a Critical Survey. In: *Regional Studies*, vol. 37, n.3, p.289-302, 2003. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/24087717_Territorial_Innovation_Models_A_Critical_Survey Acesso em: 15 ago 2021.

OCDE. *Organização para a Cooperação Econômica e Desenvolvimento*. Manual de Oslo. Terceira edição. 2005. Disponível em: <https://www.oei.es/historico/salactsi/oslo4.htm> Acesso em: 09 set 2019.

OECD/Eurostat (2018), *Oslo Manual 2018: Guidelines for Collecting, Reporting and Using Data on Innovation*, 4th Edition, The Measurement of Scientific, Technological and Innovation Activities, OECD Publishing, Paris/Eurostat, Luxembourg.. Disponível em: https://www.ovtt.org/wp-content/uploads/2020/05/Manual_Oslo_2018.pdf Acesso em: 24 mar 2023.

____. *Manual de Frascati: Proposta de Práticas Exemplares para Inquéritos sobre Investigação e Desenvolvimento Experimental*. Coimbra, OCDE, 2007. Disponível em: <https://antigo.mctic.gov.br/mctic/opencms/indicadores/detalhe/Manuais/Manuais.html>. Acessado em 10 jun. 2021

QUIJANO, J.M. Inovações e estratégias para o desenvolvimento. In VILLARES, F. *Propriedade Intelectual: tensões entre o capital e a sociedade*. São Paulo, Paz e Terra, 2007.

RAFFESTIN, C. *Por uma Geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.

RICARDO, D. *Princípios de economia política e tributação*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

ROMERO, G. Innovación territorial y Políticas Públicas. *Boletim de la A.G.E.*, Madrid, n.42, p.121-136, 2006. Disponível em: <https://www.bage.age-geografia.es/ojs/index.php/bage/article/view/569>. Acesso em 21 mar 2021.

SÁBATO, J. e BOTANA, N. *La Ciencia y la Tecnología en el Desarrollo Futuro de América Latina*. Disponível em: http://docs.politicasceti.net/documents/Teoricos/Sabato_Botana.pdf Acesso em 14 fev 2023.

SANCHEZ, J. Debemos desechar los modelos territoriales de innovación? Una respuesta desde la Geografía Económica española. Ería, *Revista Cuatrimestral de Geografía*, Oviedo, 16, p.267-278, 2008.

SANTOS, M. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 13 ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

____. *Espaço e Método*. 5ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

_____. *A natureza do espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*/Milton Santos. - 4. ed. 10. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2020.

_____. O dinheiro e o território. In: SANTOS, Milton [et al]. *Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial*. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. p. 13-21.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2002.

SAQUET, M. A. Entender a Produção do espaço geográfico para compreender o território. In: SPOSITO, E. (Org.). *Produção do espaço e redefinições regionais: a construção de uma temática*. Presidente Prudente /SP: FCT/UNESP/GAsPERR, 2005, p. 35-51.

SAQUET, M. A. *Abordagens e concepções de território*. São Paulo: Expressão Popular, 2007. 200 p.

_____. Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Org.). *Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos*. São Paulo. Expressão Popular, 2009. p. 73-94.

SAQUET, M. A. *Por uma Geografia das territorialidades e das temporalidades: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial*. São Paulo: Outras Expressões, 2011.

SCHUMPETER, J. *A teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico*. 2 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

SMITH, A. *A riqueza das nações*. São Paulo: Nova Cultura, 1996.

STORPER, M.; VENABLES, A. J. O burburinho: a força econômica da cidade. In: DINIZ, C. C.; LEMOS, M. B. (Orgs). *Economia e território*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2005. Cap. 1, p. 21-56.

STORPER, M. Territorialização numa economia global: possibilidades de desenvolvimento tecnológico, comercial e regional em economias subdesenvolvidas. In: LAVINAS, Lena; CARLEIAL, Liana M. da Frota; NABUCO, Regina org. *Integração, região e regionalismo*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

TUNES, R. Geografia da inovação: o debate contemporâneo sobre a relação entre território e inovação. *Espaço e Economia* [Online], 9|2016, posto online no dia 19 janeiro 2017, consultado 24 março 2020. Disponível em: <http://journals.openedition.org/espacoeeconomia/2410>. Acesso em: 22 jun 2021.

_____. *Geografia da inovação: território e inovação no Brasil no século XXI*. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Universidade de São Paulo. São Paulo, p. 526. 2015.

VALE, M. Conhecimento, Inovação e Território. Finisterra – *Revista Portuguesa de Geografia*, vol. XLIV, n.88. Lisboa, 2009. Disponível em: http://www.ceg.ul.pt/finisterra/numeros/2009-88/88_01.pdf. Acesso em 01 ago 2020.

A MAIS RECENTE REESTRUTURAÇÃO URBANA DA METRÓPOLE BELO HORIZONTE E A AÇÃO DOS AGENTES SOCIAIS DO MERCADO IMOBILIÁRIO

Data de aceite: 01/04/2024

Ramon Coelho Duarte

Professor EBTT – IFMG *campus* Ouro Preto
<http://lattes.cnpq.br/3540448178525491>

Ana Carolina Zago

Licencianda em Geografia – IFMG *campus* Ouro Preto
<http://lattes.cnpq.br/6801157762099483>

Ronaldo Terres Ferreira Junior

Licenciando em Geografia – IFMG *campus* Ouro Preto
<http://lattes.cnpq.br/7673979303517883>

RESUMO: No período que compreende as duas primeiras décadas do século XXI, a metrópole Belo Horizonte vem passando por uma reestruturação urbana na qual se torna mais visível empiricamente os processos espaciais – com destaque para a descentralização urbana, as ideias e atuações dos agentes sociais modeladores do espaço urbano em seu vetor de expansão urbana denominado Vetor Norte. Tivemos em um primeiro momento o protagonismo do Estado. O objetivo deste trabalho é destacar o segundo momento, que compreende o período após implantação de infraestruturas e equipamentos urbanos por parte do

Estado nesta área, no qual se destacará a atuação e realização dos ideais e objetivos dos agentes sociais mais diretamente ligados ao setor imobiliário, onde se presencia também concomitantemente uma reestruturação imobiliária aos moldes do novo mercado imobiliário.

PALAVRAS-CHAVE: reestruturação urbana, agentes sociais, reestruturação imobiliária.

INTRODUÇÃO

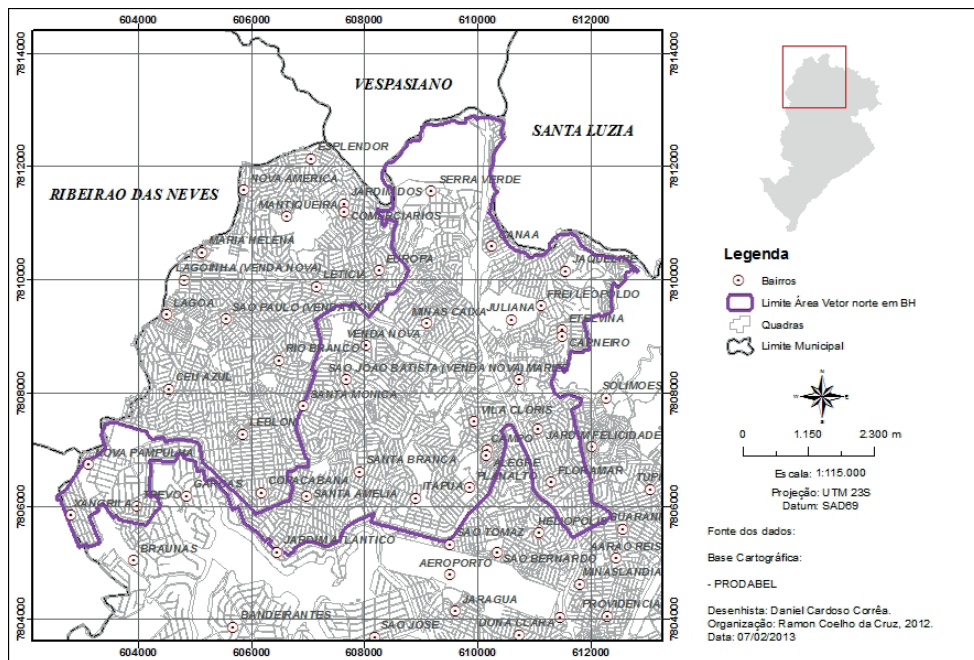
Desde sua fundação, a cidade de Belo Horizonte – MG passa por sucessivas transformações em seu espaço urbano para se estabelecer como uma capital moderna e contemporânea. E nas primeiras décadas do século XXI, busca se firmar também como uma metrópole que se destaca não só no Estado de Minas Gerais, mas em ser competitiva no cenário regional, nacional e até mesmo internacional.

A busca de Belo Horizonte em ser uma cidade contemporânea vem desde o seu plano de fundação de autoria do engenheiro Aarão Reis, que a tornou a primeira cidade planejada do Brasil

moderno, baseado em um modelo urbanístico franco-americano, entre 1893-1897; em seguida, com a implantação do Complexo Arquitetônico da Pampulha, projeto assinado pelo arquiteto Oscar Niemeyer no período que compreende as décadas de 1940-1950, sendo essa a primeira tentativa de ocupação e crescimento da área norte da cidade. Nesta época também se tem o projeto de criação de um distrito industrial na área oeste da cidade, a construção da Cidade Industrial Juventino Dias (limítrofe as cidades de Contagem e Betim). E é a partir de 1940 que também surge o processo de metropolização de Belo Horizonte, período que a cidade experimentou até o início dos anos 1950, uma grande reestruturação da cidade e reestruturação urbana (que envolve sua rede urbana).

Depois, chegamos ao momento atual (anos 2000-2020), em que a metrópole mineira vem passando por uma outra reestruturação urbana decorrente de uma reestruturação econômica e que são parte da totalidade do novo capitalismo, o qual também deixa sua forma no urbano. E se tratando da principal metrópole mineira, a forma urbana da recente reestruturação é mais nítida na porção norte do seu território, mais conhecida como Vetor Norte de expansão urbana.

Torna-se mais nítido também neste período atual na morfologia da metrópole a passagem de uma cidade que evoluiu de monocêntrica à policêntrica em seu processo de estruturação e de expansão urbana. Portanto, Belo Horizonte está passando novamente por uma reestruturação urbana, uma vez que o fenômeno abrange também sua rede urbana. Reestruturação esta que muito se revela através do processo espacial de descentralização urbana, cujo principal destino de transferência de bens e serviços centrais tem sido o Vetor Norte de Belo Horizonte (ver Mapa 1) e da Região Metropolitana de Belo Horizonte – RMBH.



MAPA 1 – Localização e área do Votor Norte de Belo Horizonte (e municípios limítrofes)

Fonte: Base cartográfica da PRODABEL, 2008. Confecção do mapa: Daniel Cardoso Corrêa, 2013.
Dados organizados por Ramon Coelho da Cruz, 2012.

O Votor Norte de Belo Horizonte por longos anos, antes da década 2000-2010, se caracterizou como área de comércio popular e de área residencial popular por concentrar grande parte da população de baixa renda ou mais pobre do território belo-horizontino e da RMBH. A partir dos anos iniciais do presente século, essa área da metrópole passou a receber vários investimentos do Estado, sendo dotada de várias infraestruturas, ampliação dos eixos viários e instalação de novos aparelhos urbanos – com destaque para a implantação da Cidade Administrativa do Governo de Minas Gerais na regional Venda Nova. Ou seja, o Estado se destacou como um dos principais agentes sociais produtores do espaço urbano durante os anos de 2003 a 2014 no Votor Norte de Belo Horizonte e da RMBH. O que serviu de base para atrair ainda mais os agentes sociais do setor imobiliário que passaram a enxergar no norte da metrópole o futuro dos seus negócios.

O objetivo desta pesquisa é identificar e destacar os ideais e a atuação dos agentes sociais mais diretamente ligados ao setor imobiliário, onde se presencia também concomitantemente uma reestruturação imobiliária aos moldes do novo mercado imobiliário. Em uma primeira fase desta pesquisa¹ buscou-se destacar o protagonismo do

1 Parte dos referenciais e procedimentos teóricos-metodológicos desta pesquisa advém de parte da pesquisa de mestrado realizada entre os anos 2011-2013, ou seja, da dissertação de mestrado de um dos autores que também é o orientador da pesquisa (CRUZ, 2013). Sendo aqui uma revisão e atualização a partir de observações e constatações em trabalhos de campo durante o período de 2011 a 2022.

Estado em promover a descentralização urbana em Belo Horizonte a partir da criação de infraestruturas e criação de equipamentos urbanos no Vetor Norte, como também em criar políticas públicas visando a descentralização urbana e o desenvolvimento econômico nesta área da RMBH, o que foi a base desde o início das obras estatais para uma ação conjunta e sequencial dos agentes sociais do setor e/ou mercado imobiliário. Atualmente, são estes últimos os que mais colhem os frutos do que o Estado plantou no espaço urbano da RMBH, e promovem o que podemos denominar de reestruturação imobiliária.

Reestruturação imobiliária advém da ideia de que no novo capitalismo que vivenciamos no século XXI, o mercado imobiliário está sob uma nova estrutura que está acima da anterior, nas palavras de Lencioni (2017, p. 110): “uma nova estrutura se impõe sobre a anterior e modifica profundamente o setor imobiliário”. O leque de produtos imobiliários, e, portanto, o aumento da produção imobiliária se agigantou desde os anos 2004 no Brasil, graças a financeirização que o setor imobiliário passou a estar aliado, o que colaborou para o engajamento do setor em um processo de maior acumulação de capitais, tornando, portanto, o espaço urbano privatizado (LENCIONI, 2017, p. 132); a cidade, ou melhor, no nosso caso aqui: a metrópole e sua rede urbana passaram a ser um negócio de compra e venda.

Em busca de chegar aos objetivos desta pesquisa foi necessária uma sequência de trabalhos de campo que vão dos anos 2011 a 2022 no Vetor Norte da RMBH para observação e constatação da realização dos ideais e ação dos agentes sociais produtores do espaço urbano nesta área, ou seja, buscamos ter uma base empírica, a qual foi baseada anteriormente e concomitantemente por um referencial teórico, tivemos um constante levantamento de referências bibliográficas para atualização dos procedimentos teórico-metodológicos. Além de uma pesquisa documental nos principais jornais escritos e digitais em busca de entrevistas cedidas por agentes do mercado imobiliário no período apontado, assim como entrevistas orais cedidas por agentes ligados à gestão do Estado, e por pesquisadores que lidam com o planejamento urbano de Belo Horizonte e RMBH. E, por último, foi feita a compilação dos resultados alcançados para apresentar a discussão crítica proposta nas demais seções a seguir.

OS AGENTES SOCIAIS E A REESTRUTURAÇÃO URBANA E IMOBILIÁRIA NO VETOR NORTE DE BELO HORIZONTE E DA RMBH

Os proprietários fundiários, os promotores imobiliários e, em certa medida, o Estado são, podemos dizer assim, os três agentes sociais mais engajados na promoção do setor imobiliário, área responsável pela produção imobiliária, a qual pode ser entendida como

a produção, que ao se realizar através do consumo de um imóvel, permite aos que o produzem apropriar-se de uma fração da massa global da mais-valia, parcialmente como renda fundiária capitalizada e parcialmente como lucro decorrente do processo de construção do imóvel, através do capital investido nos meios de sua produção e a exploração da força de trabalho (SPOSITO, 1991a, p. 150).

Sendo, então, a produção imobiliária a própria

expressão da reprodução do capital aplicado em uma construção, tendo como condição o acesso a uma fração do território (terreno), garantindo ao proprietário desta, a realização da renda fundiária ali capitalizada e apropriada através da venda da construção ali imobilizada (SPOSITO, 1991a, p. 151).

Assim, expõe “o caráter da mercadoria que a terra se reveste no modo capitalista de produção, como único meio através do qual a produção imobiliária se realiza, viabilizando a apreensão de mais-valia, como renda da terra e lucro” (SPOSITO, 1991a, p. 151).

Os proprietários fundiários, mais conhecidos como proprietários de terras, agem com o “sentido de obterem a maior renda fundiária de suas propriedades, interessando-se em que estas tenham o uso que seja o mais remunerador possível, especialmente uso comercial ou residencial de *status*” (CORRÊA, 1995b, p. 16). Eles são os grandes interessados na expansão da cidade, pois isto significa a transformação de parte do que antes era denominado de terra rural para terra urbana, sendo a terra urbana mais valorizada. “Isto significa que estão fundamentalmente interessados no *valor de troca* da terra e não no seu *valor de uso*” (CORRÊA, 1995b, p. 16, *grifos do autor*).

Isso nos ajuda a entender o porquê da propriedade fundiária da periferia urbana, principalmente de metrópoles ou grandes cidades, serem o alvo dos proprietários de terras, pois esta está “diretamente submetida ao processo de transformação do espaço rural em urbano” (CORRÊA, 1995b, p. 16).

Em algumas ocasiões os proprietários de terras também agem como promotores imobiliários. Côrrea (1995b) os denomina como um conjunto de agentes que realizam de forma parcial ou total as seguintes operações:

- (a) incorporação, que é a operação-chave da promoção imobiliária; o incorporador realiza a gestão do capital-dinheiro na fase de sua transformação em mercadoria, em imóvel; a localização, o tamanho das unidades e a qualidade do prédio a ser construído são definidos na incorporação, assim como as decisões de quem vai construí-lo, a propaganda e a venda das unidades;
- (b) financiamento, ou seja, a partir da formação de recursos monetários provenientes de pessoas físicas e jurídicas, verifica-se de acordo com o incorporador, o investimento visando à compra do terreno e à construção do imóvel;
- (c) estudo técnico, realizado por economistas e arquitetos [...];
- (d) construção ou produção física do imóvel, que se verifica pela atuação de firmas especializadas nas mais diversas etapas do processo produtivo; a força de trabalho está vinculada às firmas construtoras; e
- (e) comercialização ou transformação do capital-mercadoria em capital-dinheiro, agora acrescido de lucros; os corretores, os planejadores de vendas e os profissionais de propaganda são os responsáveis por esta operação (CORRÊA, 1995b, p. 19-20).

Vale ressaltar também que do ponto de vista da gênese do promotor imobiliário há enormes diferenças entre eles, as quais o autor também aponta:

há desde o proprietário fundiário que se transformou em construtor e incorporador, ao comerciante próspero que diversifica suas atividades criando uma incorporadora, passando pela empresa industrial, que em momentos de crise ou ampliação de seus negócios cria uma subsidiária ligada à promoção imobiliária. Grandes bancos e o Estado atuam também como promotores imobiliários (CORREIA, 1995b, p. 20-21).

A chamada reestruturação imobiliária também será possibilitada via políticas públicas, principalmente na instância municipal que elabora leis que regulam o uso e ocupação do solo urbano no município, onde é possível identificar melhor como o Estado se posiciona diante dos diversos interesses contraditórios dos agentes sociais que atuam na produção imobiliária. O “Estado desenvolve sua política urbana, aparentemente neutra e comprometida com o planejamento voltado para o bem-estar social, mas na verdade definida segundo interesses da(s) classes(s) dominante(s)” (SPÓSITO, 1991a, p. 164).

Destaca-se, assim, a ação pública frente a seu papel legislador e administrador que “é exercido através da formulação de leis e controle (ou não) de sua aplicação. Pode assim, impor uma série de restrições ou abrir toda sorte de possibilidades às operações de produção e comercialização dos imóveis” (SPOSITO, 1991a, p. 164).

Mas, já que o imóvel como mercadoria precisa ser adquirido por alguém, onde fica o cliente neste processo de produção capitalista imobiliária? Pensando que o cliente enquanto usuário e/ou consumidor é parte do processo da produção capitalista imobiliária, logo, vital para o setor imobiliário, considera-se a intervenção destes principais agentes: o proprietário fundiário², o promotor imobiliário, o construtor e o cliente ou usuário (ROCH, GUERRA, 1981, p. 17).

Abordemos um pouco mais sobre cada um destes agentes:

1) O proprietário fundiário – por ser aquele que possui a terra, é o dono da terra, ele pode ser considerado como “o principal freio do desenvolvimento capitalista da produção de edificações” (ROCH, GUERRA, 1981, *tradução nossa*, p. 17). Eles “monopolizam a propriedade da terra e decidem sobre como e quando usar seus terrenos, controlando desta forma o acesso à cidade como um todo” (SPOSITO, 1991a, p. 158).

Também é perceptível seu importante papel na especulação do solo urbano. Quando uma terra agrícola ou um terreno baldio (anteriormente situado no espaço rural) é incorporado ao território da cidade, portanto do espaço urbano, o proprietário de terras pode segurar sua propriedade, sua terra, até que obtenha o máximo de ganho possível com a valorização que sua terra vai adquirindo, na medida em que a área do entorno de sua propriedade (de sua terra) vai sendo urbanizada, seja através do incremento de

2 Roch e Guerra (1981, p. 17) usaram a denominação “*el propietario del suelo*”, mas considerando o a nomenclatura mais utilizada no contexto brasileiro preferimos optar por “proprietário fundiário” conforme vinha sendo citado no texto, e segundo Corrêa (1995b).

infraestruturas do Estado (asfaltamento, saneamento básico, iluminação da rua, construção de praças, dentre outras) seja pelas demais atividades de construção (comércio, casas e/ou conjuntos prediais para habitação, condomínios fechados de alto padrão arquitetônico e urbanístico, *shopping center*, etc).

O ato de “segurar” a terra significa “especular” o solo que agora se tornou urbano. Assim, o proprietário fundiário especula com sua propriedade. O fato se aplica também ao proprietário fundiário que possui terreno também em uma área que já é urbana. Por exemplo, no centro principal da cidade, onde geralmente a valorização do solo urbano é maior, é comum, alguns proprietários de lotes urbanos aguardarem o máximo de rentabilidade que conseguem adquirir para então vender para uma construtora ou grande empresa o seu lote.

Os ganhos com a especulação do solo urbano, entretanto, não são apenas do proprietário fundiário, que muitas das vezes pode ser o que fica com a menor parte da rentabilidade advinda da especulação. Isso se deve por alguns proprietários não saberem ao certo o valor real de sua propriedade e acabarem aceitando o valor estipulado pelo promotor imobiliário, que por sua vez, edificará o terreno e poderá obter uma boa parte da rentabilidade da especulação ao repassar a edificação para o cliente. Isso que podemos chamar de *jogo da especulação* pode continuar com a revenda da edificação adquirida pelo cliente para outro e assim por diante³.

O sucesso do *jogo da especulação* do solo urbano, a maior rentabilidade possível, pode ser medido a partir do direcionamento que se dará a produção imobiliária, enfim, para qual classe social se construíra o produto imobiliário naquele terreno adquirido (ROCH, GUERRA, 1981). Como se pode ver, o proprietário fundiário que não tem outra função além de ser o dono da terra, já que não é quem estipula o preço e nem edifica, qualifica o solo urbano: é apenas o que dá início ao *jogo da especulação*.

A partir das estratégias seguidas pelos proprietários fundiários, será produzida uma elevação no preço do solo e é através da produção imobiliária que o valor do solo tenderá a ser próximo ao valor das edificações (CAPEL, 1972).

2) O promotor imobiliário – responsável pelas principais operações da produção imobiliária que se materializam na edificação e comercialização de imóveis. A atuação dos grandes promotores imobiliários se destaca sobretudo no processo de produção imobiliária, pelo fato de serem os autores dos grandes bairros que surgem e modificam as periferias das cidades, que ditam o vetor de expansão urbana (ROCH, GUERRA, 1981).

Produzir imóveis para as classes sociais que procuram *status*, imóveis de luxo, é sem dúvida mais lucrativo e de interesse maior do promotor imobiliário. O paradoxo de demanda solvável saturada, de um lado, e da demanda não solvável insatisfeita (demanda

3 A possibilidade do preço do solo urbano sempre subir e proporcionar comprar para vender depois, obtendo assim uma mais-valia é a essência do que denominamos aqui de *jogo da especulação* ou simplesmente como *especulação do solo*, que é “*un proceso que se alimenta de sí mismo, ya que los capitales acuden a comprar suelo porque esperan que suba, y sube porque acuden muchos capitales y se forman precios monopolísticos*” (ROCH, GUERRA, 1981, p. 71-72, *grifo dos autores*).

da camada popular por habitação/moradia não atendida), do outro, “explica o interesse do capital imobiliário em obter ajuda do Estado, de modo a permitir tornar viável a construção de residências para as camadas populares” (CORRÊA, 1995b, p. 22).

É de grande importância a produção de moradias na sociedade capitalista, pois não tem apenas papel fundamental na economia, como o de amortecer as crises cíclicas da economia atraindo investimento de capital e criação de muitos empregos, mas também na reprodução das relações sociais (CORRÊA, 1995b; CAPEL, 1972). Presenciamos isto no Brasil durante a crise capitalista mundial de 2008, quando a construção civil não parou, e principalmente os programas sociais de moradia para as camadas populares estavam veementes.

Nisso tem destaque o apoio do Estado capitalista, pelo fato de estar “fortemente repleto, através de seus componentes, de interesses imobiliários” (CORRÊA, 1995b, p. 23). O Estado viabiliza a construção de moradias para as camadas populares através de créditos para os promotores imobiliários, ao facilitar a desapropriação de terras e ao oferecer crédito, principalmente através de financiamento para os futuros usuários/moradores (CORRÊA, 1995, p. 22).

Como já anunciado, no caso brasileiro temos vários exemplos com a criação de órgãos desde o Banco Nacional da Habitação – BNH e das Cooperativas de Habitação – COHABS, de mecanismos jurídicos e financeiros, como o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS até o Programa Federal Habitacional Minha Casa, Minha Vida – MCMV 1 e 2⁴. Independente da especificidade de cada um, sua criação objetiva possibilitar a acumulação capitalista através da produção imobiliária, da produção de habitações, cujo acesso se torna agora ampliado na parceria entre Estado e setor imobiliário (CORRÊA, 1995b).

Em função das características já ressaltadas da produção imobiliária, destacando-se o tempo de produção e a magnitude do preço da mercadoria imóvel, temos que, historicamente, tal produção, sobretudo a de fins habitacionais, requer uma estrutura de financiamento, enquanto fonte de crédito, que propicie condições para que a produção se realize com pouco ou quase nenhuma disponibilidade de capitais por parte das construtoras. Quando as empresas envolvidas na produção imobiliária dispõem de capitais, o crédito funcionará como viabilizador do consumo, ampliando significativamente a demanda solvável (SPOSITO, 1991a, p. 199).

4 O Programa Federal Habitacional Minha Casa, Minha Vida – MCMV – segundo os objetivos do Ministério das Cidades quanto à habitação “tem por objetivo promover a produção ou aquisição de novas unidades habitacionais, ou a requalificação de imóveis urbanos, para famílias com renda mensal de até R\$ 5.000,00” (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2012. Disponível em <<http://www.cidades.gov.br/index.php/minha-casa-minha-vida>> Acesso em 14 dez. 2012). O valor de R\$ 5.000,00 não está atualizado, pois o MCMV contempla famílias com renda mensal de até 10 salários mínimos. O MCMV1 foi anunciado no dia 25 de Março de 2009 em Brasília, e foi considerada uma das principais ações do governo Lula para rebater a crise econômica internacional de 2008 que teve como principal cenário a crise no setor imobiliário dos EUA. O argumento central do Programa MCMV, segundo Campos (2011), é o “de que as grandes empresas são indispensáveis para elevar a escala dos negócios e assim permitir o uso de tecnologias de processo avançadas que reduzam os custos da construção, tornando possível o acesso da população de baixa renda ao mercado formal da habitação” (CAMPOS, 2011, p. 73). O MCMV2 foi anunciado pela presidenta da República Dilma Rousseff em 16 de junho de 2011 e teve como meta o dobro do que foi prometido no MCMV1: construção de dois milhões de novas unidades habitacionais entre os anos de 2011-2014. O MCMV1 e 2 permite ao beneficiário utilizar recursos do FGTS e obter subsídios do governo para aquisição de um imóvel/habitação, como também financiamento através do banco estatal (Banco Caixa Econômica Federal) para quitação do imóvel à empresa construtora.

Ao fomentar o crédito, o Estado viabiliza a produção imobiliária, que possibilita o consumo, que, por sua vez, mantém o ciclo da economia enquanto o cliente/consumidor final tiver poder de compra. E será o cliente/consumidor final que ficará com a dívida, a qual serve para manter os negócios imobiliários, para os agentes do mercado imobiliário continuarem baseados no acúmulo de capital (LENCIONI, 2017).

Podemos ver o ciclo da economia sendo mantido assim na produção imobiliária com auxílio do Estado tendo o MCMV como exemplo (desde 2020 foi renomeado pelo governo federal vigente como Casa Verde e Amarela). Este programa federal,

ao direcionar a política habitacional estritamente para os financiamentos e a compra de novas unidades, provendo subsídios altíssimos – através dos incentivos aos financiamentos – não somente a indústria da construção civil, mas aos capitais imobiliários de modo geral -, também contribui com a valorização imobiliária, dificultando seus próprios objetivos de ampliação do acesso a camadas mais amplas da população, em função dos preços mais elevados. Os capitais imobiliários são altamente beneficiados neste processo, devido não somente à valorização fundiária, mas porque passam a auferir também altos rendimentos no provimento do financiamento para a obtenção da casa própria (MAGALHÃES, TONUCCI FILHO, SILVA, 2011, p. 30).

Os mesmos autores notificam que “esta é uma das diversas formas pelas quais o mercado financeiro vem se inserindo progressivamente no setor imobiliário, além de uma atuação direta na oferta e na construção de novas unidades” (MAGALHÃES, TONUCCI FILHO, SILVA, 2011, p. 30). É o que ressaltamos como reestruturação imobiliária na introdução deste trabalho (e tratado por LENCIONI, 2017), o mercado imobiliário atual se faz e se configura numa junção com o mercado financeiro.

Para a classe menos favorecida, geralmente denominada classe operária, a habitação/moradia possui um valor além dela mesma, ou seja, o imóvel adquirido seja por financiamento, seja subsídio do Estado, lhes serve de garantia para obtenção de novos créditos que lhes permitem adquirir outros bens de consumo duráveis, mesmo que isso signifique aumento do endividamento (CAPEL, 1972).

Enfatizamos assim, que a produção imobiliária, o adquirir de uma habitação/moradia, tem um papel crucial no ciclo da economia. Portanto, tem também um papel importante e motriz para a reestruturação urbana e econômica, e consequentemente, em alguns casos, para a reestruturação imobiliária.

Voltando aos interesses dos promotores imobiliários, Roch e Guerra (1981, p. 22) revelam que o sonho inalcançável dos grandes promotores imobiliários é chegar a produzir habitações/moradias como se fabrica carros ou lavadoras de roupas. Mas a habitação/moradia não se qualifica como um produto industrial como os outros. A produção imobiliária encontra dificuldades e demandas específicas que a fazem se adequar a localização onde oferecerá o produto imobiliário e o tipo de cliente/usuário que se pretende ou poderá alcançar.

É intrínseca a relação da disponibilidade de terra para construção de imóveis e uma boa localização, o que é mais enfatizado como renda da terra urbana. As classes sociais que obtêm maior renda são geralmente as que buscam os melhores imóveis nas melhores localizações da cidade/metrópole. Daí a vantagem em produzir habitações para as classes sociais que constituem a demanda solvável. Isso tem um “significativo rebatimento espacial” (CORRÊA, 1995b, p. 23). Assim, os promotores imobiliários agem em correlação ao:

- (a) preço elevado da terra e alto status do bairro;
- (b) acessibilidade, eficiência e segurança dos meios de transporte;
- (c) amenidades naturais ou socialmente produzidas; e
- (d) esgotamento dos terrenos para construção e as condições físicas dos imóveis anteriormente produzidos, conforme indica R. S. de Almeida. Estas características em conjunto tendem a valorizar diferencialmente certas áreas da cidade, que se tornam alvo da ação maciça dos promotores imobiliários: são as áreas nobres, criadas e recriadas segundo os interesses dos promotores, que se valem de maciça propaganda. Assim, de um lado, verifica-se a manutenção de bairros de *status*, que continuam a ser atrativos ao capital imobiliário e, de outro, a criação de novas áreas nobres em razão do esgotamento de áreas disponíveis em outros setores valorizados do espaço urbano: os novos bairros nobres são efetivamente criados ou resultam da transformação da imagem de bairros antigos que, dispondo de alguns atrativos, tornam-se de *status* elevado (CORRÊA, 1995b, p. 23, *grifos* do autor).

No conjunto dos agentes que se enquadram como promotores imobiliários e que também são responsáveis junto aos planejadores de vendas e os profissionais de propaganda em converter o capital-mercadoria (imóvel) em capital-dinheiro, estão os corretores imobiliários como já citados, mas, mais conhecidos como corretores de imóveis.

Os corretores de imóveis têm papel fundamental na produção imobiliária, pois não atingem apenas os que comprem os imóveis, mas também os que produzem/vendem imóveis. Eles são grandes influenciadores do preço dos imóveis:

Os corretores imobiliários operam como coordenadores do mercado imobiliário, concorrem entre si, e a partir do volume de negócios que conseguem fazer, realizam sua parcela de lucro. Desempenham forte papel na determinação do consumo, sugerindo, criando necessidades, apresentando e, muitas vezes, induzindo opções. Têm uma ação profícua na formação dos componentes ideológicos, a que estão submetidos os que comprem os imóveis. Além disto, agem como uma espécie de avaliadores das mercadorias imóveis, sugerindo preços, e distinguindo, através da captação da capacidade de demanda do mercado, os bons e os maus momentos para os que vendem ou para os que comprem (SPOSITO, 1991a, p. 160-161).

Os corretores de imóveis podem redirecionar clientes/usuários para a direção/vetor da cidade/metrópole que permitirá um volume de negócios por um período maior, como também incentivar os produtores/construtores a atuarem com mais intensidade e diversidade nessa direção/vetor da cidade.

Outro agente importante na etapa de produção e comercialização dos imóveis é que, geralmente, possui uma escala de operação maior e consequente maior escala espacial de atuação⁵ é o incorporador. O incorporador, o construtor e o produtor de materiais de construção são os agentes responsáveis pelo empreendimento. Portanto, podem ser chamados também de empreendedores (SPOSITO, 1991a, p. 159). Dentre eles, o incorporador é o que possui maior poder político (CORRÊA, 1995b, p. 21).

Como tinha se adiantado, a variedade e diferença entre os agentes que abarcam o conjunto dos promotores imobiliários é bastante considerável. Podendo ter aqueles que atuam como pequenos produtores de imóveis aos incorporadores que visam grande produção de edificações e variedade de clientela. Mas ambos estão à procura das pessoas que têm como pagar o “direito a viver na cidade” (ROCH, GUERRA, 1981, p. 24, tradução nossa).

3) O construtor – tratando de grandes produções imobiliárias como geralmente ocorrem em metrópoles, aqui se inclui as grandes empresas construtoras de imóveis para habitação/moradia. É importante que, dentro do esquema da produção imobiliária, a empresa construtora esteja vinculada a uma empresa promotora (ROCH, GUERRA, 1981, p. 27), geralmente a uma incorporadora.

É comum nas cidades brasileiras vermos a atuação conjunta dos empreendedores, que compreende os incorporadores, construtores e os produtores de materiais de construção, ao desempenhar “o papel específico de produzir as edificações que entrarão no mercado e serão comercializadas. [...] Possibilitando a realização do lucro destes e da renda da terra aos proprietários” (SPOSITO, 1991a, p. 159-160).

A empresa construtora dentre os agentes do setor imobiliário e componente também do conjunto dos promotores imobiliários é a que mais depende da força de trabalho. Em toda produção capitalista, um processo de valorização do capital se une a um processo de trabalho. No setor imobiliário, é a empresa construtora quem assegura esta união (ROCH, GUERRA, 1981, p. 60).

4) O cliente ou usuário – também pode ser entendido como o consumidor do produto imobiliário. Há dois tipos de clientes para os promotores imobiliários:

1º) *O cliente solvente* – compreende a menor parte da clientela, pois pode adquirir uma habitação/um imóvel com facilidade, por possuir renda suficiente, e tem poder de escolha maior, podendo escolher imóveis situados nos bairros da cidade que possuem melhor localização e vantagens urbanas (ROCH, GUERRA, 1981, p. 27);

2º) *O cliente pouco ou não solvente* – representa a maior parte da clientela de imóveis/habitações, é aquele que conta apenas com o salário que recebe por seu trabalho

5 Corrêa (1995b) aborda baseado nos conceitos de R. S. de Almeida como “escala de operações” e “escala espacial de atuação” a particularidade dos incorporadores dentre os agentes do setor imobiliário. A escala de operação se refere ao número de construções simultâneas que o incorporador é capaz de produzir. E a escala espacial de atuação corresponde à área em que se localizam as obras e os estoques de terrenos. “Estas duas escalas estão relacionadas: maior a escala de operações, maior a escala espacial de atuação e, adicionalmente, maior o poder político do incorporador” (Corrêa, 1995b, p. 21).

e por si só tem muitas dificuldades para adquirir um imóvel/habitação e possui pouca opção na escolha da localização de um imóvel que porventura consiga adquirir com ajuda de financiamento do Estado ou da própria construtora (ROCH, GUERRA, 1981, p. 27).

Aquele usuário que possui renda apenas para sobrevivência, ou seja, não lhe sobra nenhuma economia, faz parte da clientela não solvente, que não interessa aos promotores imobiliários, pois tais clientes não lhe fornecem nenhum lucro. Os clientes não solventes só conseguem adquirir um imóvel/habitação se houver algum programa social do Estado que subsidie e/ou lhe forneça uma moradia.

O ingresso de clientes e/ou usuários em uma área da cidade pode inferir no tipo de produto imobiliário que será construído naquela área, o que influi também em certa medida no preço da terra e do imóvel/habitação.

Os clientes solventes em potencial são os consumidores mais visados pela produção e promoção imobiliária, já que

o nível deste consumo será limitado pelo poder aquisitivo por parte de cada comprador e pela ausência de qualquer poder aquisitivo por parte de outros potenciais consumidores, sendo que estes elementos não determinam, mas exercem forte pressão na delimitação do preço dos imóveis (SPOSITO, 1991a, p. 162).

Outro tipo de cliente muito importante no redirecionamento da oferta por terra urbana e que pode criar uma estratégia de localização espacial vantajosa no espaço urbano de uma cidade é o chamado setor terciário, para o qual a compra de um terreno urbano é mais uma inversão em “capital produtivo”. Ao construir uma edificação, o setor terciário a inclui em seus meios de produção, por exercer nela uma atividade de comércio e/ou serviços, sem deixar de ganhar constantemente com a valorização imobiliária da mesma (ROCH, GUERRA, 1981, p. 29).

Quanto aos clientes, compradores/consumidores de imóveis residenciais, o produto, mercadoria imobiliária adquirida, “reveste-se preponderantemente de seu valor de uso, quando são usuários do imóvel, mas nela está sempre contido o seu potencial valor de troca” (SPOSITO, 1991a, p. 162-163).

A respeito dos clientes solventes que adquiriram um imóvel/habitação, pode-se dizer que, além de serem usuários do imóvel, “do ponto de vista das probabilidades do mercado, em geral, pensam também como proprietários imobiliários” (SPOSITO, 1991a, p. 163).

Os clientes que a promoção capitalista privada não busca ter um relacionamento são os clientes não solventes (ROCH, GUERRA, 1981, p. 30). Portanto, o cliente e/ou usuário possui uma importância vital na produção imobiliária, e consequentemente na produção do espaço urbano e reestruturação do espaço interno das cidades e da sua rede urbana. Ele pode redirecionar a expansão urbana, provocar migrações intraurbanas, criar centralidades através de novos fluxos e redirecionar a concentração do comércio e dos serviços etc.

A reestruturação imobiliária no Vetor Norte de Belo Horizonte e da RMBH

Nos resultados a seguir será detalhado como o Vetor Norte de Belo Horizonte e da RMBH tem sido alvo de maciça propaganda para demonstrar a mudança do cliente/usuário que os promotores imobiliários desejam atrair e obter nessa área.

O segundo registro fotográfico da pesquisa, realizado no mês de novembro de 2012 na principal área comercial de Venda Nova, uma das centralidades mais expressivas do Vetor Norte de Belo Horizonte, chamou-nos atenção, pois, ao comparar com o que foi observado durante o primeiro trabalho de campo dessa pesquisa, realizado em meados do ano de 2011, onde presenciamos escavadeiras derrubando antigos imóveis do estilo casas residenciais na área considerada histórica desta centralidade, com o intuito de preparar o terreno para receber a implantação de imóveis comerciais, ou seja, lojas de redes de varejo voltadas a classe média, nos fez buscar no banco de imagens do Google Earth do período anterior as lojas vistas em 2012, e para nossa surpresa o Google Earth tinha exatamente a foto do dia da escavadeira a desfazer a(s) casa(s) que presenciamos em 2011, como se pode ver a seguir nas fotos 1 e 2.

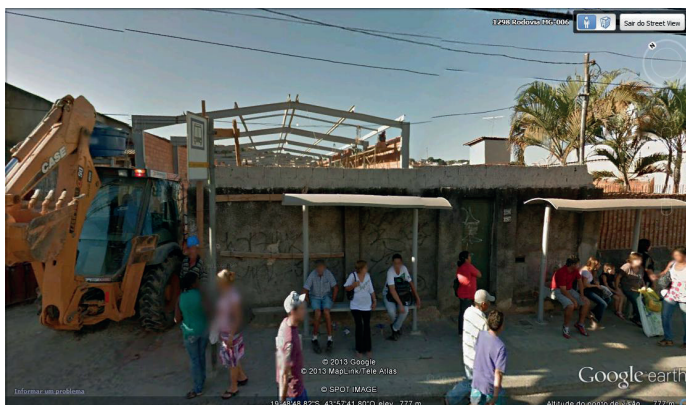


Foto 1 – Construção de imóveis comerciais no lugar de residências em meio ao comércio popular na Rua Padre Pedro Pinto – bairro Venda Nova, Belo Horizonte. Centralidade mais expressiva do Vetor Norte da RMBH.

Fonte: Banco de Imagens do Google Earth – imagem de 07/2011.



Foto 2 – As novas lojas de redes nacionais construídas no lugar das residências referidas na figura anterior. Nota-se que se mantiveram os abrigos de ponto de ônibus e as árvores.

Fonte: Banco de imagens dos autores, foto de 11/2012.

Vale ressaltar que o setor imobiliário atual conta ainda mais com o setor terciário, com os empresários do setor de comércio e serviços para oferecê-los imóveis amplos em áreas centrais ou em áreas consideradas de nova expressão de centralidade, que atendem a deseconomias de aglomeração, onde rapidamente eles terão o retorno do capital investido na aquisição desse produto imobiliário (o galpão ou loja ampla, loja de grande porte). Ou se tratando de imóvel alugado, os corretores imobiliários vendem a ideia de que, pelo empresário estar numa localização privilegiada por ser repleta de potenciais consumidores, poderá arcar tranquilamente com um aluguel de alto valor. É o que ocorreu e vem ocorrendo ainda nesta área após os investimentos de infraestrutura pelo Estado, uma valorização imobiliária que encantou e ainda faz brilhar os olhos dos proprietários fundiários de antigas casas/imóveis residenciais no centro comercial de Venda Nova, os quais venderam ou em algum momento irão vender seus terrenos para promotores imobiliários e/ou corretores imobiliários. Sendo os novos donos ou inquilinos destes imóveis de uma classe social superior à daqueles que antes ocupavam ou eram donos dos imóveis residenciais. Ou seja, o que explica em parte que, apenas proprietários de grandes redes de lojas de departamentos ou franquias bem conhecidas no cenário do comércio internacional ou nacional poderão arcar com os custos imobiliários nesta área que teve impacto direto do processo espacial de descentralização urbana e reestruturação da cidade e da rede urbana.

Venda Nova e quase todas as centralidades do Vetor Norte da RMBH desde a década 2000-2010 tem se tornado o reduto de novos prédios comerciais, novos condomínios comerciais e/ou residenciais, edificações imobiliárias verticalizadas de médio a alto padrão arquitetônico e criando assim, áreas nobres, o que fazia que alguns autores de estudos urbanos não⁶ cogitassem a possibilidade de tais áreas surgirem nessa direção da RMBH.

6 Villaça (2012) é um destes autores que afirmava que não se podia imaginar a classe dominante ou de maior renda optar por residir no Vetor Norte de Belo Horizonte. As autoras Mendonça e Costa (2011), abordam que o movimento

De acordo com entrevistas com corretores de imóveis durante os trabalhos de campo realizados durante o segundo ano desta pesquisa se identificou as principais (não todas) empresas construtoras e incorporadoras de imóveis na modalidade de edificações, prédios residenciais de maior porte e produto imobiliário novo como condomínio fechado, atuantes na área em torno da Cidade Administrativa do Governo de Minas Gerais (conhecida também como CAMG), no Vetor Norte de Belo Horizonte e da RMBH e seus respectivos produtos/empreendimentos que se encontram em sua maioria já concluídos ou em fase final de construção no mercado imobiliário (TABELA 1).

Os imóveis residenciais relacionados na Tabela 1 são de vários tipos, visando atender desde os usuários/consumidores de média a baixa renda (popularmente nomeados pela mídia como classe C), aos de média a alta renda (classes B e A). Todos são de empreendedores imobiliários ou principais e grandes construtoras/incorporadoras que atuam no país inteiro ou ao menos no sudeste brasileiro.

de elitização em Belo Horizonte permanece nas áreas imediatamente periféricas da Área Central e da Pampulha, mas também consideram que nos últimos anos têm surgido empreendimentos de grande porte na área norte da metrópole que são orientados para populações de alta renda, e embora estejam ainda desocupados deverão promover alterações na estrutura socioespacial da região metropolitana no longo prazo.

Empresa (s)	Empreendimento (s)	Nº de andares	Nº de torres e aptos ou área em m²	Localização (Bairro/ Regional de Belo Horizonte ou cidade da RMBH)	Fase do Empreendimento em 2021
Andrade Valadares/ Direcional Engenharia	Portal Vistas do Horizonte Linha Verde/ Veredas Vistas do Horizonte	12-13/ 10-11	4 e 376/ 2 e 164	Floramari/ Regional Norte	Concluído
SantaCruza/ Gaya	Residencial Mirante José Lucas Ferraz (JLF)	16	1 e 96	Planalto/ Regional Norte**	Concluído
TENDA	Residencial Las Palmas Life	5	7 e 140 (2Q)	Juliana/ Regional Norte	Concluído
TENDA	Residencial Bosque dos Pinheiros	5	6 e 120	Frei Leopoldo/ Regional Norte	Concluído
TENDA	Residencial Di Stefano Life	6	6 e 120	Juliana/ Regional Norte	Concluído
TENDA	Residencial Buenos Aires Tower	13	1 e 88	Venda Nova/ Regional Venda Nova	Concluído
TENDA	Residenciais Le Grand Bariloche Life/Le Grand Villa Real Tower*	5/8-9	2/3 e 172	Parque São Pedro/Regional Venda Nova	Concluído
ROSSI	Rossi Jardins Praças Residenciais	6	7 e 168 (3Q)	Venda Nova/ Venda Nova	Concluído
ROSSI	Rossi Mais Primavera	12	6 e 288	Venda Nova/ Venda Nova	Concluído
ALPHAVILLE	Alphaville Minas Gerais*** (no lançamento: Alphaville Norte)	-	542 unidades e 873.283m²	Vespasiano – RMBH	Algumas unidades concluídas e outras em construção no ano de 2021.

Notas: *Os residenciais Le Grand Bariloche Life e Le Grand Villa Real Tower estão instalados em um mesmo terreno, por isso foram relatados em conjunto. **O Residencial Mirante JLF, se localiza na divisa entre os bairros Vila Clóris e Venda Nova – portanto entre as regionais Norte e Venda Nova. ***O Alphaville Minas Gerais no estilo condomínio fechado para classe social de alto status, vendeu todos os lotes em um só dia, quando lançado!

TABELA 1 – Edifícios imobiliários de grande e médio porte construídos ou em construção, cujos lançamentos se deram nos anos de 2010-2012, próximos a Cidade Administrativa do Governo de Minas Gerais

Fonte: Banco de dados dos autores diante de coletas nos trabalhos de campo da pesquisa, 2011-2022.

Vale destacar também que quase todas empresas retratadas nessa tabela estão na bolsa de valores brasileira, como: TENDA, ROSSI e ALPHAVILLE, o que confirma que o novo setor imobiliário aliançado com o capital financeiro está vigoroso no Vetor Norte da RMBH, e visando principalmente a demanda solvável, o cliente solvente, como também ofertando novos produtos imobiliários nesta área para atrair outras/novas classes sociais (diferentes do perfil socioeconômico que residia ou ainda reside nesta área antes dos anos 2003), ou seja, as de maior poder aquisitivo, relegando os grupos excluídos para uma distância ainda maior das áreas centrais da metrópole mediante a (super)valorização do solo urbano da periferia da porção norte da RMBH.

Dentre as reportagens encontradas, destaca-se uma do jornal O Tempo, datada de 14/09/10, que traz a fala do vice-presidente da área imobiliária do Sindicato da Indústria da Construção Civil (Sinduscon-MG) na época, José Francisco Couto de Araújo Cançado. Ele já apontava uma valorização de 100% nos imóveis localizados nas imediações da CAMG nos últimos três anos (LABBATE, 2010). E outra do jornal Estado de Minas, datada em 10/12/2012, que traz a fala de um representante, agente do mercado imobiliário, o diretor da Smel Imóveis, Luiz Fernando Machado que defende que a “região norte” de Belo Horizonte era uma forte candidata em ser uma das regiões mais valorizadas da metrópole, e tem o seguinte trecho de sua fala transcrita: “É importante lembrar que nos últimos cinco, seis anos, a região era inexpressiva, não existindo ali qualquer vestígio ou expectativa de desenvolvimento, pois era considerada pobre e sem futuro. Agora, deve apresentar grande valorização nos próximos anos.” (LETÍCIA, 2012).

Como se pode ver “o produzir/vender/comprar/consumir o imóvel são ações que se contextualizam no processo mais amplo do reproduzir a cidade capitalista” (SPÓSITO, 1991a, p. 156). O que detectamos no viés empírico da pesquisa no Vetor Norte de Belo Horizonte e RMBH nos anos de 2011 a 2022.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar do que se apresenta no atual Vetor Norte de Belo Horizonte e RMBH, que é a primazia⁷ da ação do Estado na produção do espaço urbano, concordamos que o setor imobiliário acompanhou essa ação do Estado e tem participado de maneira mais enfática e decisiva na produção do espaço urbano, na reestruturação urbana da metrópole nos anos posteriores a instalação da Cidade Administrativa do Governo de Minas Gerais

E dentro da lógica da cidade/metrópole capitalista não faz parte dos interesses estratégicos dos promotores e corretores imobiliários as diferentes frações do capital envolvidas na produção de imóveis para as camadas populares, para a parte da sociedade que pertence ao grupo da classe social de menor poder aquisitivo, menor poder de compra.

⁷ Nos referimos a “primazia da ação do Estado na produção do espaço urbano” nesta área no período 2003-2014. Pois, como destaca a professora Celina Borges em entrevista a nós concedida em 26/07/12: “antes desse período a produção do Vetor Norte de Belo Horizonte se deu principalmente através dos grupos sociais excluídos conjunto a ação do setor imobiliário e omissão do Estado”.

Notamos que a população de baixa renda denominada como grupos excluídos (CÔRREA, 1995b), que em algum momento particular foi essencial para o setor imobiliário, principalmente para a especulação imobiliária, ou seja, para a dinâmica capitalista, passam a ser abandonados, subordinados e esquecidos, assim, se afogando em dívidas assumidas com os juros e promoções oferecidas pelo programa estatal “MCMV”/Casa Verde e Amarela, e que é ao mesmo tempo um programa financiador do setor imobiliário, do capital privado com uma construtora/incorporadora à frente. Ou seja, sempre existirá uma demanda por habitação/moradia não atendida, o que se denomina demanda não solvável e é pouco ou nada atrativa para o capital privado (CAPEL, 1972).

A mais recente reestruturação urbana trouxe com ela grandes transformações no viver a cidade, uma delas está relacionada a qualidade de vida urbana que se tornou uma mercadoria, quem puder pagar por viver melhor a cidade poderá usufruir parcelas da metrópole em um dos novos produtos imobiliários da reestruturação imobiliária que consome e vende o espaço urbano da metrópole. No caso, compra e venda de parcelas da metrópole ou das cidades do Vetor Norte da RMBH que antes da recente reestruturação urbana não eram tão interessantes, mas, eram terrenos em reserva, aguardando o momento ideal de (super)valorização, de maior acumulação de capital. Este momento chegou!

REFERÊNCIAS

- CAMPOS, Paola Rogedo. O preço da terra urbana e a moradia de baixo custo. In: MENDONÇA, Jupira Gomes de. COSTA, Heloisa Soares de Moura (Organizadoras). Estado e capital imobiliário: convergências atuais na produção do espaço urbano brasileiro. Belo Horizonte: C/Arte, 2011. p. 63-79.
- CAPEL, Horácio. *Agentes y estrategias en la producción del espacio urbano español*. **Revista de Geografia**, Barcelona, v.8, n.1-2, p.19-58, 1974.
- CORRÊA, Roberto Lobato. O Espaço Urbano. São Paulo: Ática, 1995b.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Sobre Agentes Sociais, Escala e Produção do Espaço: Um texto para Discussão. In: A Produção do Espaço Urbano: Agentes, Processos, Escalas e Desafios. Carlos, Ana Fani Alessandri. Souza, Marcelo Lopes de. Sposito, Maria Encarnação Beltrão (organizadores). São Paulo: Contexto, 2011. p. 41-51.
- CRUZ, Ramon Coelho da. O oculto e o revelado da descentralização urbana no início do século XXI em Belo Horizonte. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <http://objdig.ufrj.br/16/teses/805784.pdf>. Acesso em: 4 mai. 2022.
- LABBATE, Aline. Imóveis vão valorizar 100%. Jornal O Tempo, 14/09/2010. Disponível em: <http://rss.otempo.com.br/otempo/noticias/?IdEdicao=1788&IdCanal=5&IdSubCanal=&IdNoticia=151091&IdTipoNoticia=1> Acesso em 01 nov. 2011.

LETÍCIA, Júnia. Vetor Norte de BH é a bola da vez do mercado imobiliário. Caderno: Lugar Certo do Jornal Estado de Minas, 10/12/2012. Disponível em: <https://estadodeminas.lugarcerto.com.br/app/noticia/noticias/2012/12/10/interna_noticias,46772/vetor-norte-de-bh-e-a-bola-da-vez-do-mercado-imobiliario.shtml> Acesso em 15 ago. 2013.

LENCIONI, Sandra. **Metrópole, metropolização e regionalização**. Rio de Janeiro: Consequência, 2017.

MAGALHÃES, Felipe Nunes Coelho Magalhães. TONUCCI FILHO, João Bosco Moura. SILVA, Harley. Valorização imobiliária e produção do espaço: novas frentes na RMBH. In: MENDONÇA, Jupira Gomes. COSTA, Heloísa Soares de Moura. **Estado e capital imobiliário: convergências atuais na produção do espaço urbano brasileiro**. Belo Horizonte: C/Arte, 2011. p. 17-40.

MENDONÇA, Jupira Gomes de. COSTA, Heloisa Soares de Moura. Dinâmica Imobiliária e a formação de um “obscuro objeto de desejo”: localização residencial e representação simbólica. In: MENDONÇA, Jupira Gomes de. COSTA, Heloisa Soares de Moura (Organizadoras). **Estado e capital imobiliário: convergências atuais na produção do espaço urbano brasileiro**. Belo Horizonte: C/Arte, 2011. p. 169-187.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro. Dos cortiços aos condomínios fechados: as formas de produção da moradia na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: IPPUR, UFRJ: FASE, 1997. 352p.

ROCH, Fernando. GUERRA, Felipe. Especulacion del suelo? Coleção: **Hacer la ciudad**. Editora: Nuestra Cultura. Madrid, 1981. 125p.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. O chão arranha o céu: a lógica da (re)produção monopolista da cidade. (Tese de Doutorado). São Paulo: USP, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 1991a. 391 p.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Centro e as formas de expressão da centralidade urbana. Revista de Geografia. Universidade Estadual Paulista/UNESP. São Paulo, 1991b, v.10. p. 1-18.

VILLAÇA, Flavio. Reflexões sobre as cidades brasileiras. São Paulo: Studio Nobel, 2012. 296 p.

ONDE ESTÁ A CULTURA NA GEOGRAFIA? – UMA BREVE DISCUSSÃO A RESPEITO DO ESPAÇO, HISTÓRIA E NEGACIONISMO

Data de submissão: 09/02/2024

Data de aceite: 01/04/2024

Ana Paula Mendonça

Universidade Estadual do Rio de Janeiro –
Faculdade de formação de professores.
São Gonçalo – Rio de Janeiro
<https://lattes.cnpq.br/3308305006555159>.

RESUMO: Esse artigo, é resultante de um desafio lançado como proposta de trabalho final, pela disciplina de Teoria e Método do mestrado de Geografia pela UERJ. Com isso, em razão do objetivo desse trabalho final ser reunir discussões teóricas de autores, que interligassem os quatro blocos debatidos ao longo do primeiro período (que durou 4 meses), o tema que consideramos de melhor relação com esses autores, foi o cultural. Dessa forma, a partir de algumas reflexões que foram lançadas através dos autores abordados e pelos professores e colegas dessa turma, buscamos com a escrita desse texto, discorrer brevemente como a Cultura é apresentada por alguns desses autores na Geografia, interligando-a a alguns aspectos políticos, naturais e sociais que a marcaram ao longo do tempo, nesse processo histórico. Alguns questionamentos são levantados no decorrer desse texto, no entanto, vale ressaltar aqui que nosso

objetivo principal não é responder nenhum deles, mas sim apenas despertar algumas reflexões sobre o tema principal, por meio desses. Sendo assim, desejamos a vocês, caros leitores, uma excelente leitura e reflexões melhores ainda!

PALAVRAS-CHAVE: Cultura; Geografia; História; Espaço e Tempo.

WHERE IS THE CULTURE IN GEOGRAPHY? – A BRIEF DISCUSSION ABOUT SPACE, HISTORY AND DENIALISM

ABSTRACT: This article is the result of a challenge launched as a final work proposal, by the Theory and Method discipline of the Geography master's degree at UERJ. Therefore, in reason that the objective of this final work was to bring together theoretical discussions by authors, which linked the four blocks debated throughout the first period (which lasted 4 months), the topic that we considered to have the best relationship with these authors was cultural. Thus, based on some reflections that were launched by the authors discussed and by the teachers and colleagues of this class, we sought, with the writing of this text, to briefly discuss how Culture is presented by

some of these authors in Geography, linking it to some aspects political, natural and social that have marked it over time, in this historical process. Some questions are raised throughout this text, however, it is worth highlighting here that our main objective is not to answer any of them, but rather just to awaken some reflections on the main topic, through these. Therefore, we wish you, dear readers, an excellent read and even better reflections!

KEYWORDS: Culture; Geography; History; Space and Time.

INTRODUÇÃO

Por muito tempo na história do pensamento geográfico, buscou-se a compreensão pelos objetos distribuídos ao longo do espaço, de maneira que as questões sociais e espaciais, acabaram sendo minimizadas ou negadas. Todavia, contraditoriamente, sem a existência desses espaços e dessas relações, tampouco os objetos seriam organizados e marcados. (ENGELS, 1979).

Nesse sentido, podemos dizer, com base em Santos (1996), que os diferentes objetos produzidos e organizados ao longo do espaço, conforme o passar do tempo, são resultantes das diversas relações naturais, econômicas, políticas, sociais e culturais que intervêm sobre esses, os transformando por meio das suas intervenções e deixando suas histórias e vivências marcadas, através dos seus costumes, crenças e culturas.

Mas qual é o significado de Cultura? Como as diferentes sociedades a produziram espacialmente, deixando suas marcas e histórias? Quais as contribuições desse termo para a Geografia? E por último, mas ainda fundamental: As questões culturais são reveladas ou negadas com esse processo histórico? Esses são alguns dos questionamentos que buscaremos investigar e compreender no decorrer desse texto, partindo-se de revisões bibliográficas em alguns autores clássicos e atuais.

Contudo, esse texto não busca responder a todos os questionamentos levantados, mas sim levar uma breve compreensão acerca do significado de Cultura, como essa pode ser percebida pelos teóricos da Geografia Humana, Física, Política e Cultural e se essa pode passar por algum negacionismo e caso afirmativo, de que maneiras isso pode ocorrer.

Nesse sentido, essa investigação trata-se de uma revisão teórica em autores clássicos e contemporâneos das diversas áreas que compõe a Geografia, afinal de contas, para que questões sociais e culturais possam ser analisadas e compreendidas, é preciso também entender os contextos espaciais, naturais e políticos que se apresentam, pois tais temáticas estão diretamente ligadas e são interdependentes. (SAUER, 1998).

Com isso, para darmos início as nossas discussões acerca de Cultura, em um primeiro momento abordaremos sobre o significado desse tema, por meio de uma breve apresentação teórico-metodológica dessa. Partindo-se desse breve debate, trataremos a respeito de alguns contextos das áreas da Geografia, aos quais essa está interligada. E para finalizarmos nossos apontamentos referentes a Cultura, apresentaremos sobre a questão do negacionismo, apontando nos debates se esse é um tema atual ou ultrapassado.

Algumas contribuições teórico-metodológicas para a compreensão do significado de cultura

Cada espaço é marcado pelas relações sociais que se desenvolvem nele com o passar do tempo. E tais relações, ao transformarem um dado espaço, também se modificam nele, de maneira a deixarem suas marcas, contribuições e principalmente, suas histórias. As quais, influem diretamente na formação de outras sociedades que possam vir, mesmo que deixem de existir no espaço físico. (SANTOS, 1996).

Foi assim desde as primeiras sociedades e civilizações que nos antecederam. Como o caso do desenvolvimento humano em relação a natureza, desde o período primitivo. Ou seja, conforme Engels (2006), para que o homem pudesse se desenvolver em questões comunicativas, técnicas, vestimentas e alimentícias, de maneira que pudesse ir além de saciar suas necessidades básicas, foi preciso que esse se adaptasse a natureza, além de suas condições humanas e sociais em relação a ela, antes que pudesse usufruí-la e apropriar-se dela com o decorrer dos anos.

Nesse sentido, a história das diversas organizações humanas nos diferentes espaços, nos possibilitam uma breve compreensão acerca de algumas manifestações culturais que se deram por meio das formações sociais que se decorreram e seus traços, trajetos e marcas deixados onde atuaram e conforme viveram em dado momento. (COSGROVE, 2010).

Entretanto, entender essas questões culturais torna-se uma tarefa muito mais ampla e complexa do que aparenta ser na realidade, de modo que para entender esses processos e marcas, antes torna-se essencial discutir acerca do significado da palavra Cultura e o que essa representa e significa para a Geografia desde os autores clássicos, até os mais contemporâneos. (WILLIAMS, 2007).

A palavra cultura, se pensada a partir do senso comum social, aparenta mostrar-se como uma terminologia simples e sem muitas implicações. Entretanto, diferente dessa aparência transmitida, essa revela-se de um modo muito mais amplo e complexo, quando cientificamente analisada e percebida. (COSGROVE, 2018).

Uma das razões para que essa palavra tenha um significado tão amplo e na concretude, seja mais ampla do que no campo da abstração humana, encontra-se no fato de que a mesma não está em apenas uma dimensão ou área específica. Ou seja, a Cultura tem sim suas próprias definições e peculiaridades, que lhes conferem atributos que a distinguem de outras áreas. Porém, ela não existe isoladamente, em suas particularidades e sem relação nenhuma com as demais áreas da Geografia. (CORRÊA, 2018).

Afinal de contas, para que a Cultura possa existir, ela precisa de relações. Sejam essas: naturais, sociais, políticas e até mesmo econômicas. Isto é, a Cultura, para poder ser bem analisada e interpretada, ela necessita fundamentalmente de um contexto ao qual esteja inserida. Mas antes de apresentarmos a respeito desse contexto, torna-

se importante abordarmos sobre o que realmente significa esse conceito para alguns geógrafos. (COSGROVE, 2010).

Com isso, partindo-se de algumas definições apresentadas por Raymond Willians (2007), a respeito da palavra Cultura, esse a percebe como algo que transcedeu os diferentes processos ao longo da história do pensamento geográfico, de maneira que em cada momento das transformações que se sucederam pelas diferentes sociedades nos diversos espaços em que se organizaram, a definição de Cultura, bem como seus significados, também iam sendo modificados e adaptados.

Cosgrove (2010; p. 01), concorda com essa ideia de que Cultura não pode reduzir-se a uma definição específica para a Geografia humanista, quando aponta:

Pouco se ganha ao se tentar uma definição precisa de cultura. Fazê-lo implica em sua redução a uma categoria objetiva, negando sua subjetividade essencial. (...) A palavra é ideológica. (...) A cultura é o termo central do humanismo, incapaz de definição clara como um conceito objetivo, mensurável, e compreensível apenas através da prática.

Com isso, podemos perceber com tais concepções, estabelecidas por esses geógrafos das correntes marxista, cultural e humanista, que o significado de Cultura não pode ser reduzido a uma mera conceituação ou definição, afinal de contas, essa palavra perpassa por diversos pensamentos, costumes, tradições e modos de agir os quais não podem ser apenas definidos e explicados de um único modo.

Claval (1999), retrata um pouco essa questão em seu livro intitulado “Geografia Cultural” quando discute sobre os conhecimentos, saberes e formas de comunicação que são desenvolvidos ou repassados através de gerações, destacando que cada grupo social tem suas próprias características linguísticas, comportamentais e interativas.

Quanto Gonçalves (2014), analisa a Cultura do contexto histórico, político e social, retratando essa por meio de um processo de hierarquias, dominação por meio de imposições de uma cultura sobre outra e alienação social do grupo dominado, para que essa detenção de poder prevaleça e seja utilizado a serviço das classes dominantes.

Já para Sauer (1998), a Cultura é percebida por meio das representações sociais deixadas na paisagem, de modo que essas podem ser entendidas como as marcas e características que cada povo estabelece, conforme a paisagem ocupada e o período social em que essa está inserida. Isto é, de acordo com o período temporal e as sociedades que compõe determinado lugar, serão os retratos e atributos humanos que irão constituir esse dado espaço ou paisagem em determinado momento.

Sendo assim, por meio de Santos (1996), Engels (2006), Claval (1999) e Willians (2007), a concepção de Cultura é mais analisada numa perspectiva histórica e social, de modo que essa está relacionada com algumas categorias da Geografia, como espaço e lugar. Quanto aos autores como Sauer (1998) e Cosgrove (2010), a percebem mais relacionada com a natureza e a categoria de paisagem. E Gonçalves (2014) apresenta um

ponto de vista mais interligado as questões políticas em que a Cultura é utilizada como um instrumento de hierarquização e resultado de um processo estruturalmente construído.

Esses autores apresentam diferentes visões sobre o significado e abrangência do conceito de Cultura, relacionando-a um pouco com o contexto histórico, político e social. Entretanto, como nesse primeiro momento nos centramos em apresentar diferentes perspectivas sobre essa palavra, por meio das várias correntes geográficas (marxista, humanista e fenomenológica), a contextualização da Cultura, inserida na Geografia será tarefa para o segundo momento que iremos apresentar a seguir.

Desse modo, nosso objetivo nesse segundo momento é analisar a Cultura no contexto das questões históricas, naturais, políticas e sociais. E para que esse cumpra, iniciaremos nossos debates interligando os aspectos humanos e naturais, acrescentando aos poucos os demais processos que compuseram essa conjuntura.

Entre achados e perdidos na Geografia, revela-se a Cultura historicamente

Com o passar do tempo, a sociedade teve de se adaptar ao meio natural, ao qual estava inserida, de maneira a modificar o espaço em que ocupavam. Nesse sentido, essa precisou desenvolver e aprimorar técnicas para utilização cotidiana, de maneira a garantirem a subsistência diária e poderem sobreviver as imprevisibilidades do meio em que estavam. (SANTOS, 2004).

Com isso, por meio dessa adaptação, várias foram as consequências, resultando em aspectos positivos e negativos, tanto para a natureza, quanto para a sociedade presente nessa. (PEIXOTO, 1997).

Sendo assim, tratando-se de sociedade, historicamente, essa apresentou inúmeros avanços em questões de aprimoramento comunicativo, cultural, técnico e tecnológico, de maneira a exercer um maior domínio sobre o meio natural ao qual estavam inseridas e usufruírem desse para o próprio benefício. (ENGELS, 2006).

Porém, apesar desses “saltos sociais”, várias problemáticas se sucederam também, as quais repercutem até atualmente. E dentre essas, podemos destacar aqui as ambientais e políticas. (HARVEY, 2005).

Referente ao meio natural, conforme a sociedade foi aprendendo a exercer maior domínio sobre o espaço no qual ocupava, para essa já não era mais o bastante apenas sobreviver, de maneira que passou a aproveitar do meio que estava a seu dispor, para gerar e produzir o excedente alimentar, habitacional e vestuário. (PEIXOTO, 1997).

Nesse sentido, a partir desse domínio, algumas sociedades, foram aos poucos utilizando de seus conhecimentos, para avançarem sobre outros espaços e deterem cada vez mais controle em relação a outros meios e culturas que encontravam-se próximas, mas que estavam em outro processo, anterior aos avanços dessas primeiras. (ENGELS, 2006).

Com isso, os avanços sociais, aos poucos foram tornando-se uma questão de disputa de poder e um jogo hierárquico-social, no qual, se sobrepunham aqueles que mais detinham objetos para usar a seu dispor e conhecimento para saberem arquitetar o próximo plano de controle territorial e populacional. (HARVEY, 2005).

Mas a questão que permanece é: onde encontra-se a Cultura que está escondida nesse processo todo? Como podemos perceber-la e achar suas sutis manifestações nessa jogada histórica e política da Geografia?

Temos de admitir que essas questões são um tanto complexas para respondermos com total assertividade nesse momento, entretanto, o que podemos discutir aqui, é que tanto esses avanços sociais, quanto as problemáticas apontadas, só se sucederam em razão de que houveram grupos e sociedades os quais apresentaram um maior controle e poder cultural sobre outros. (HARVEY, 2005).

Ou seja, por mais triste que seja admitirmos esse fato, tanto as questões ambientais, quanto sociais, só resultaram nos avanços e problemáticas com o decorrer do tempo, por questões de disputas culturais que vieram se sucedendo desde que as sociedades perceberam que podiam exercer autoridade, domínio e controle sobre o meio em que estavam e sobre outras que consideravam atrasadas. (COSGROVE, 2010).

Desse modo, outra problemática que se sucede com esses avanços técnicos e tecnológicos, é a degradação ambiental que é causada conforme a extensão em que esse domínio socioespacial vai crescendo, de maneira a afetar diretamente nas questões hídricas, atmosféricas e terrestres, as quais, acabam tendo seus componentes totalmente modificados ou extintos, por conta dos desenvolvimentos socioculturais que se procedem. (PEIXOTO, 1997).

Sendo assim, apesar dessas problemáticas aparentarem serem irrelevantes e sem sentido de serem abordadas, elas precisam ser reconhecidas e compreendidas para que alguma ação seja posta em prática a respeito delas. (GUZZINI, 2020).

Afinal de contas, esses problemas ambientais só são causados em razão da expansão e expropriação sociocultural sobre a natureza e eles não ocorrem apenas num único lugar, Estado ou região, mas sim em escalas mais abrangentes e complexas, chegando ao ponto em que não podem mais serem solucionados ou resolvidos e sim apenas ponderados e amenizados. (PEIXOTO, 1997).

Suertegaray (2001, p. 11), concorda com esses apontamentos e aborda sobre a importância não separarmos sociedade e natureza, pois ambas estão interligadas e são interdependentes, nos propondo refletirmos sobre o que seria essa natureza atualmente e o que podemos fazer em relação as transformações já provocadas nessa, destacando:

A presença do homem concretamente como ser natural e, ao mesmo tempo, como alguém oposto a natureza, promoveu/promove profundas transformações na natureza mesma e na sua própria natureza. . Isto exige uma reflexão efetiva sobre o que é natureza hoje.

Tais proposições não podem ser respondidas, nem solucionadas nesse momento, entretanto, Côrrea (1986) nos auxilia em relação a essas reflexões, quando nos convida a repensarmos as escalas de atuação, de maneira que não esqueçamos ou ignoremos o enfoque local como ocorreu por muito tempo pelos clássicos da Geografia, de modo que esse enfoque apenas começou a ser discutido entre os anos de 1920-1955, através da Geografia econômica, resultante da junção entre os temas da Geografia Regional e da Geografia Cultural.

Sendo assim, essa reflexão mais local pode ser possibilitada inicialmente, através dos estudos de ocupações culturais do próprio lugar de vivência, os quais, cada um desses, passaram por um processo de organização socioespacial e aos poucos foram sendo definidos pela população que o habitava, de modo a transformar essa sociedade também. (LIMA, 2014).

Com isso, cada sociedade, aos poucos foi desenvolvendo seus costumes, crenças e tradições, de maneira que esses ou acabaram sendo reproduzidos com o decorrer do tempo, ou passaram por modificações, conforme as transformações socioespaciais iam demandando. (SANTOS, 2005).

Uma das consequências positivas, resultante desse processo de organização e ocupação territorial, foi a enorme diversidade que se constituiu por meio dos diferentes povos que migravam e mixegenavam-se .

Nesse sentido, cada espaço foi ganhando características peculiares, não apenas em questões objetivas, mas também em relação as subjetividades que o iam compondo e formando. E tal fato não se apresentou apenas na escala nacional brasileira, mas também nos demais níveis de extensão regional e global. (LIMA, 2014).

Todavia, como nem tudo são flores em qualquer contexto histórico que exista, houveram também algumas perspectivas negativas em relação a esse processo de mixegenação populacional nos diferentes espaços. Dentre essas, podemos apresentar aqui as questões de imposições socioculturais e a sobreposição marcante de uma cultura sobre outra. (GUZZINI, 2020).

Com tais sobreposições e organizações sociais hierárquicas, estabeleceram-se estruturas culturais que passaram a dividir e compartimentar as sociedades em classes, religiões, etnias e intelectos, acarretando na exclusão e ignorância em relação a aqueles que acabavam mostrando-se contrários aos muitos estereótipos que foram sendo criados. (HARVEY, 2005).

Isso ocorreu com o período colonial, no qual os povos europeus buscavam outros territórios para exploração e apropriação dos recursos naturais e além desse domínio ambiental, impuseram suas tradições, crenças e costumes sobre os povos indígenas e africanos e transpassou com o tempo, perdurando até atualmente. (GONÇALVES, 2014).

E conjuntamente a esse combo, roubaram desses povos seus direitos mínimos de expressarem-se e manterem suas tradições, acarretando além desse roubo, na exploração e morte de muitos, por não os considerarem “humanos e com alma”. (GONÇALVES, 2014).

Ou seja, essas sobreposições e imposições ainda não se findaram, por mais que atualmente estejamos no século XXI, de maneira que muitos povos ainda permanecem sendo menosprezados, ridicularizados e roubados de seus lugares de pertence, vivências e tradições. (MALUF, 2011).

Sendo assim, em razão de vários estruturalismos socioculturais prevalecerem, mesmo com as transformações socioespaciais, a partir dessas sobreposições e hierarquizações étnicas, religiosas, políticas e econômicas, nos cabe a seguinte indagação: Será que essas estruturas são consequências de algum negacionismo? Será que o fato de haver essas divisões e hierarquias, de certo modo não é uma forma de negação social e temporal de alguma dessas classes, religiões, etnias e culturas?

Para direcionarmos as reflexões cerca desses questionamentos, utilizaremos como base a autora Tatiana Roque (2021) e seu amplo arcabouço intelectual a respeito do negacionismo. Com isso, nesse terceiro e último momento, apresentaremos algumas reflexões sobre essa temática pouco conhecida pelas ciências de um modo geral, mas muito ampla e polêmica, de modo que nesse terceiro momento, buscaremos compreender se há um certo negacionismo na Cultura e se esse é percebido ou ignorado, e independente do contexto, tentaremos retratar se esse negacionismo é um ocorrido mais recente ou ultrapassado.

Negacionismo na Cultura – Um ocorrido atual, ou um debate ultrapassado

Não é nenhuma novidade que a ciência geográfica já passou por várias contestações pelos seus pensadores, para que pudesse ser constituída pelos saberes e práticas que possui hoje. Por muitos anos questionou-se qual seria o formato da Terra, qual seria o corpo celestial que estaria no centro do universo e mais recentemente questiona-se a existência da vida em outros planetas. (ROQUE, 2021).

A dúvida é uma das múltiplas marcas que existem na ciência, para que essa possa avançar do ponto em que se encontra momentaneamente. Duvidar, questionar e levantar hipóteses, nunca foi o problema em si. Porém, utilizar desses aspectos, para se negar uma realidade comprovada e que se manifesta cotidianamente sim. (MOREIRA, 2008).

E infelizmente, tais apontamentos são uma breve representação que podemos ter do negacionismo na ciência. Negacionismo esse, que muitas vezes se revela de maneiras sutis, mas muito convincentes, de formas coletivas e propagam-se por dimensões espaciais imensuráveis, ao longo do tempo. (ROQUE, 2020).

Esse, mostrou-se muito presente e marcante nas transições dos sistemas que governavam o Brasil (tanto no colonial, quanto imperial e democrático), os quais, os privilégios e regalias, sempre eram concedidos àqueles que detinham os maiores recursos financeiros e os utilizavam para benefício próprio e não para possibilitar melhores condições a população dominada, negando qualquer forma de contribuir para o avanço social de cada época. (GONÇALVES, 2020).

Conforme Roque (2020), tal negacionismo permanece mesmo hoje em dia. Por mais que deveríamos estar inseridos num sistema considerado “democrático” socialmente.

Mas até que ponto vivemos de fato numa democracia? Será que a hegemonia instaurada globalmente pelo capitalismo, nos possibilita sermos e agirmos como realmente gostaríamos? E quanto as Culturas? Como elas ficam com esse caos?

Gonçalves (2020; p. 06), retrata sobre essas questões como sendo consequências de uma crise civilizatória, a qual vem ocorrendo desde o período colonial e cresce cada vez mais. Isso é, tal crise manifesta-se globalmente há 500 anos e piora cada vez mais. Afinal, ela dissemina-se quando nessas transições sistêmicas, um mesmo padrão governamental, com os mesmos favoritismos e problemáticas é mantido e retroalimentado.

Incerteza, Relatividade, Complexidade, Caos e Catástrofe são termos que estão longe da Causa e Efeito, de Determinismo, da Ordem e das Leis com que se faziam as Investigações científicas até muito recentemente. Tudo indica que os entes não estão dispostos como se imaginava até então.

Desse modo, mesmo nós estando inseridos em um sistema que deveria ser democrático, na realidade esse apenas é denominado como tal, mas em algumas questões cotidianas, esse revela-se de maneira completamente aversiva e contraditória ao que supostamente é assinalado, discursado e disseminado. (ROQUE, 2020).

Afinal de contas, se estivéssemos realmente vivendo uma democracia, quem sabe muitas Culturas, no lugar de serem menosprezadas, excluídas e negadas com essas hierarquizações e sobreposições estruturantes socialmente, politicamente e economicamente, seriam respeitadas e valorizadas. (GONÇALVES, 2020).

Quem sabe, caso tal democracia realmente fosse efetiva nas práticas sociais, direitos mínimos como a manutenção dos territórios, conhecimentos e Culturas dos Indígenas, Quilombolas, Caiçaras, Agricultores rurais, dentre muitos outros povos tradicionais, estariam garantidos nas práticas governamentais e não roubados e desprezados sem o menor pudor, respeito e empatia, por pessoas, com culturas que se autodefinem superiores. (GONÇALVES, 2014).

Com isso, caminhamos para o encerramento desse texto (mas não dessas discussões) sobre a Cultura, reafirmando com base em Roque (2020), que o negacionismo científico, além de estar presente na Geografia, também se faz presente nas Culturas tradicionais, fundamentalmente na atualidade, por mais que os séculos e anos tenham “avanzado”.

E esse, faz-se presente na sociedade desde o período colonial, ou seja, há 500 anos (ou quem sabe, até há mais tempo), segundo Gonçalves (2020). Nesse sentido, trouxemos tais apontamentos, como uma forma de refletir um pouco sobre essas problemáticas ainda perdurarem, por mais que 500 anos tenham se passado e teoricamente, os espaços e as sociedades terem mudado até o século XXI.

CONCLUSÃO

Sendo assim, cabe-nos também as seguintes reflexões: como podemos agir de modo diferente, para que certos padrões estruturais não permaneçam e sejam reproduzidos socialmente? O que podemos fazer para melhorar pelo menos um pouco a realidade daqueles que são culturalmente e tradicionalmente desvalorizados e desrespeitados, por serem considerados “diferentes”, mas que acima de tudo, também são seres humanos que pensam, agem, sonham e lutam por seus territórios e questões ambientais atreladas a esse, que perpassam gerações? De que maneira podemos sermos humanos e não invalidarmos os outros, apenas por questões culturais e econômicas?

Essas questões são impassíveis de resposta pronta e científica no momento, entretanto, é importante refletirmos sobre elas, não apenas em razão de agregação de cunho científico ou intelectual (a qual é válida e fundamental também), mas sim por conta de estarmos inseridos numa sociedade totalmente hegemônica, desigual e injusta, de maneira que o primeiro passo para podermos realizarmos alguma mudança, por mínima que seja, é abrimos os olhos para a realidade como ela é, mas ao invés de a aceitarmos e contribuímos para essas problemáticas, sermos sujeitos que buscam lutar para a sua melhora de algum modo. (LIMA, 2014).

Esperamos que de alguma maneira, esse texto tenha contribuído para isso!

REFERÊNCIAS

CLAVAL, P. A Geografia Cultural. Florianópolis: UFSC, 1999.

CORREA, R.L. O enfoque locacional na Geografia. In: AGB. Revista Terra Livre, n.1, 1986.

CORRÊA, R. L. Processo, forma e significados. In: _____. Caminhos paralelos e entrecruzados. São Paulo: Editora UNESP, 2018.

COSGROVE, Denis. Em direção a uma Geografia cultural radical: problemas da teoria. In: CORREA, R. L.; ROSENDAHL, Z. Introdução à Geografia Cultural. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010, p. 103-134.

ENGELS, F. A Hominização do macaco pelo trabalho. In: _____. A dialética da natureza. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1979 [1876], p. 215-227.

GONÇALVES, C.W. Pela vida, pela dignidade e pelo território: um novo léxico teórico político desde as lutas sociais na América Latina/Abya Yala/Quilombola, 2014.

GONÇALVES, C.W. DE CAOS SISTÊMICO E DE CRISE CIVILIZATÓRIA: TENSÕES TERRITORIAIS EM CURSO. Rio de Janeiro: Revista Territorium, n.º 27 (II), 2020. Disponível em: https://impactum-journals.uc.pt/territorium/article/view/1647-7723_27-2_1/6641.

GUZZINI, S. Da geografia da política para a política da geografia. In: _____. (org.) O retorno da geopolítica na Europa? Mecanismos sociais e crises de identidade de política externa. São Paulo: UNESP, 2020, p. 15-36.

HOLZER, Werther. A Geografia humanista: uma revisão. ESPAÇO E CULTURA, UERJ, RJ, EDIÇÃO COMEMORATIVA, P. 137-147, 1993-2008.

LIMA, E. L. O sujeito entre múltiplas geografias e a geografia geral. In: _____. Encruzilhadas geográficas: notas sobre a compreensão do sujeito na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Consequência, 2014. Disponível em: <https://www.ufff.br/nugea/files/2014/01/O-Sujeito-entre-m%C3%BAltiplas-Geografias-ea-Geografia-Geral.pdf>.

MALUF, S. W. A antropologia reversa e “nós”: alteridade e diferença. ILHA, volume 12- número 1, 2011.

MOREIRA, R. As filosofias e os paradigmas da geografia moderna. In Para onde vai o pensamento geográfico? Por uma epistemologia crítica. São Paulo: Contexto, 2008; primeiro capítulo, pág. 13-45.

PEIXOTO, M.N.O.; SILVA, T.M.; MOURA, J.R.S. Reflexões sobre as perspectivas metodológicas em Geografia Física. Revista da PPGG/UFRJ. Ano 1, Vol.1. Rio de Janeiro. 1997. p.35-47.

ROQUE, T. O dia em que voltamos de Marte: Uma história da ciência e do poder com pistas para um novo presente. São Paulo: Plaenta, 2021. 368 p.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia**. . São Paulo: Hucitec, 1996. Acesso em outubro de 2022.

SANTOS, M. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. In _____. Da totalidade ao lugar. São Paulo: Edusp, 2005; pág. 21-41.

SAUER, C. O. A morfologia da paisagem. In: CORRÊA, R.L., ROSENDAHL, Z. (Orgs.) Paisagem, tempo e cultura. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

SUERTEGARAY, D. M. A. Espaço geográfico uno e múltiplo. Scripta Nova – Revista Eletrônica de Geografía y Ciencias Sociales. Nº 93, 2001.14.

WILLIAMS, Raymond. Cultura. In: _____. Palavras-chave. São Paulo: Boitempo, 2007, p. 117-124.

A PRODUÇÃO LEITEIRA E OS CUSTOS DE PRODUÇÃO NUMA PROPRIEDADE RURAL NO MUNICÍPIO DE MARAU AO NORTE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Data de aceite: 01/04/2024

Marlene da Silva Santos Menegussi

PALAVRAS-CHAVE: Custos. Propriedade Rural. Produção leiteira.

RESUMO: A proposta deste artigo é apresentar uma forma de gestão de custos em uma propriedade rural familiar, no município de Marau-(RS), norte do Rio Grande do Sul. Dessa forma, buscou-se, para o seu desenvolvimento, estruturar um sistema de informação de custos, embasado por autores no tema em questão como Wernke (2005) Padoveze (2007) e Berti (2007), por meio de planilhas de Excel e referencial teórico, de natureza descritiva, com procedimentos técnicos de uma pesquisa documental, com dados qualitativos. As propriedades rurais, de maneira geral, não possuem um gerenciamento efetivo dos custos de produção, acarretando, muitas vezes, em perdas efetivas. Assim, ter conhecimento e ciência dos custos de sua produção, na atualidade, é questão de sobrevivência. Assim, para a pesquisa em questão, nesta propriedade foram levantados e analisados dados relativos aos custos de produção da atividade leiteira. Após análise, obteve-se os custos fixos e variáveis de produção, através dos quais o proprietário poderá tomar decisões mais assertivas no seu ramo.

ABSTRACT: The purpose of this article is to present a form of managing costs of milk production on a family farm in Marau, a town in the North of Rio Grande do Sul. Thus, for its development, we sought to structure a cost information system on Excel spreadsheets, based on renowned authors on the subject and theoretical references, of descriptive nature, with technical procedures of a documental research, with qualitative data. Family farms, in general, don't have an effective management of production costs, which often results in significant losses. Therefore, having knowledge and awareness of production costs, these days, is a matter of survival. Thus, for this research, data related to the dairy production activity were collected and analyzed. After a careful analysis, both fixed and variable production costs were calculated, which will guide the owner to make better decisions regarding his area of work.

KEYWORDS: Costs. Family Farm. Milk production.

INTRODUÇÃO

Em todos os segmentos de mercado existentes hoje, desde a indústria até a prestação de serviço, constata-se inúmeras e reiteradas mudanças, as quais fazem parte de um mercado cada vez mais competitivo, inclusive na área da produção de leite. Diante desse cenário, as empresas buscam aprimorar seu sistema de gestão para diferenciarem-se, bem como para buscarem a sua sobrevivência.

Em qualquer ramo de atuação que estão inseridas as empresas, observa-se que o controle dos custos é de primordial relevância. Tal fato auxilia na alavancagem do aumento de ofertas de produtos e, conseqüentemente, a maximizar sua renda e seu crescimento. Na área leiteira, não é diferente. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), no ano de 2020, os três estados que concentram as maiores produções foram Minas Gerais, liderando com 27,34%, Paraná e Rio Grande do Sul, com 13,09% e 12,10% do volume total, respectivamente. Logo, esses três estados, em especial, respondem por pouco mais de 50% de toda produção do país, que, em conjunto com Goiás e Santa Catarina, chegam a 70%.

Conforme dados do Atlas Socioeconômico Rio Grande do Sul (2022), o Rio Grande do Sul ocupa a terceira colocação como produtor de leite do Brasil, com cerca de 35 bilhões de litros produzidos em 2020. Dessa forma, contribui com, aproximadamente, 12,4% da produção (4,2 bilhões de litros em média no triênio 2018-2020).

Além disso, convém ressaltar que, no Rio Grande do Sul, observa-se uma produção bem distribuída pelo seu território. As regiões com maior produção são Fronteira Noroeste, Vale do Taquari, Serra, Produção, Celeiro, Norte e Noroeste Colonial, ou seja, são responsáveis pela metade da produção gaúcha. Juntas tais regiões contabilizam 2,3 bilhões de litros, em média, no período já citado. Os municípios com maior produção leiteira são Ibirubá, Augusto Pestana, Santo Cristo e Crissiumal, com produção superior a 50 bilhões de litros, em média, no triênio supracitado (ATLAS SOCIOECONÔMICO RIO GRANDE DO SUL, 2022).

Já no município de Marau, local da propriedade pesquisada, a produção de leite, nos últimos três anos (2019, 2020 e 2021), foi, conforme dados fornecidos pelo IBGE (2023), em 2019, 39.831 litros; 2020, 39.685, e em 2021, de 39.000 litros. Como pode-se constatar, houve um declínio na produção, devido a diversos fatores, dentre eles a instabilidade econômica, condições climáticas.

Entretanto, grande número destes produtores leiteiros insere-se em uma economia familiar, na maioria das vezes sem uma gestão adequada. No caso, o pequeno produtor leiteiro do presente estudo, busca ampliar e realocar seus recursos, a fim de promover o seu crescimento, bem como sua manutenção no seu meio.

Conhecer os custos operacionais e sua influência nos produtos torna-se uma estratégia de sobrevivência. Um dos grandes objetivos desta apuração de custos é sustentar

a formação de preços de venda competitivos. Para Wernke (2005), são classificados como custos os gastos efetuados para fabricar produto ou prestar serviço, que fazem parte de todo processo produtivo. Nesse sentido, as organizações necessitam conhecer seu custo de fabricação para depois repassar aos produtos.

Na visão de Padoveze (2007), o custo é o processo de identificar o custo unitário de um produto ou serviço ou de todos os produtos ou serviços de uma empresa, partindo do total dos custos diretos e indiretos.

Além disso, Wernke (2005) afirma que as organizações, na atualidade, possuem dificuldade em desenvolver eficazmente suas atividades, sem que mantenham acompanhamento ininterrupto e controle persistente de seus processos, através de sistemas de informação. Entretanto, é notório que quando há uma atividade formulada eficazmente e ordenada auxilia na alocação dos recursos das organizações.

Logo, para Berti (2007), a análise de custos passa a auxiliar a gestão empresarial de forma eficiente, correta, necessária à manutenção da continuidade e sobrevivência das empresas, deixando de lado uma mera coadjuvante na definição de preço. Para tanto, é imprescindível que as empresas tomem providências, por meio da identificação de deficiências do seu negócio ou do seu ramo de atividade, antecipando variações. Conforme Wernke (2005), um sistema de custeio precisa informar custos precisos dos produtos, de modo que se possa basear na melhor informação possível sobre as necessidades de recursos a serem destinados para tal finalidade.

O presente estudo foi desenvolvido em uma propriedade produtora de leite, situada no interior de Marau-RS. Nesta há, atualmente, 52 animais, com uma produtividade média anual de 35,8 litros de leite por animal. São cinco colaboradores, mais quatro pessoas do próprio núcleo familiar. Convém ressaltar que a falta de um sistema de gestão de todos os gastos e receitas relacionadas à atividade dificulta a tomada de decisões operacionais, gerenciais, administrativas e de investimentos.

Dessa forma, tem-se como objetivo geral estruturar um sistema de informação de custos de produção. Já como objetivos específicos elencam-se levantar os gastos com os animais e levantar os custos operacionais da produção leiteira. A presente pesquisa foi extrema importância para o produtor pesquisado, uma vez que o sistema de controle de custos, na propriedade pesquisada, praticamente inexistia. Cabe salientar ainda que muitos dos custos nem eram contabilizados, logo foi de grande valia para o empreendimento. Através destes se pode melhor direcionar futuros investimentos.

Para a realização deste estudo, utilizou-se de pesquisa bibliográfica, a qual, segundo Gil (2002), se caracteriza por se basear em material já elaborado, constituído principalmente por livros e artigo científicos.

Dessa forma, os dados foram coletados em visitas diretamente na propriedade rural, por meio de pesquisa documental, que, conforme Helder (2006), caracteriza-se por se valer de documentos originais, que ainda não receberam tratamento analítico por nenhum autor.

Assim, torna-se uma das técnicas decisivas para a pesquisa em ciências sociais e humanas. O produtor tem um sistema que registra todos os dados direto no computador fazendo um acompanhamento diário da alimentação e vacinas, fazendo inseminação e previsão de nascimento dos terneiros(a), nesse sistema também é possível ver a produção de leite a cada vinte quatro horas, essas informações o produtor em questão enfatizou que está muito contente pela decisão que tomou ampliando seu conhecimento. As fontes principais são o banco de dados atual que armazena diversas informações sobre a produção de leite; os registros contábeis e financeiros.

Nesse sentido, torna-se imprescindível os pequenos produtores aperfeiçoarem sua estrutura operacional continuamente, dessa maneira utilizando-se tecnologicamente, e, em consequência disso, fazer uma análise de sua estrutura de custos.

Dessa forma, o artigo, em seu referencial teórico, aborda os seguintes aspectos: gestão de custos, conceitos de custos, métodos de custeio, margem de contribuição. Na sequência, tem-se a caracterização da propriedade, com a explanação e a discussão de toda a pesquisa e, por fim, as considerações finais.

DESENVOLVIMENTO

A fim de desenvolver o presente estudo, buscou-se realizar uma revisão dos principais conceitos teóricos sobre a gestão de custos e a atividade leiteira, para atender os objetivos propostos.

Gestão de custos

De acordo com Bornia (2002), o crescimento das empresas e o consequente aumento da complexidade do sistema produtivo, as informações obtidas pela contabilidade de custos, passaram a ser úteis como auxílio gerencial, extrapolando a mera denominação contábil do resultado do período. Dessa forma, os sistemas de custos auxiliam, principalmente, nas tomadas de decisões e no controle. Ainda, podem sinalizar problemas ou situações não previstas, através de comparações com padrões e orçamentos. As informações extraídas dos custos fornecem, também, subsídios a diversos processos decisórios à administração e ao planejamento da organização.

Megliorini (2007), por sua vez, enfatiza que a contabilidade de custos, além dos seus objetivos inerentes, relacionados à determinação do lucro, ao controle das operações e à tomada de decisões, as informações geradas auxiliam:

- a. a determinação dos custos dos insumos aplicados na produção;
- b. a determinação dos custos das diversas áreas que compõem a empresa;
- c. o controle das operações e das atividades;

- d. as políticas de redução de desperdício de material, tempo ocioso, etc.;
- e. ao preço de venda;
- f. os diversos problemas específicos, entre outros.

Para esta pesquisa, desenvolveu-se o referencial teórico dos principais conceitos relacionados à gestão de custos, no que tange à produção leiteira. Além disso, abordou-se sobre os métodos de custeio e margem de contribuição.

Conceitos de custos

Bruni (2006) afirma que os custos representam uma transição de um investimento que tem como destino o valor dos estoques. Ainda, correspondem aos gastos relativos a bens ou serviços utilizados na produção de outros bens ou serviços. Estão, dessa forma, associados aos produtos ou serviços produzidos pela entidade.

Já para Martins (2008), custo é um gasto que só é reconhecido como custo no momento da utilização dos fatores de produção (bens e serviços), para a fabricação de um produto ou execução de um serviço.

Dessa forma, os custos são divididos em: fixos, variáveis, diretos e indiretos.

Para Padoveze (2007), custos fixos são aqueles que tendem a permanecer constantes, nas alterações do volume das atividades operacionais. De maneira geral, são custos e despesas necessárias, para se manter um nível mínimo de atividade operacional, por isso são também denominados custos de capacidade. Embora sejam conceitualmente fixos, eles podem variar de acordo com a capacidade ou o intervalo de produção. Dessa maneira, os custos são fixos inseridos em um intervalo relevante de produção ou de venda, podendo variar se os aumentos ou diminuições de volumes forem significativos.

Ainda, o mesmo autor afirma que os custos variáveis “são assim chamados os custos e despesas, cujo montante em unidades monetárias, variam na proporção direta das variações do nível de atividades a que se relacionam”. Torna-se importante destacar que irão variar conforme a quantidade produzida, tanto para mais, como para menos, na mesma proporção (PADOVEZE, 2007, p. 56).

Assim, “para classificar um elemento de custo como fixo ou variável, é preciso verificar como ele reage às alterações no volume de produção. Se o volume se alterar e o custo também, ele será variável; do contrário, será fixo” (MEGLIORINI, 2007, p. 10).

Tal fato pode ser observado na Figura 01.

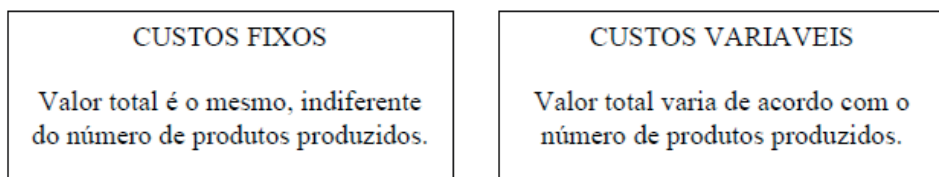


Figura 01 – Custos Fixos X Custos Variáveis

Fonte: Wernke (2005, p. 9).

Por outro lado, na visão de Bruni (2006), os custos diretos nada mais são do que aqueles custos os quais estão diretamente associados à produção e incluídos de maneira objetiva para se calcular os produtos e serviços. Além disso, para Bornia (2002), os custos diretos são aqueles facilmente relacionados com as unidades de alocação de custos, produtos, processos, setores, clientes, entre outros. Em relação aos produtos, são a matéria-prima e a mão de obra direta. Estes custos somente ocorrerão mediante a produção de um determinado produto ou serviço, caso isso não seja produzido não haverá este custo.

Já os custos indiretos, de acordo com Dutra (2003) surgem quando uma empresa passa a fabricar mais de um tipo de produto ou serviço e a partir daí quantos mais produtos ou serviços a mesma produzir maior será a quantidade dos custos indiretos e menor será a dos custos diretos. Ainda, no entendimento de Santos (2005), os custos indiretos são os outros custos que complementam uma atividade. Eles são incorridos de forma indireta ou geral, beneficiando, dessa maneira, todos os bens ou serviços produzidos ou serviços prestados. Insumos necessários para a obtenção do produto final, porém não mantém qualquer relação direta.

Métodos de custeio

Há inúmeros métodos de custeio possíveis, os quais objetivam apurar e mensurar o valor gasto em cada produto desde o momento da compra da matéria-prima, passando por sua fabricação, até o ápice que é o produto final.

Nesse sentido, Guerreiro (2011) ressalta que os métodos de custeio representam as diversas maneiras de apropriação de custos aos objetos de interesse de mensuração. Tal fato é consequência da necessidade de identificar os custos de produção e de prestação de serviço de cada produto e serviço ou grupo de produtos e serviços, de cada atividade, departamento, unidade de negócio, setor ou qualquer outra entidade econômica que consome recursos e gera resultado econômico-financeiro.

Aqui, será abordado o método de custeio variável.

No custeio variável, conforme Wernke (2005), somente devem ser apropriados aos produtos os serviços e os gastos a eles associados. Dessa forma, os demais gastos que são para manter a estrutura produtiva não devem ser considerados para o custeamento.

Bruni e Famá (2008), por sua vez, enfatizam que, no sistema de custeio variável, apenas os custos variáveis são atribuídos aos produtos elaborados. Juntamente com as despesas variáveis são subtraídos da receita, assim geram um valor que é denominado margem de contribuição. “Os custos e despesas fixas serão abatidos da margem de contribuição do período” (BRUNI; FAMÁ, 2008, p. 172).

Além disso, Martins (2003) corrobora afirmando, ainda, em relação às vantagens do custeio variável que, analisando de forma decisorial, verifica-se que esse método possui condições de proporcionar, de forma mais rápida, informações vitais à empresa. Também, o resultado medido dentro do seu critério parece ser mais informativo à administração, por abandonar os custos fixos e tratá-los contabilmente como se fossem despesas, já que são quase sempre repetitivos e independentes dos diversos produtos e unidades.

Margem de contribuição

Dessa forma, a fim de se obter a Margem de Contribuição, é necessário fazer um cálculo: diminui-se o valor obtido pelo preço de venda de um produto, pelos seus custos e suas respectivas despesas variáveis. “Isso representa a contribuição que cada unidade traz à empresa para cobrir os custos fixos e gerar lucro” (FERREIRA, 2007, p. 170).

Megliorini (2007), por sua vez, corrobora afirmando que o cálculo da margem de contribuição é o seguinte: $MC = PV - (CV + DV)$

Onde:

MC = margem de contribuição

PV = preço de venda

CV = custos variáveis

DV = despesas variáveis

A margem de contribuição é o valor que resulta “da venda de uma unidade após serem deduzidos, do preço de venda respectivo, os custos e despesas variáveis como matéria-prima, tributos incidentes sobre a venda e comissão dos vendedores, associados ao produto comercializado” (WERNKE, 2005, p. 99). Pode-se afirmar que é o valor que cada unidade comercializada contribui para, inicialmente, pagar os gastos fixos mensais da empresa e posteriormente, gerar o lucro do período.

CARACTERIZAÇÃO DA PROPRIEDADE

A presente pesquisa foi realizada na propriedade X, no município de Marau, norte do Rio Grande do Sul, inserido na região do Planalto Médio, o qual possui uma área de 650 quilômetros quadrados. Este município caracteriza-se por ser de colonização italiana. Na atualidade, é composto por uma população superior a 41 mil habitantes. Além disso, as empresas instaladas em Marau atendem aos mais diversos setores: alimentos, couros, equipamentos para avicultura e suinocultura, metal mecânico e em crescimento o setor da construção civil (PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAU, 2023).



Figura 02 – Mapa do município de Marau

Fonte: Governo do Rio Grande do Sul (2019).

Também, de acordo com os dados extraídos da Prefeitura (2023), no cenário cultural, conta com o Coral Italiano e com os Grupos Folclóricos. O município, ainda, é conhecido pelas suas riquezas e diversidades nas comidas, nas bebidas e nas belezas naturais oriundas do interior. Além disso, Marau conta cerca com, aproximadamente, 2.600 mil famílias, as quais extraem o seu sustento da agricultura familiar, por meio da produção de grãos, leite, aves e suínos.

Ressalta-se ainda que, de acordo com dados do IBGE (2022), é o décimo segundo município em termos de produção de leite no estado do RS. Já a nível de país (Brasil), está situado centésima trigésima terceira posição. Além disso, conforme dados do IBGE (2023), a produção de leite anual, em 2021, foi de 39.000.000

Já a propriedade, em estudo, teve início no ano de 1970, com 57 hectares, sendo que nos dias atuais, possui o mesmo tamanho. A decisão em realizar a pesquisa nesta foi devido à proximidade e amizade com os proprietários, uma vez que a pesquisadora foi vizinha destes, na época em que residia no interior do município.

Dessa forma, a pesquisadora contatou os proprietários, sendo que estes prontamente aceitaram a realização da pesquisa. No dia agendado, compareceu à propriedade para dar início a coleta de informações. Então, constatou que dispunham de algumas planilhas de Excel e inúmeras anotações manuais. Através das planilhas de dados, pode-se inferir alguns relatórios independentes como de gastos, produção, relação de gado, entretanto estes não possibilitam uma visão gerencial.

Na sequência, há algumas fotos que ilustram a propriedade em estudo:



Figura 03 – Instalações da propriedade pesquisada

Fonte: Dados da pesquisa (2023).



Figura 04 – Instalações da propriedade pesquisada

Fonte: Dados da pesquisa (2023).



Figura 05 – Maquinário da propriedade pesquisada

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Investimento em gado leiteiro

Os dados coletados referem-se aos meses de dezembro de 2022 e janeiro de 2023. A fim de analisar os custos variáveis, as vacas foram classificadas em vacas em lactação, vacas secas, novilhas e terneiras.

Vacas em lactação	36
Vacas secas	7
Novilhas	5
Terneiras	4
Total	52

Quadro 01 – Cenário atual

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Para a presente análise, as vacas foram classificadas em: vacas em lactação, aquelas que estão em produção; vacas secas, são aquelas que estão na fase de reprodução, de 60 dias antes do parto até o parto; novilhas, aquelas preparadas para produzirem leite; terneiras, aquelas com menos de um ano de vida.

Nesse sentido, considerou-se o plantel de vacas e sua respectiva classificação. Assim, desenvolveu-se uma lista por lote de animais para levantamento e apresentação dos investimentos, considerando o valor dos animais, o prazo médio da vida útil para cálculo das parcelas de depreciação mensal.

O Quadro 2 apresenta a lista de todas as vacas em lactação e seus respectivos valores.

Vacas em lactação	Valor da vaca	Tempo médio	Valor residual médio	Depreciação mensal	Parcela residual	Valor parcela mensal
Vaca 01	5.400	60	3.600	R\$ 90,00	R\$ 40,00	R\$ 50,00
Vaca 02	5.400	60	3.600	R\$ 90,00	R\$ 40,00	R\$ 50,00
Vaca 03	5.400	60	3.600	R\$ 90,00	R\$ 40,00	R\$ 50,00
Vaca 04	5.400	60	3.600	R\$ 90,00	R\$ 40,00	R\$ 50,00
Vaca 05	5.400	60	3.600	R\$ 90,00	R\$ 40,00	R\$ 50,00
Vaca 06	5.400	60	3.600	R\$ 90,00	R\$ 40,00	R\$ 50,00
Vaca 07	5.400	60	3.600	R\$ 90,00	R\$ 40,00	R\$ 50,00
Vaca 08	5.400	60	3.600	R\$ 90,00	R\$ 40,00	R\$ 50,00
Vaca 09	5.400	60	3.600	R\$ 90,00	R\$ 40,00	R\$ 50,00
Totais	194.400	2.160	129.600	R\$ 3.240	R\$ 1.440	R\$ 1.800

Quadro 02 – Vacas em lactação

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Para cada vaca em fase de lactação, aproximadamente 60 meses, relacionou-se o valor atual de mercado de cada animal (R\$ 5.400,00), totalizando 36 vacas.

Cabe ressaltar que o Quadro 2 elenca apenas uma amostra do total, entretanto os valores acumulados referem-se ao lote completo. Neste lote a propriedade possui um investimento de R\$ 194.400,00 em animais. A fim de realizar o cálculo de depreciação mensal, considerou-se o tempo médio em meses de depreciação, o valor atual de mercado (para compra do animal) e o valor residual (valor obtido no descarte do animal), gerando uma parcela mensal de R\$ 1.800,00.

Salienta-se, nesse caso, que o prazo de depreciação fora estabelecido pelos proprietários da propriedade em estudo.

Vacas em lactação	Valor da vaca	Tempo médio	Valor residual médio	Depreciação mensal	Parcela residual	Valor parcela mensal
Vaca 01	5.400	60	3.600	R\$ 90,00	R\$ 40,00	R\$ 50,00
Vaca 02	5.400	60	3.600	R\$ 90,00	R\$ 40,00	R\$ 50,00
Vaca 03	5.400	60	3.600	R\$ 90,00	R\$ 40,00	R\$ 50,00
Vaca 04	5.400	60	3.600	R\$ 90,00	R\$ 40,00	R\$ 50,00
Vaca 05	5.400	60	3.600	R\$ 90,00	R\$ 40,00	R\$ 50,00
Vaca 06	5.400	60	3.600	R\$ 90,00	R\$ 40,00	R\$ 50,00
Vaca 07	5.400	60	3.600	R\$ 90,00	R\$ 40,00	R\$ 50,00
Totais	37.800	420	25.200	R\$ 630,00	R\$ 280,00	R\$ 350,00

Quadro 03 – Vacas secas
Fonte: Dados da pesquisa (2023).

A propriedade em estudo possui no total sete vacas no período de seca. Estas, em um mês, representam uma parcela de depreciação de R\$ 350,00.

O Quadro 3 apresenta a totalidade das vacas secas. Nesse sentido, a propriedade possui um investimento de R\$ 37.800,00 em animais.

Na sequência, no Quadro 04, apresentam-se as novilhas.

Vacas em lactação	Valor da vaca	Tempo médio	Valor residual médio	Depreciação mensal	Parcela residual	Valor parcela mensal
Vaca 01	5.000	60	0,00	R\$ 83,33	0,00	R\$ 83,33
Vaca 02	5.000	60	0,00	R\$ 83,33	0,00	R\$ 83,33
Vaca 03	5.000	60	0,00	R\$ 83,33	0,00	R\$ 83,33
Vaca 04	5.000	60	0,00	R\$ 83,33	0,00	R\$ 83,33
Vaca 05	5.000	60	0,00	R\$ 83,33	0,00	R\$ 83,33
Totais	25.000	300	0,00	R\$ 416,65	0,00	R\$ 416,65

Quadro 04 - Novilhas
Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Nesse ponto, cabe enfatizar que o valor da parcela de depreciação não foi utilizado no cálculo, uma vez que tais animais ainda não estão em fase de produção, ou seja, não estão gerando receita.

Neste segmento, a propriedade possui um investimento de R\$ 25.000,00 em animais.

Vacas em lactação	Valor da vaca	Tempo médio	Valor residual médio	Depreciação mensal	Parcela residual	Valor parcela mensal
Vaca 01	2.200	60	0,00	R\$ 36,66	0,00	R\$ 36,66
Vaca 02	2.200	60	0,00	R\$ 36,66	0,00	R\$ 36,66
Vaca 03	2.200	60	0,00	R\$ 36,66	0,00	R\$ 36,66
Vaca 04	2.200	60	0,00	R\$ 36,66	0,00	R\$ 36,66
Totais	8.800	240	0,00	R\$ 146,64	0,00	R\$ 146,64

Quadro 05 - Terneiras

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

No mesmo sentido das novilhas, o Quadro 5 apresenta, portanto, somente o valor em investimentos neste lote e não considera a parcela de depreciação.

Neste lote de quatro terneiras, a propriedade possui um investimento de R\$ 8.800,00 em animais.

Gastos fixos mensais

Em qualquer propriedade ou organização, seja ela de pequeno, médio ou grande porte, há gastos fixos mensais, os quais fazem com ocorra a sua operacionalização. Nesse sentido, no ramo leiteiro ocorre essa incidência também. Dessa maneira, através do Quadro 6, visualizam-se os gastos fixos mensais médios apurados do período de dezembro de 2022 e janeiro de 2023.

Gastos Fixos	
Descrição	Valor médio mensal (R\$)
Energia Elétrica	2.500,00
Pró-labore	5.208,00
Água	500,00
Imposto Territorial Rural	39,80
Medicamentos	1.980,00
Mão-de-Obra direta	9.000,00
Combustível	4.300,00
Manutenção/Material de ordenha	2.250,00
Sêmen	1.090,00
Reprodução	600,00
Vacinação	950,00
Depreciação das vacas	4.447,29
Total	32.865,09

Quadro 06 – Gastos Fixos

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Diante do Quadro 06, pode-se inferir que os valores que geram maior representatividade no ramo leiteiro, no período em análise, derivam da mão de obra direta, que são os gastos relativos à folha de salário dos cinco funcionários; pró-labore, gastos relativos ao salário dos proprietários; depreciação das vacas gastos referentes ao tempo de vida útil e utilização do plantel de animais.

Gastos variáveis

Gastos Variáveis			
Descrição	Quantidade diária	Custo por unidade R\$	Custo unitário (R\$)
Ração	2	5,5	11
Feno	1	0,85	0,85
Silagem	11	0,90	9,9
Casquinha	1	0,75	0,75
Total			22,50

Quadro 07 – Gastos variáveis

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Os insumos estão sequenciados conforme dieta estabelecida pelo responsável técnico que atende a propriedade. Convém salientar que cada lote de vacas apresenta uma dieta, entretanto, na presente pesquisa, optou-se em realizar uma média geral de todos os lotes. Os insumos elencados no Quadro 7 referem-se ao período em estudo: dezembro de 2022 e janeiro de 2023.

Dessa forma, através do Quadro 7, visualiza-se o cálculo dos custos com alimentação diário das vacas, no qual estão descritos a alimentação, seu valor unitário de cada item, a quantidade de animais, o custo total diário e a porcentagem que cada item representa na alimentação. Em suma, tem-se um custo variável mensal de R\$ 675,00, somando-se aos custos fixos de R\$ 32.865,09, totalizando R\$ 33.540,09.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa buscou apresentar e elaborar uma forma de gestão de custos em uma propriedade rural leiteira no município de Marau/RS, uma vez que as propriedades rurais também necessitam de uma gestão adequada de seus custos. Nesse sentido, para o seu desenvolvimento, estruturou-se um sistema de informação de custos, através de diversas planilhas de Excel, considerando o referencial teórico.

Relacionou-se nessa pesquisa o rebanho de vacas que faz parte da propriedade vacas em lactação, secas, novilhas e terneiras, a fim de levantar o patrimônio; levantou-se, também, os gastos com os animais, com apontamento dos gastos fixos, como depreciação do gado e salário. Além disso, obteve-se os custos operacionais da produção leiteira: a alimentação dos animais.

Este modelo de estudo pode ser aplicado em qualquer propriedade rural, para o seu gerenciamento, alterando apenas algumas variáveis, de acordo com a necessidade e a estrutura da atividade a ser pesquisada e analisada.

Por meio desta pesquisa, obteve-se uma melhor compreensão do ramo leiteira, identificou-se seus custos e formas de gerenciamento. Na devolutiva aos proprietários rurais, enfatizou-se que, através do controle de custos, tem-se um controle eficaz no seu produto, utilizando uma melhor capacidade de produção, possuindo um melhor espaço no mercado. Entretanto, o controle e a administração das informações, bem como suas respectivas análises relacionam-se diretamente a uma rígida disciplina de gestão.

REFERÊNCIAS

ALTAS SOCIOECONÔMICO RIO GRANDE DO SUL. **Economia**: leite. 2022. Disponível em: <<https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/leite>>. Acesso em: 01 fev. 2023.

BERTI, Anélio. **Contabilidade e Análise de Custos**. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2007.

BORNIA, Antônio Cezar. **Análise gerencial de custos**: aplicação em empresas modernas. Porto Alegre: Bookman, 2002.

BRUNI, Adriano Leal. **A administração de custos, preços e lucros**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

_____; FAMÁ, R. **Gestão de custos e formação de preços**. São Paulo: Atlas, 2008.

DUTRA, René Gomes. **Custos**: Uma abordagem prática. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

FERREIRA, José Antônio Stark. **Contabilidade de custos**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisas**. São Paulo: Atlas, 2002.

GOVERNO DO RIO GRANDE DO SUL. **Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão: ERS 324**. Vol. 2. 2019. Disponível em: <<https://transportes.rs.gov.br/upload/arquivos/201904/24162935-c2013-projeto-1-ers-324-volume-2-tomo-iv-ampliacoes-e-melhorias-rev3-a-a.pdf>>. Acesso em: 04 abr. 2023.

GUERREIRO, Reinaldo. **Estruturação de sistemas de custos para a gestão de rentabilidade**. São Paulo: Atlas, 2011.

HELDER, R. R. **Como fazer análise documental**. Porto, Universidade de Algarve, 2006.

IBGE. **Anuário do leite 2022**. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/1144110/anuario-leite-2022-pecuaria-leiteira-de-precisao>>. Acesso em: 21 out. 2022.

_____. **Cidades**: Marau. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/marau/pesquisa/18/16459?ano=2021>>. Acesso em: 02 fev. 2023.

MARTINS, E. **Contabilidade de Custos**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MEGLIORINI, Evandir. **Custos**: Análise e Gestão. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Curso básico gerencial de custos**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2007.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAU. **Dados do município**. 2023. Disponível em: <<http://www.pmmarau.com.br/>>. Acesso em 06 mar. 2023.

SANTOS, Joel J. **Análise de custos**: remodelado com ênfase para sistemas de custeio marginal, relatórios e estudos de caso. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

WERNKE, Rodney. **Análise de custos e formação do preço de venda**: (ênfase em aplicações e casos nacionais). São Paulo: Saraiva, 2005.

O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE) E A AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE MUNIZ FREIRE – ES

Data de submissão: 05/02/2024

Data de aceite: 01/04/2024

Gustavo Vieira da Silva

Pesquisador vinculado a Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)
Graduado em Geografia pela UFES
<https://lattes.cnpq.br/4433043848764576>

RESUMO: O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é responsável por oferecer alimentação escolar para grande parte dos alunos matriculados nas três etapas da educação básica pública do Brasil. Com a criação da lei nº 11.947 de 2019, do total dos recursos financeiros repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) ao PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) passam a ser, obrigatoriamente, destinados a compra direta de alimentos da agricultura familiar. Desde sua fundação, a agricultura familiar conta com uma grande relevância em Muniz Freire, de acordo com censo demográfico de 2010 (IBGE, 2010), o município possui uma população de 17176 pessoas, dessas, 52,87% vivem na área rural do município. Segundo o Censo Agropecuário de 2017 (IBGE, 2017), 77% da agricultura do município é familiar, existindo um predomínio de pequenas

propriedades e 27,58% do PIB do município é proveniente desse setor. O objetivo deste trabalho é analisar as influências do Programa Nacional de Alimentação Escolar para a agricultura familiar de Muniz Freire e para o consumo de alimentos no município.

PALAVRAS-CHAVE: Alimentos; PNAE, Muniz Freire; Agricultura Familiar.

THE NATIONAL SCHOOL FOOD PROGRAM (PNAE) AND FAMILY FARMING IN THE MUNICIPALITY OF MUNIZ FREIRE – ES

ABSTRACT: The National School Food Program (PNAE) is responsible for providing school meals to a significant portion of students enrolled in the three stages of public basic education in Brazil. With the enactment of Law no. 11.947 in 2019, a minimum of 30% of the financial resources allocated by the National Fund for the Development of Education (FNDE) to the PNAE must be compulsorily directed to the direct purchase of food from family farming. Since its foundation, family farming has held great importance in Muniz Freire. According to the 2010 demographic census (IBGE, 2010), the municipality has a population of 17.176 people, with 52.87% residing in the

rural area. The 2017 Agricultural Census (IBGE, 2017) reveals that 77% of the municipality's agriculture is family-based, predominantly consisting of small properties. Additionally, 27.58% of the municipality's GDP is derived from this sector. The aim of this study is to analyze the influences of the National School Food Program on family farming in Muniz Freire and its impact on food consumption in the municipality.

KEYWORDS: Food; PNAE; Muniz Freire; Family Farming.

INTRODUÇÃO

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é responsável por oferecer alimentação escolar para a maioria dos alunos matriculados nas três etapas da educação básica pública do Brasil. Através do programa é realizada a compra de alimentos fornecidos a milhões de crianças, jovens e adolescentes em todo o país, em muitos casos, diretamente de pequenos produtores rurais. Segundo Alves (2015) o PNAE é uma política pública voltada à promoção de alimentação saudável, adequada aos contextos escolares brasileiros e que garante a segurança alimentar de uma grande parcela da população. Segundo o Censo Escolar de 2022 (Brasil, 2022), nesse ano existiam 38.382.028 alunos de educação básica matriculados na rede pública de ensino, em quase sua totalidade, atendidos pelo programa.

Com a criação da lei nº 11.947 de 2019, do total dos recursos financeiros repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) ao PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) passam a ser, obrigatoriamente, destinados a compra direta de alimentos da agricultura familiar, priorizando os assentamentos de reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas. Segundo Alves (2015) essa medida possui grande importância, pois estimula que os camponeses diversifiquem suas produções, com a garantia de que seus produtos serão comprados. Além disso, o PNAE “permite conciliar a necessidade de garantir a segurança alimentar e nutricional às crianças e adolescentes em idade escolar com a criação de um novo canal de comercialização para a agricultura familiar” (RODRIGUES et al. 2017).

O Município de Muniz Freire, localizado na região do Caparaó, no sul do estado do Espírito Santo, a 181 quilômetros da capital do estado, Vitória, foi por muito tempo um dos territórios mais isolados do estado, onde “[...] O acesso só era possível a pé ou em lombo de burro, pois só existiam trilhas para tropas, um transporte comum na região até o início dos anos 70” (LAZZARO; XIBLE, 1991, p. 19). Caçador (2017) mostra que mesmo com esse isolamento geográfico, o município contava com certo grau de desenvolvimento. Desde sua fundação, a agricultura familiar conta com uma grande relevância no município, de acordo com censo demográfico de 2010 (IBGE, 2010), Muniz Freire possui uma população de 17176 pessoas, dessas, 52,87% vivem na área rural do município. Segundo o Censo Agropecuário de 2017 (IBGE, 2017), 77% da agricultura do município é familiar, existindo um predomínio de pequenas propriedades e 27,58% do PIB do município é proveniente desse setor.

OBJETIVOS

O objetivo deste trabalho é analisar as influências do Programa Nacional de Alimentação Escolar para a agricultura familiar de Muniz Freire e para o consumo de alimentos no município, buscando entender a relevância dessa política na vida dos pequenos agricultores e da população em geral. O trabalho busca entender a importância do PNAE a partir de três perspectivas principais, sendo elas: como uma importante política de combate à fome, como garantia de uma alimentação de qualidade e de preservação das tradições alimentares do lugar, e como um importante instrumento de compra direta de alimentos, transferindo recursos para a agricultura familiar do município.

METODOLOGIA

Para realizar os objetivos, serão levados em conta os dados dos Censos Agropecuários, em busca de compreender a produção agropecuária do município e sua importância, dados dos Censos Escolares, que revelam diversas informações sobre os alunos atendidos pelo programa, além das chamadas públicas para a aquisição direta de alimentos, a fim de compreender as demandas do poder público impostas aos produtores e os recursos financeiros destinados a esse grupo. Além destes dados obtidos, o trabalho ainda conta com uma revisão de bibliografia sobre o tema.

RESULTADOS

A partir da década de 1960, com o avanço de políticas desenvolvimentistas e com a invenção da “crise” do café, que segundo Scarim (2006) não estava ligada ao preço do grão, mas sim pela forma que o meio rural espírito-santense estava organizado, Muniz Freire passou por diversas mudanças em sua relação com a produção de alimentos. A Tabela 1 mostra que na década de 1960, o município possuía uma grande área de produção dos principais alimentos consumidos por sua população, esse cenário mudou bastante até 2017, alimentos como arroz, feijão e milho tiveram quedas de, respectivamente 100%, 26,76% e 63,30%.

Ano	Arroz ¹	Café ¹	Feijão ¹	Milho ¹
1960	445	10173	1917	3750
1970	1087	5434	2168	5534
1975	1096	5273	3091	4740
1980	393	7368	2020	4705
1985	782	12127	2259	3800
1995	320	9249	1219	2098
2006	80	8205	1264	2048
2017	0	7003	1404	1376

¹área em hectare(h)

Tabela 1 - Área das principais culturas no município de Muniz Freire entre os anos de 1960 a 2017.

Fonte: IBGE (1960, 1970, 1975, 1980, 1985, 1996, 2006, 2017).

Nesse contexto de diminuição significativa de produção de alimentos, o PNAE é um importante fomentador da agricultura familiar, demandando uma grande gama de alimentos e incentivando o cultivo de culturas tradicionais no município. A Tabela 2 mostra os produtos contemplados pela chamada pública do PNAE em 2020. É possível observar uma grande variedade de produtos que irão atender, segundo o Censo Escolar de 2021 (BRASIL, 2021), Muniz Freire possuía 3628 alunos matriculados na rede pública de ensino do município, dentre eles 741 matriculados no ensino infantil, 2234 no ensino fundamental e 653 no médio.

Demanda de Alimentos para o PNAE em Muniz Freire em 2020				
Canjiquinha	Pasta de Alho	Pão Caseiro	Batata Inglesa	Inhame
Farinha	Pó de Café	Abóbora madura	Cebolinha Verde	Mandioca
Feijão Preto	Leite	Alface	Cenoura	Pepino
Feijão Carioca	Polpa de Fruta	Banana da Terra	Chuchu	Repolho
Fubá	Bolo Artesanal	Banana Prata	Couve Manteiga	Tomate

Tabela 2 - Demanda de Alimentos para o PNAE em Muniz Freire em 2020.

Fonte: PMMF (2020).

Em 2019, segundo o Ministério da Educação, foram destinados 132.924 reais para a aquisição direta de alimentos da agricultura familiar em Muniz Freire, através do Programa Nacional de Alimentação Escolar. Em 2022 o total de recursos destinados ao PNAE do município foi de 234.220 reais, que beneficiaram 2458 alunos matriculados na rede pública de ensino. Esses dados mostram que o PNAE fornece alimentos a uma importante parcela da população munizfreirense que, segundo o Censo demográfico de 2010 (IBGE, 2010), 42,3% da população do município vivia com uma renda per capita menor do que meio salário mínimo. Além disso, o programa transfere recursos federais provenientes do FNDE diretamente para pequenos produtores da agricultura familiar no município.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Criar políticas públicas de compra direta de alimentos dos pequenos produtores contribui para a continuação de suas atividades. O PNAE garante que o alimento, que mata a fome de muitas crianças em situação de insegurança alimentar, carregue as tradições alimentares de um município ou localidade onde a escola está inserida. RODRIGUES et al (2017) mostra que o encontro entre a alimentação escolar com a agricultura familiar pode produzir grandes transformações, “ao permitir que alimentos diversificados, sazonais, com vínculo regional e até mesmo orgânicos, produzidos por agricultores familiares, possam ser consumidos diariamente pelos alunos da rede pública de educação de todo o Brasil” (RODRIGUES et al. 2017).

Em 2022, 38.382.028 alunos de educação básica estavam matriculados na rede pública de ensino, segundo o Censo Escolar de 2022 (BRASIL, 2022), na maioria dos casos crianças, adolescentes e jovens, que representam uma grande parcela da população, tendo uma ou mais refeições diárias garantidas, em um contexto que o país, segundo o Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil (PENSSAN, 2022), passou a ter 58,7% da população convivendo com um grau de insegurança alimentar em 2022. O PNAE é uma política que está diretamente ligada ao combate à insegurança alimentar e à fome.

Além disso, o PNAE busca privilegiar pequenos agricultores, que muitas vezes têm no programa a certeza que terão demanda pelas suas produções e que vão poder fornecer alimentos para o seu próprio município, facilitando a logística. O programa ainda consegue respeitar as tradições alimentares, com a compra de mercadorias em estabelecimentos próximos dos locais de consumo, garantindo uma alimentação de qualidade nas escolas.

Por fim, o PNAE destina recursos valiosos à agricultura familiar brasileira e deve ser defendido e ampliado, ele consegue fomentar a produção de alimentos em diversas escalas, dando protagonismo a regionalidades e valorizando produtos de qualidade, muitas vezes orgânicos e garantindo que uma grande parte da população brasileira, em sua grande maioria crianças, jovens e adolescentes, tenham a oportunidade de fazer pelo menos uma refeição de qualidade no dia, dentro da unidade de ensino.

REFERÊNCIAS

ALVES, Luiza Santos. **O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE) NO ESPÍRITO SANTO: UMA ANÁLISE GEOGRÁFICA**. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, 2015.

BRASIL. Resumo Técnico: **Censo Escolar da Educação Básica 2022**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). 2022.

_____. Resumo Técnico: **Censo Escolar da Educação Básica 2021**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). 2021.

CAÇADOR, Herbert Soares. **O “GRUPO DOS ONZE”: REPRESSÃO E ANTICOMUNISMO NO MUNICÍPIO DE MUNIZ FREIRE - ES.** Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, **Censo agrícola de 1960: Espírito Santo** – Rio de Janeiro – Guanabara. Rio de Janeiro: IBGE, 1960.

_____. **Censo agropecuário de 1970: Espírito Santo.** Rio de Janeiro: IBGE, 1970.

_____. **Censo agropecuário de 1975: Espírito Santo.** Rio de Janeiro: IBGE, 1975.

_____. **Censo agropecuário de 1980: Espírito Santo.** Rio de Janeiro: IBGE, 1980.

_____. **Censo agropecuário de 1985: Espírito Santo.** Rio de Janeiro: IBGE, 1985.

_____. **Censo agropecuário de 1995/96: Espírito Santo.** Rio de Janeiro: IBGE, 1996.

_____. **Censo agropecuário de 2006: Espírito Santo.** Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

_____. **Censo agropecuário de 2017: Espírito Santo.** Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

_____. **Censo Demográfico de 2010.** Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

LAZZARO, Agostino; XIBLE, Bella Melotti. **Nella Terra Dei Padroni: Os Italianos em Muniz Freire, 1889-1930.** Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1991.

LUCCI, Pedro Henrique Gomide. **Geografia dos Alimentos no Espírito Santo.** Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, 2013.

PENSSAN, Suplemento I. **Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil.** Brasília: II VIGISAN, 2022.

Prefeitura Municipal de Muniz Freire (PMMF). **EDITAL DE Chamada Pública Nº 000002/2020 PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR.** Muniz Freire – ES. 2020.

Rodrigues, R. et al. **A aquisição de alimentos da agricultura familiar pelo PNAE no município de Alegre-ES.** Rio de Janeiro: Revista Demetra. 2017.

SCARIM, Paulo Cesar. **TERRITORIALIDADES EM CONFLITO NA CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO CAPIXABA: O Desenvolvimento em Questão.** Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2006.

GEOGRAFIAS DO GOSTO: USOS CULINÁRIOS DA FARINHA DE MILHO NO BRASIL E NA ITÁLIA

Data de aceite: 01/04/2024

Alanda Lopes Quotizzato Martins

Pós-doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Bahia - UFBA
<http://lattes.cnpq.br/6751806451261811>
<https://orcid.org/0000-0002-2063-4890>

RESUMO: No presente artigo abordamos aspectos histórico-geográficos da comensalidade da farinha de milho no Brasil e na Itália, buscando destacar a geograficidade subjacente a tradições de comensalidade. Em ambos os países, observamos confluências interterritoriais que conformam culturas alimentares específicas em torno de preparos similares a base de farinha de milho e cujas origens remontam, na Itália, a dietas da antiguidade romana e, no Brasil, às incursões bandeirantes. Como objetivo geral, propomos compreender o ato de comer, e a composição das práticas deste ato derivadas, como formas de reprodução do espaço social. Uma vez explícitas as conexões multiescalares que conformam a cozinha doméstica e suas receitas, questionamos a compreensão comumente disseminada do ‘comer geográfico’ como relativo a contextualizações locais. A metodologia a ser empregada contempla revisão bibliográfica e levantamento de dados primários e secundários, com

ênfase sobre a pesquisa etnográfica em localidades selecionadas.

PALAVRAS-CHAVE: Alimentação e Cultura, Cozinha Geográfica, Farinha de Milho, Itália, Brasil.

ABSTRACT: In this article we address historical-geographical aspects of corn flour commensality in Brazil and Italy, seeking to highlight the geographicity underlying commensality traditions. In both countries, we observe inter-territorial confluences that shape specific food cultures around similar preparations based on corn flour and whose origins date back, in Italy, to ancient Roman diets and, in Brazil, to the bandeirante incursions. As a general objective, we propose to understand the act of eating, and the composition of practices derived from this act, as forms of reproduction of social space. Once the multi-scalar connections that shape domestic cuisine and its recipes are made explicit, we question the commonly disseminated understanding of ‘geographic eating’ as an allusion to local contextualizations. The methodology to be used includes a bibliographic review and collection of primary and secondary data, focusing on ethnographic research in selected locations.

KEYWORDS: Food and Culture, Geographic Cuisine, Corn Flour, Italy, Brazil.

INTRODUÇÃO

*Não me pertence a hierarquia tradicional do trigo
e de mim não se faz o pão alvo universal.
O Justo não me consagrou Pão de Vida, nem
lugar me foi dado nos altares.
Sou apenas o alimento forte e substancial dos que
trabalham a terra, onde não vinga o trigo nobre.
Sou de origem obscura e de ascendência pobre,
Sou o cocho abastecido donde ruma o gado.
Sou o canto festivo dos galos na glória do dia que
amanhece.
Sou a pobreza vegetal agradecida a Vós, Senhor,
que me fizestes necessário e humilde.
Sou o milho.*

Cora Coralina

Trecho do texto *Oração do Milho*

Poemas dos becos de Goiás e estórias mais, 2014

A relação entre alimentação e cultura evoca a um grande campo de enquadramentos teóricos e temáticos que, tomando como foco processos empíricos singulares, se dedicam a compreender vieses específicos que envolvem tal relação. Neste artigo, propomos aportar contribuições no âmbito dos debates que traçam relações entre a alimentação e a cultura destacando, em nosso escopo de análise, contornos de espacialidades que permeiam estas dimensões. A partir de um olhar sobre a trajetória do consumo da farinha de milho no Brasil e na Itália, propomos compreender o ato de comer, e a composição das demais práticas deste ato derivadas, como uma dimensão de expressão e de reprodução do espaço social.

Mais do que reafirmar a inegável amplitude de relações potenciais entre alimentação e cultura, considera-se aqui que alimentação é, em suma, sinônimo de cultura e, destarte, decorrente de espacialidades materiais e simbólicas, em especial no que toca às práticas culinárias e do comer.

Como lembra Bourdieu (1983), todo gosto, todo prazer é uma construção social e, acrescentaríamos, fruto de dinâmicas históricas e espaciais de específicos grupos sociais. Analisar a farinha de milho sob um enfoque como este que perpassa escalas de tempo e

espaço, nos lança aos olhos um caleidoscópio de combinações multiterritoriais de formas de produção da farinha de milho e de seus preparos culinários, com distintas formas culturais de apreciação revisitadas em passados históricos.

Observamos ainda aspectos envoltos a paradoxos, como a construção de interdições ao consumo surgindo em paralelo à formação de tradições de comensalidade de grupos sociais que cresceram alimentando o corpo e a alma com receitas à base de farinha de milho.

O comer e o não comer marcam pertencimentos e, neste sentido, as interdições do não comer nos conduzem a marcadores identitários ainda mais nítidos. Para o pesquisador italiano Massimo Montanari (2013), a rejeição a um alimento não exclui o seu significado comum coletivo. Ao contrário, o pressupõe com base em uma cultura socialmente compartilhada, da qual grupos buscam se distinguir. A negação à ingestão assume uma capacidade distintiva em face, justamente, da necessidade de afastamento dos valores sociais comuns evocados pelo alimento.

Nesta proposta de artigo nos reportamos às origens do uso culinário da farinha de milho no Brasil e na Itália com o objetivo de compreender o processo sócio-histórico de atribuição de significados distintos dados em torno de específicos preparos. Para isso, analisamos diferentes receitas em ambos os países, investigando a singularidade de suas práticas de consumo, fruto de confluências geo-históricas únicas. No caminho destas receitas buscaremos, em suma, compreender como a farinha de milho condensa em cada gosto ou contragosto seu inegável traço de conexão entre comida, espaço e cultura.

METODOLOGIA

A pesquisa da qual deriva este artigo encontra-se em fase de desenvolvimento como projeto de Pós-Doutoramento no Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal da Bahia, sob coordenação do professor Dr. Alcides Caldas. Lançamos mão de técnicas investigativas especialmente qualitativas, adequando-as a seus respectivos empregos de acordo com as diferentes etapas de levantamento e sistematização de dados, como revisão bibliográfica, pesquisa etnográfica e aplicação de entrevistas semiestruturadas a atores-chave no Brasil e na Itália.

REFERENCIAL TEÓRICO

Em um artigo intitulado *Cozinha Geográfica: a propósito da transformação de natureza em cultura* (2011), Paulo Cesar Da Costa Gomes e Leticia Parente Ribeiro apontam possíveis percursos de uma abordagem geográfica dedicada a aspectos sócio-históricos e antropológicos de hábitos de produção e de consumo de alimentos nos aportando que:

(...) como geógrafos, podemos dizer que a cozinha, o local onde se opera essa transformação, é um dos altos lugares onde se elabora essa mutação do natural em cultural. A forma de organização e os usos espaciais - classificação, trajetórias, percursos, dimensões, localização relativa - das cozinhas compõem, por isso, um objeto de estudo fundamental, ainda que muito pouco abordado pela geografia (GOMES e RIBEIRO, 2011, p. 72).

Inspirados no estruturalismo de Lévi-Strauss, Gomes e Ribeiro (2011) admitem o *modus operandi* da culinária como o mais basilar processo de transformação da natureza em cultura pelas sociedades humanas, tal como anunciado no mito grego de Prometeu, o titã que presenteou a humanidade com o domínio do fogo e, com ele, com a promessa de domínio - ou ao menos da transformação - da natureza, a se iniciar pela da técnica pela cocção.

Debruçando-se sobre a cozinha enquanto um espaço social de transformação da natureza em cultura, os autores abordam a complexidade das relações sociais estabelecidas nas cozinhas dos grandes restaurantes, suas hierarquias de comando e ritos comportamentais, e o relevo cultural dos *chefs* de cozinha no mundo de hoje. Sobreponos, a esta percepção, a própria geograficidade das demais dimensões inerentes a toda prática culinária. Para além do espaço circunscrito ao preparo dos alimentos, à jusante, os processos sócio geográficos de criação e produção dos ingredientes e, à montante, os espaços e contextos nos quais os alimentos são consumidos.

Todo lugar é um entrelaçamento de lugares, expõe a geógrafa Doreen Massey (2008). E nesta compreensão da cozinha como um espaço de confluências socioespaciais – cujas relações não se restringem, portanto, a própria cozinha - nos deparamos com dinâmicas que escapam a compreensões do senso comum que tendem a observar manifestações culinárias pela perspectiva de determinações essencialmente territoriais. Montarini (2013) é provocativo ao contestar a existência de uma possível justificativa histórica para as atualmente chamadas “cozinhas de território”, uma vez tratando-se este de um conceito recente, surgido como uma ideia de contestação à massificação dos gostos dado pela indústria alimentícia contemporânea e não como expressão genuína de singularidades históricas locais. No capítulo intitulado *Da geografia do gosto ao gosto da geografia*, afirma Montarini (2013):

Entre as várias formas de identidade sugeridas e comunicadas pelos hábitos alimentares, uma que hoje nos parece óbvia é a do território: ‘o comer geográfico’, conhecer ou exprimir uma cultura de território por meio de uma cozinha, dos produtos, das receitas, nos parece absolutamente ‘natural’. Mas esse lugar-comum consolidado, segundo o qual a ‘cozinha de território’ seria uma realidade antiquíssima, nativa, atávica, é um equívoco sobre o qual é oportuno refletir atentamente (MONTARINI, 2013, p. 135).

Há, de fato, esta tendência de correlação cozinha-território em leituras que concebem a prática de cozinha como uma equivalência indissociável à oferta de produtos alimentícios provenientes de recursos locais. Em realidade, versar sobre cozinha é ter em pauta pratos

e não apenas de ingredientes e, mais, na cozinha pré-moderna, na elaboração dos pratos pretendia-se justamente ultrapassar o território, reunir em um banquete sincretista uma troca interterritorial de sabores, fazendo da mesa “*um lugar potencialmente universal: de acordo com as possibilidades de cada um – da mesa do imperador, descendo aos poucos a escala social*” (MONTARINI, 2013, p. 137).

A história da farinha de milho nas culturas alimentares brasileira e italiana é uma destas histórias interterritoriais confluentes ao que defende Montarini (2013): identidades culturais e gastronômicas se modificam e se redefinem a todo tempo, determinadas não pelas origens, mas pelo contato com culturas diversas (MONTARINI, 2013, p. 184). Como ilustra o sociólogo e professor da USP Carlos Alberto Dória em recente livro intitulado: *O milho na alimentação brasileira* (2021), ainda que o milho fosse, desde muito, o alimento por excelência dos povos indígenas originários da América – no Brasil, em especial entre os povos da etnia guarani - o uso amplificado do milho processado na forma de farinha só pode ser explicado, em nosso país, pela análise da dinâmica colonialista das incursões bandeirantes. Não apenas o uso da farinha de milho no Brasil está diretamente vinculado à história do expansionismo territorial português, como, reciprocamente, nas palavras de Dória (2021), “*Sem o milho, aliás, não se entende a dinâmica do próprio colonialismo*” (DÓRIA, 2021, p. 20). Sobreposto ao território guarani, à partir da Capitania de São Vicente, expande-se a “Paulistânia” e, sertão a dentro, a constituição de uma culinária caipira inconcebível sem a farinha de milho.

Dirigindo nosso olhar para o outro lado do Atlântico, na Itália, data no século XVI a chegada deste ingrediente no continente europeu, mas, cujo uso progressivamente amplificado só foi possível graças não especialmente às propriedades gustativas do milho, tido, naquele momento histórico como alimento exótico e de qualidades dignas de desconfiança, mas à sua possibilidade de assimilação como farinha e em um formato de receita que remonta à base da dieta da antiguidade romana, a polenta, anteriormente preparada com farinha de espelta. Além dos romanos, o uso da polenta também pode ser contemplado entre povos itálicos pré-romanos e em outras culturas da bacia mediterrânea, em especial, frequentemente consumida na Grécia antiga.

Ainda que nas Américas, durante milênios, o milho tenha sido o principal alimento de inúmeras populações indígenas, com diversos preparos e hábitos gastronômicos, não havia, aqui, jamais sido empregado em forma de polenta, como o foi no seu uso amplificado na Europa (MONTARINI, 2013). A polenta foi e é o principal modo de consumo do milho na Itália, e isso se explica por um mecanismo de reinterpretação culinária comum em tempos de carestia chamado substituição, pelo qual “*No afastamento forçado das práticas costumeiras, deve-se permanecer o mais próximo possível da própria cultura, da ‘linguagem que se conhece’*” (MONTARINI, 2013, p.171). A ‘linguagem’ de que fala Montarini, é a forma de apresentação do prato, nesse caso, a milenar polenta prato-base da culinária camponesa romana. A aceitação de produtos exóticos depende, historicamente, desta sua possibilidade de sujeição à preparos tradicionais. Sobre a substituição, esclarece Montanari (2013):

Nessas histórias [de carestia], o que me parece particularmente notável é a permanência de contínuas e diretas referências às práticas alimentares correntes (...) Mas tal trajetória é instrutiva justamente porque manifesta a capacidade dos sistemas alimentares de mudar e ao mesmo tempo de reafirmar a própria identidade, regenerar-se com aportes externos, incorporar o desconhecido, assimilando-o - um mecanismo bem conhecido, no plano psicológico, além de cultural. O 'truque' consistiu em tratar – ou, como veremos logo, na crença de poder tratar – os produtos novos como procedimentos e preparações tradicionais (MONTARINI, 2013, p. 174; p. 176).

O fenômeno da substituição nas estruturas alimentares foi muito latente, na Europa do século XVI, com a chegada dos produtos americanos, mas podemos assinalar um processo de substituição também importante e mais antigo que remonta a Era Vulgar italiana do século X, dado pela introdução de espécies que ainda não haviam sido cultivadas, o centeio e a aveia, até o momento conhecidos como plantas silvestres, momento no qual registra-se um forte declínio do uso do trigo.

Na maior parte das vezes, como a exemplo do que aconteceu com tantos outros produtos americanos introduzidos na Europa, a substituição é lenta. A polenta da idade Média era preparada com cereais como o milhete, o painço, o sorgo ou com a espelta (MONTARINI, 2013, p. 178). Mesmo os camponeses em constantes situações de contingência alimentar demoraram a incorporar o uso da farinha de milho em suas mesas, e a lenta - porém bem-sucedida e contínua - aceitação ao longo das gerações a incorpora de forma estável no sistema. O processo de substituição pode chegar a ser profundamente estruturante e envolver, até mesmo, alterações de terminologias de dialetos e línguas. No norte da Itália o milho invadiu e se mesclou a terminologia de outros cereais mais conhecidos e foi chamado de sorgo, ou melega no dialeto local.

E porque, como disse Plínio o Velho (23 a 79 d.C.) “*Pulte, non pane, vixisse longo tempore Romanos manifestum*”(Latim)/“*Di polta e non di pane vissero per lungo tempo i romani* (Italiano)”(De polenta e não de pão viveram por longo tempo os romanos) (SPANI & VAROTTO, 2020, p. 123), neste mecanismo clássico de transformação das culturas alimentares por meio da substituição e da incorporação (MONTANARI, 2013), *la farina de mais* assume um papel decisivo na conformação da tradição culinária italiana, tornando *la polenta di farina di mais* uma das referências-símbolo da identidade do país nos dias atuais.

No Brasil, história da farinha de milho e da culinária que dela se desdobra nos reporta a alguns paradoxos. O angu, produzido com uma farinha de milho mais fina, no Brasil chamada de fubá, é considerado um alimento importante em muitas mesas por seu sustento cotidiano para trabalhadores ou como prato especial/complementar em dias festivos em família, mas em outras mesas é consumido com o dessabor da materialização de uma vexatória imanência da pobreza e fome.

Persiste também comum encontrarmos, atualmente, em especial na região centro-sul brasileira, famílias de diferentes classes sociais que o preparam, mas por opção cultural decididamente não o consomem e o destinam exclusivamente a alimentação animal

declarando não ser o angu “comida de gente”. Porém, mesmo onde se declara: “*em casa não comemos angu*”, o prato simbolicamente persiste no imaginário das famílias envolto aos seus significados culturais herdados de um passado histórico que remonta às incursões bandeirantes e à necessidade de distinção das classes emergentes do Brasil colonial. Vale ressaltar que, embora situações como estas atreladas ao passado deem a impressão de serem estáticas em relação a outros fenômenos históricos, os fazeres do cotidiano da cozinha neste caso também evoluem, ainda que em um tempo mais lento: o tempo longo das estruturas (BRODEL, 1995-1996).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No Brasil e na Itália podemos observar, em suma, confluências interterritoriais ao lado de singularidades históricas que conformam culturas alimentares impossíveis de serem analisadas estritamente pelo viés dos meios bióticos locais, como lembra Porto-Gonçalves (2012):

Padrões alimentares estão relacionados a reprodução social desta condição material básica de nossa existência, a ingestão de alimentos, mas são construídos não apenas como uma necessidade nutricional biológica e sob o formato de determinações ecológicas. Condensados a necessidades culturais peculiares históricas e contemporâneas, os alimentos revelam-se como um veículo para determinadas relações sociais e afirmações identitárias (PORTO-GONÇALVES, 2012).

A comida como identidade está relacionada à sociabilidade e, como dissemos anteriormente, a significados diversos no tempo e no espaço. Os sentidos destas identidades nos lançam ao desafio da pesquisa social qualitativa dedicada ao concreto vivido, real e simbolicamente, no passado e no presente. Um desafio que se revela cada vez maior com gradativo e atual empobrecimento da memória culinária intergeracional, com o esvaziamento dos sentidos de códigos sociais de comensalidade e com a extinção de práticas de refeições cada vez mais reforçada pelas ideologias alimentares dos complexos industriais alimentícios. A produção em massa da grande indústria agrícola do milho o destina, em sua grande parte, à ração animal, enquanto o estilo de vida acelerado urbano inibe, nas casas de famílias jovens, a reprodução de receitas relativamente demoradas como a polenta e o angu. Na fala de um proprietário de uma tradicional e sobrevivente feclaria de produção de farinha de milho e de fubá do interior de São Paulo “*Os jovens não comem mais milho. Milho virou comida de velho*” (SILVA, 2021, p. 114).

A realidade brasileira torna cada mais vez mais nítida a forma como transformações sociais e econômicas em marcha no momento presente ensejam alterações significativas nos hábitos e práticas associados ao consumo de produtos derivados do milho na dieta popular. Porto-Gonçalves (2004) nos lembra sobre o papel do processo de modernização da agricultura na deterioração de práticas:

No Brasil, durante o mês de junho ocorrem festas religiosas geralmente associadas à colheita, sobretudo, de milho. A expansão do agronegócio pela região Centro-oeste do país, ocupando suas chapadas, tem feito dessa região a maior produtora de milho do Brasil. Entretanto, enquanto milhares de sertanejos no Nordeste brasileiro e em Minas Gerais festejam efusivamente São João e São Pedro, seja em Caruaru, Campina Grande, Sobral, Crato, Feira de Santana, Jequié, Montes Claros entre tantos arraiais onde se comem canjicas, bolos de milho, curaus, quindins, pamonhas, milhos cozidos que se misturam na alegria de tantas barraquinhas, de tantos empregos, namoros, danças e distribuição de renda implicados nessas festas. Ao que se sabe, nenhuma festa está associada às colheitas feitas com grandes máquinas e com tão poucos empregos (PORTO-GONÇALVES, 2004, p 46).

Ao investigar as genealogias de preparos com farinha de milho, no Brasil e na Itália, buscamos registrar esses percursos, antigos e atuais, de receitas à base de farinha de milho. Histórias que, quanto mais detalhadas em suas origens, mais se reforçam em memórias, sentidos e confluências do além-mar, no Brasil, em face das incursões bandeirantes e, posteriormente, da imigração italiana. Na Itália, a polenta remonta em sua origem a dietas da antiguidade romana e assume, mais recentemente, um signo de destaque na conformação da identidade nacional do país graças ao processo social e político de profusão do prestígio da culinária italiana ao redor do mundo. Em todas as práticas de preparo e consumo destes pratos, desde as interdições ao consumo às mencionadas tradições de comensalidade, constatamos combinações multiterritoriais de formas de produção da farinha e de seus preparos, ao contrário do senso de compreensão comumente disseminado do ‘comer geográfico’ circunscrito a contextualizações locais.

A presente pesquisa encontra-se em andamento e o aprofundamento e algumas questões ainda se colocam como um desafio para a compreensão de tais processos, como, por exemplo, aquelas que tocam a importância das festas da polenta brasileiras e italianas para perpetuação das receitas na esfera endógena da cozinha das famílias. Outras questões a serem investigadas dizem respeito à relação entre polenta e o angu e o comer fora no restaurante. Estaria o comer fora conferindo outras nuances de significado a esses pratos? E ainda, mais especificamente na Itália, cumpre identificar aspectos das temporalidades cotidianas e ritualísticas, da polenta predominando como receita do dia a dia ou dos finais de semana, assim como compreender o papel da diáspora da migração italiana em direção às Américas como parte determinante do processo de afirmação da polenta como prato da identidade nacional italiana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos constituímos diferentes à medida que o mundo também assume contornos singulares em nossa perspectiva, como na canção Trem das Cores, de Caetano Veloso *“As casas tão verde e rosa que vão passando ao me ver passar, os dois lados da janela (...)”*. Enquanto percebemos o mundo sob novos ângulos, também o mundo vai imprimindo contornos sobre nosso trabalho enquanto geógrafas e geógrafos. A Geografia da Alimentação tem contribuído com o desenvolvimento de temas de pesquisa necessários para a compreensão de dimensões específicas e contundentes das transformações socioespaciais recentes, nos campos e nas cidades. Como em recortes de enquadramentos, nos fixamos com atenção em nuances ainda pouco exploradas da realidade social.

Observando-se elementos de uma sociedade pelo ato de comer, desponta-se uma dinamicidade social em marcha no ritmo da vida cotidiana, individual e coletiva, com toda riqueza de significados que dela transborda e que vai além do visível. Nos cenários que perpassam as práticas do comer, reconhecemos os indivíduos como autores e fruto de seu tempo e espaço e conferindo significado a sua condição no mundo. A comida boa para pensar, como destaca Levis-Strauss, pode ser bem extraída pela abertura de uma janela da geografia dos gostos.

Desde a macro escala do Brasil e da Itália, à micro escala dos afetos da mesa, de uma ponta à outra, nos deparamos com altos e baixos na atribuição de gostos e sentidos sociais: esta é a sina da farinha de milho.

Neste sentido, a teoria da construção social dos gostos de Bourdieu (1983) nos ajuda com a compreensão de que as sociedades existem em um certo espaço-tempo e que por isso os gostos culinários em torno de uma mesma receita apresentam provisoriedade, dinamismo e especificidades. Não obstante, uma estrutura comum pode ser identificada na trajetória do consumo da farinha de milho: é uma história das minorias, diferente da historiografia das histórias universais que foram, de modo geral, particulares de certos ramos privilegiados.

Ao trilharmos entre latitudes e receitas, nos propomos atentos e atentas às práticas do comer, das mais simples às mais elaboradas. Os percursos por entre culturas culinárias tradicionais ou desconhecidas nos falam principalmente sobre comida de fato, não apenas sobre alimentação. O termo alimentação, nu e cru, ressalta na comida suas dimensões analíticas. Buscamos pensar a comida como esse ingrediente que se estuda, compreende, interpreta, mas que ao fim e ao cabo, quando disposto em prato, se transcendaliza novamente em comida, preparada e temperada, degustada ou rejeitada. Compartilhada numa bela mesa de domingo ou na pressa da correria da semana.

Tendo em vista a complexidade e dinamicidade da realidade social analisada, estudos dedicados ao tema Geografia da Alimentação nos compelem a uma interlocução com abordagens da ciência geográfica em sua intersecção com diferentes campos de

conhecimento. À medida em que se aprofundam análises dedicadas às espacialidades das práticas culinárias e do comer, a geografia também se enriquece com os desafios e os avanços teóricos possibilitados por tal diálogo.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. Gostos de classe e estilos de vida. In: ORTIZ, R. (org.) Pierre Bourdieu: sociologia. São Paulo: **Ática**, 1983.

BRODEL, Fernand. Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV-XVIII. São Paulo: **Martins Fontes**, 1995-1996, v. 1-3.

DÓRIA, Carlos Alberto (org.). O milho na alimentação brasileira. São Paulo: Ed. **Alameda**, 2021.

DÓRIA, Carlos Alberto e BASTOS, Marcelo Corrêa. A culinária caipira da Paulistânia: a história e as receitas de um modo antigo de comer. São Paulo: **Fósforo**, 2021.

GOMES, Paulo Cesar da Costa e RIBEIRO, Leticia Parente. Cozinha Geográfica: a propósito da transformação de natureza em cultura. **ESPAÇO E CULTURA**, UERJ, RJ, N.29, P.69 -81, JAN./JUN. DE 2011.

MASSEY, Doreen. Pelo espaço: uma nova política da espacialidade. Rio de Janeiro: **Bertrand do Brasil**, 2008.

MARTINS, Alanda Lopes Quotizzato. Ser em comum: para além e aquém da comunidade. Curitiba: **Appris**, 2021.

MONTANARI, Massimo. Comida como Cultura. São Paulo: **Editora Senac**, 2013. 2. Edição.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Geografia da riqueza, fome e meio ambiente: pequena contribuição crítica ao atual modelo agrário/agrícola de uso dos recursos naturais. **INTERthesis** (Florianópolis), v. 1, n.1, 2004

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A globalização da natureza e a natureza da globalização. Rio de Janeiro: **Editora Civilização Brasileira**, 2012.

SILVA, João Luiz Maximo. Trajetória histórica das técnicas de transformação do milho, 2021. In: Dória, Carlos Alberto (org.). **O milho na alimentação brasileira**. São Paulo: **Alameda**, 2021.

SPANI, Giovanni & VAROTTO, Elena. Malattie e medicina tra letteratura, storia e antropologia. **Publicação independente dos autores**, 26 maio de 2020.

A NOVA FRONTEIRA DIGITAL: GUERRA HÍBRIDA E O IMPACTO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA SOBERANIA DOS PAÍSES DA AMÉRICA DO SUL

Data de aceite: 01/04/2024

Alécia Vieira Caixeta

Mestranda no curso de Geografia da
Universidade Federal de Goiás (UFG)

ABSTRACT: The geopolitical of South America has evolved from a tapestry of influences ranging from indigenous civilizations to European colonizations, struggles for independence, and the influence of the United States during the Cold War. Tosta (1984) examines how writers of classical geopolitical theories such as Friedrich Ratzel, Alfred Mahan, and Halford Mackinder shaped the development of their nations from the perspective of political geography and geopolitics. In the twentieth century, this region of the American continent sought greater integration and autonomy but faced economic and political challenges, including interference from external powers. In the twenty-first century, territorial dynamics and power struggles in the international arena have become increasingly complex and diffuse, under the scrutiny of modern geopolitics. With the aid of tools provided by globalization, new ways of exerting influence and control over geographical space have emerged.

The emergence of what Santos (2006) calls the Technical-Scientific-Informational Environment provides tools that play a central role in the dynamics between territories and states. These new techniques, especially those related to information, such as the internet through social networks, among others, have realigned the course of politics and conflicts in the contemporary world. Thus, "The New Digital Frontier" is no longer just a metaphor for the technological revolution we are witnessing but symbolizes the unprecedented opportunities and challenges that arise on this horizon. It is in this context that political geography and geopolitics have been revitalized as the basis for understanding national, regional, and global spatial organization. According to Wanderley Messias da Costa, one of the fundamental roles of geographical science is to examine and interpret the ways in which state power is exercised in the management of territorial affairs and the territorial dimension of the sources and manifestations of power in general. However, in contemporary times, it is not easy to analyze the sources that emanate manifestations of power since in a multipolar and globalized world, these manifestations, even when not carried out by governments

or armed forces, may occur in a way that does not follow the pattern of conventional violence. Korybko (2018) points out that with the rise of nuclear weapons, the need for indirect means of destabilization, conflicts, wars, and actions between States has become urgent. This phenomenon of indirect, systematic, unconventional disturbance is closely related to the new dynamics of information, called hybrid warfare. According to Miguel Enrique Stédile, "hybrid warfare is a phenomenon that has grown globally and has specific implications for South America, reflecting the geopolitical, historical, and socioeconomic complexity of this region." Unlike traditional conflict approaches, hybrid warfare seeks to exploit the vulnerabilities of the adversary in various domains, be they physical, informational, cognitive, or economic. Thus, hybrid warfare represents an evolution in the nature of conflict, adapting and capitalizing on the contemporary digital scenario, becoming an essential strategic tool in the geopolitics of the twenty-first century. In turn, artificial intelligence (AI) has emerged as a revolutionary force on the global stage, redefining power and influence. Its ability to process information quickly, learn autonomously, and optimize tasks has transformed economies, potentiated innovations, and influenced geopolitics. In this context, the "New Digital Frontier" highlights the convergence of traditional geopolitics with modern hybrid warfare and artificial intelligence in South America. However, artificial intelligence brings promises of development but also risks of technological dependence and threats to sovereignty. Thus, South America finds itself at a crucial point, balancing the opportunities of digitization with the preservation of its autonomy and integrity on the global stage.

KEYWORDS: Hybrid Warfare. Artificial Intelligence. Sovereignty.

INTRODUÇÃO

A geopolítica da América do Sul evoluiu a partir de uma tapeçaria de influências de civilizações indígenas a colonizações europeias, lutas pela independência e influência dos Estados Unidos, durante a guerra fria. Tosta (1984) examina como escritores das teorias geopolíticas clássicas como Friedrich Retzel, Alfred Maham e Halford Mackinder moldaram o desenvolvimento de suas nações a partir da perspectiva da geografia política e da geopolítica.

No século XX, esta região do continente americano buscou maior integração e autonomia, mas enfrentou desafios econômicos e políticos, incluindo a interferência de potências externas. Já no século XXI, as dinâmicas territoriais e as disputas de poder no cenário internacional tornaram-se cada vez mais complexas e difusas, e sob o escrutínio da geopolítica moderna, com o auxílio das ferramentas fornecidas pela globalização, surgiram novas formas de exercer influência e controle sobre o espaço geográfico. A emergência do que Santos (2006) chama de Meio Técnico-Científico-Informacional fornece ferramentas que desempenham um papel central na dinâmica entre territórios e estados. São essas novas técnicas, sobretudo as relacionadas à informação, como a internet, que por meio das redes sociais, dentre outros, passaram a realinhar o curso da política e dos conflitos no mundo contemporâneo. Desse modo, "A Nova Fronteira Digital" não é mais, apenas uma metáfora para a revolução tecnológica que estamos testemunhando, mas simboliza as inéditas oportunidades e desafios que surgem neste horizonte.

É nesse contexto que a geografia política e a geopolítica têm sido revigoradas como base para a compreensão da organização espacial nacional, regional e mundial. Segundo Wanderley Messias da Costa um dos papéis fundamentais da ciência geográfica é examinar e interpretar os modos de exercício do poder estatal na gestão dos negócios territoriais e a própria dimensão territorial das fontes e das manifestações do poder em geral” (COSTA, 2016, p. 17). No entanto, na contemporaneidade, não é fácil analisar as fontes que emanam as manifestações de poder, pois em um mundo multipolar e globalizado, essas manifestações, mesmo quando não efetivadas por governos ou forças armadas, podem ocorrer de forma a não seguir o padrão de violência convencional. Korybko (2018) aponta que com a ascensão das armas nucleares tornou-se premente a necessidade de meios indiretos de desestabilização, conflitos, guerras e ações entre Estados.

Esse fenômeno de perturbação indireta, sistemática, não convencional está intimamente relacionado com a nova dinâmica da informação, chamada de guerra híbrida. Segundo Miguel Enrique Stédile “a guerra híbrida é um fenômeno que tem crescido globalmente e tem implicações específicas para a América do Sul, refletindo a complexidade geopolítica, histórica e socioeconômica desta região (STÉDILE, 2020, p. 81). Diferente das abordagens tradicionais de conflito, a guerra híbrida busca explorar as vulnerabilidades do adversário em diversos domínios sejam eles físicos, informativos, cognitivos e econômicos. De modo que, a guerra híbrida representa uma evolução na natureza do conflito, adaptando-se e capitalizando sobre o cenário digital contemporâneo, tornando-se uma ferramenta estratégica essencial na geopolítica do século XXI (KORYBKO, 2018).

Por sua vez, a inteligência artificial (IA) emergiu como uma força revolucionária no cenário global, redefinindo poder e influência. Sua capacidade de processar informações rapidamente, aprender de forma autônoma e otimizar tarefas transformou economias, potencializou inovações e influenciou a geopolítica. Nesse contexto, a “Nova Fronteira Digital” destaca a convergência da geopolítica tradicional com a moderna guerra híbrida e inteligência artificial na América do Sul. No entanto, a inteligência artificial traz promessas de desenvolvimento, mas também riscos de dependência tecnológica e ameaças à soberania. Assim, a América do Sul se encontra em um ponto crucial, equilibrando as oportunidades da digitalização com a preservação de sua autonomia e integridade no cenário global.

Geopolítica Digital na América do Sul

A Geopolítica Digital na América do Sul reflete a contínua interação entre as nações da região e as potências estrangeiras, agora adaptadas ao cenário digital contemporâneo. Traremos uma breve exposição histórica de como a influência histórica se traduziu para a era digital.

Tradicionalmente, desde os tempos coloniais até o século XX, a América do Sul experimentou uma série de intervenções e influências, principalmente de potências

européias e, mais tarde, dos Estados Unidos. Durante a Guerra Fria, por exemplo, a região se tornou um palco de confronto ideológico entre os EUA e a URSS, onde ambas as superpotências buscavam expandir sua esfera de influência (KUNDERA, 2013, p. 18). Com a ascensão da globalização e da era digital, a influência direta através de intervenções militares ou cooperações econômicas tradicionais começou a ser complementada (e, em alguns casos, substituída) por uma influência mais sutil através do domínio digital. A infraestrutura digital, plataformas de mídia social, e a cibersegurança tornaram-se áreas-chave de influência e, às vezes, de conflito.

Os EUA, através de empresas como Google, Facebook e Twitter, desempenham um papel significativo na paisagem digital da América do Sul. O software, o hardware e os serviços provenientes dos EUA moldam em grande parte a experiência digital na região. Diante disso, preocupações com a ciberespionagem e a cibersegurança são evidentes nas relações entre os EUA e alguns países da América do Sul (TOSTA, 2016). A China, segunda maior economia do mundo, por sua vez, expandiu significativamente nas últimas décadas, sua presença na América do Sul. Isso vai além do comércio e investimento em infraestrutura. Empresas chinesas como Huawei e Tencent estão se estabelecendo como players significativos no espaço digital da região. A influência digital da China é uma extensão de sua estratégia global *Belt and Road Initiative (BRI)*, onde a infraestrutura digital é tão crucial quanto à infraestrutura física.

E, a América do Sul, como muitas outras regiões do planeta, tem experimentado uma digitalização acelerada em várias esferas da sociedade, desde economias nacionais até interações sociais cotidianas, chamada “Nova Fronteira Digital”. No entanto, com essa crescente integração digital surgem vulnerabilidades que se tornam pontos focais nas relações geopolíticas da região.

Nesse contexto, a geopolítica digital apresenta riscos para a América do Sul, tendo em vista que sua história é marcada pela interação e influência de potências externas e sua dependência de tecnologias estrangeiras podem criar vulnerabilidades, desde questões de privacidade até ameaças à segurança nacional. Por outro lado, tal risco, pressiona a região do continente americano a desenvolver sua própria infraestrutura digital e soluções tecnológicas, equilibrando influências externas e assegurando sua soberania digital. Reconhecer, adaptar-se e navegar por essa nova geopolítica digital será crucial para o futuro autônomo e próspero da América do Sul.

Guerra Híbrida: A Batalha Silenciosa

A “Guerra Híbrida” é uma estratégia complexa que combina táticas militares, políticas, econômicas e, especialmente, informações para alcançar objetivos específicos. A guerra híbrida combina táticas convencionais e não convencionais, e nos últimos anos, o domínio digital tornou-se um campo de batalha crucial para a condução de operações de

influências (LEIRNER, 2020). Campanhas digitais de desinformação, interferência eleitoral e manipulação da opinião pública tornaram-se táticas recorrentes.

No contexto da América do Sul, a desinformação e a propaganda têm sido usadas como táticas de guerra híbrida para influenciar opiniões públicas, desestabilizar governos e moldar eventos políticos. No que tange a desinformação envolve a disseminação deliberada de informações falsas, imprecisas ou enganosas para confundir, manipular ou desacreditar. Isso pode envolver notícias falsas, boatos e teorias da conspiração. Já no que se refere a propaganda é usada para moldar percepções e influenciar comportamentos. Pode ser veiculada através de meios de comunicação tradicionais e digitais, como notícias tendenciosas, conteúdo manipulado e campanhas de influência.

Por sua vez, os objetivos dessa guerra híbrida na América do Sul, é clara, pois podem desestabilizar a política, minando a confiança pública nas instituições democráticas e criar tensões internas. Manipular informações antes e durante as eleições pode influenciar o resultado e a legitimidade do processo (MURRAY, 2020). Ademais, pode causar a divisão social da sociedade ao disseminar informações falsas sobre questões sensíveis, como identidade étnica, religião ou gênero, o que pode inflamar tensões sociais, bem como, moldar percepções regionais, através de campanhas de mídia, um país pode buscar influenciar a percepção que outras nações têm da região.

No Brasil, durante as eleições presidenciais de 2022, o *WhatsApp* tornou-se um veículo significativo para a disseminação de notícias falsas e desinformação. E, houve uma verdadeira revolução colorida que tem a ver com a utilização de cores para simbolizar o movimento, como a utilização de verde e amarelo, sendo a primeira etapa da guerra híbrida. Ou seja, o espaço digital tornou-se um campo de batalha para a guerra híbrida. A capacidade de disseminar informações rapidamente, juntamente com a dificuldade em rastrear e atribuir tais campanhas, torna a guerra digital uma “batalha silenciosa”, mas profundamente influente e potencialmente desestabilizadora.

A Ascensão da Inteligência Artificial

A América do Sul, assim como outras regiões globais, tem experimentado um rápido crescimento no campo da Inteligência Artificial (IA). Embora ainda possa estar atrás de gigantes tecnológicos como os Estados Unidos e a China, a região tem feito progressos significativos na adoção e aplicação de tecnologias de IA.

Nos últimos anos, tem aumentado consideravelmente os investimentos em startups tecnológicas na América do Sul. Startups focadas em IA têm ganhado destaque, especialmente no Brasil, México e Colômbia. Ademais, muitos países da América do Sul estão formando parcerias com nações tecnologicamente avançadas, empresas internacionais e universidades para desenvolver suas capacidades de IA. Universidades e instituições de ensino em toda a região têm incorporado programas de IA, formando a

próxima geração de cientistas e engenheiros de dados. Quanto à cibersegurança, com o aumento das ameaças cibernéticas, a IA é uma ferramenta crucial para detectar, prevenir e responder a ataques. E no meio ambiente, pode ser usada para monitorar mudanças climáticas, prever desastres naturais e otimizar a gestão de recursos naturais (NORVIG, STUART, 2004).

Dessa forma, à medida que a Inteligência Artificial (IA) se torna cada vez mais prevalente em quase todos os aspectos da vida moderna, países e regiões em todo o mundo enfrentam a dualidade de suas promessas e perigos. No entanto, é certo que a IA tem o potencial de transformar a economia, sociedade e geopolítica da América do Sul. Embora a região enfrente desafios em sua adoção, as oportunidades apresentadas pela IA são vastas e podem conduzir a América do Sul a um futuro mais próspero e seguro.

Implicações para a Soberania dos países da América do Sul

A soberania de um país é o direito e a capacidade de governar-se, sem interferência externa. A introdução da guerra híbrida e a rápida ascensão da inteligência artificial (IA) têm o potencial de afetar profundamente esse conceito tradicional de soberania, especialmente na América do Sul, que tem uma história complexa de intervenções externas e desafios internos e essas tecnologias e táticas podem redefinir o panorama geopolítico.

A América do Sul, com sua diversidade de nações e realidades políticas e econômicas, deve abordar as implicações da guerra híbrida e da IA com uma combinação de cautela e proatividade. É essencial fortalecer as instituições nacionais, promover a educação e a pesquisa em tecnologia e IA, e buscar colaborações regionais para enfrentar esses desafios e garantir a soberania e autodeterminação dos países da região no cenário global em evolução, pois, a intersecção da guerra híbrida e da inteligência artificial (IA) podem apresentar sérias implicações para a soberania dos países.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

À medida que o mundo avança rumo a uma era digital sem precedentes, a América do Sul se encontra em uma encruzilhada. O ritmo acelerado das transformações tecnológicas não apenas redefine economias e sociedades, mas também o tecido das relações internacionais e a dinâmica do poder global. Por isso, os países desta região sul-americana precisam abraçar a revolução digital como uma ferramenta para superar desigualdades históricas, impulsionar o desenvolvimento sustentável e fortalecer a democracia.

Contudo, em um mundo cada vez mais digital, a região se depara com desafios singulares e oportunidades sem precedentes. A resposta a esses desafios reside fundamentalmente em dois pilares: cooperação regional e investimento em tecnologia e educação. A cooperação regional, consolidada através de iniciativas conjuntas e alianças estratégicas, têm o potencial de transformar a América do Sul em um bloco unificado e

resiliente no ciberespaço. Por outro lado, o investimento em tecnologia e educação é a pedra angular para a construção de uma resiliência digital intrínseca. Apenas através da educação, os cidadãos estarão equipados com as habilidades necessárias para navegar em um mundo digital, tornando-se participantes ativos e críticos da sociedade da informação. O investimento em pesquisa e desenvolvimento tecnológico, por sua vez, assegura que a região não seja apenas uma consumidora passiva de tecnologias estrangeiras, mas uma inovadora ativa, moldando seu próprio destino digital.

Simultaneamente, é essencial que a região adote uma postura crítica e cautelosa, pois, a dependência tecnológica de potências externas pode comprometer a soberania e autonomia nacionais. Portanto, investir em pesquisa e desenvolvimento de IA local, além de fortalecer os laços regionais em tecnologia e inovação, pode ser um caminho estratégico. Ademais, deve abordar questões éticas e de privacidade que emergem em um mundo digital. Garantir que os direitos dos cidadãos sejam protegidos, promovendo ao mesmo tempo a inovação e a livre expressão, é um equilíbrio delicado a ser alcançado. Outrossim, em uma era de desinformação e guerra híbrida, a promoção da literacia digital torna-se vital. Cidadãos informados e críticos são a primeira linha de defesa contra tentativas de influenciar indevidamente a opinião pública e desestabilizar democracias. Desse modo, ao olhar para o futuro, a América do Sul tem a chance não apenas de participar do mundo digital, mas de moldá-lo, contribuindo com uma perspectiva única e rica, enraizada em sua diversidade cultural, histórica e social.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, Alexandre Henrique Batista. **A desinformação como ferramenta da guerra híbrida**. Tese (Doutorado em Política e Estratégia Marítimas) – Escola de Guerra Naval. Rio de Janeiro, p. 110. 2020. Disponível em: <https://www.repositorio.mar.mil.br/handle/ripcmb/845197>. Acesso em: 18 aug. 23.
- COSTA, Wanderley Messias da. **Geografia Política e Geopolítica: discursos Sobre o Território e o Poder**. EdUsp, 2. ed. São Paulo, Padrão, 2008.
- KORYBKO, ANDREW. **Guerras híbridas: das revoluções coloridas aos golpes**. 2018. São Paulo, Editora Expressão Popular.
- LEIRNER, de Piero. **O Brasil no espectro de uma guerra híbrida: militares, operações psicológicas e política em uma perspectiva etnográfica**. 2. Ed. 2020. Alameda Editorial. São Paulo, 329 p.
- MARTIN, André. **Fronteiras e Nações**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1994.
- MURRAY, Williamson. **Guerra Híbrida**. Biblioteca do Exército, São Paulo, 2020.
- NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. **Teorias das Relações Internacionais: correntes e debates**. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de; PONTUSCHKA, Nídia Nacib. **Geografia em perspectiva**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2002.

RICHARD, Yann Richard. Integração regional, regionalização, regionalismo: as palavras e as coisas. Tradução: Camilo Pereira Carneiro Filho. **Confins, Revue franco-brésilienne de géographie/Revista franco-brasileira de geografia**, n. 20. 2014. Disponível em: <http://confins.revues.org/8939>. Acesso em: 5 jul. 2023.

RUSSEL, Stuart J.; NORVIG, Peter. **Inteligência artificial**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 30. ed. São Paulo: Record, 2000.

STÉDILE, Miguel Enrique; PENIDO, Ana. **Ninguém regula a América: guerras híbridas e intervenções estadunidenses na América Latina**. Fundação Rosa Luxemburgo: Expressão Popular, São Paulo. 2021. 166 p.

TOSTA, Octávio. **Teorias geopolíticas**. Rio de Janeiro, RJ: Biblioteca do Exército, 1984 VESENTINI, José William. **Novas Geopolíticas**. 5. Ed. São Paulo/SP: Editora Contexto, 2016.

ADILSON TADEU BASQUEROTE: Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina, com estágio de Doutorado Sanduíche no Instituto de Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa (IGOT/UL). Mestre em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Especialista em Práticas pedagógicas interdisciplinares: Educação Infantil, Séries Iniciais do Ensino Fundamental e Médio (UNIFACVEST). Graduado em Pedagogia pelo Centro Universitário Internacional (UNINTER) e em Estudos Sociais- Geografia pela Universidade de Santa Cruz do Sul. Professor no Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí (UNIDAVI). Compõe o corpo editorial, científico e de pareceristas de editoras e revistas científicas na área de Ensino e de Educação Geográfica. Possui experiência na Educação Geográfica e Ambiental, dedicando-se em especial ao uso das TIC no Ensino e na aprendizagem, Ensino e Aprendizagem, Recursos didáticos. Paralelamente, pesquisa os seguintes temas: Agroecologia, Agricultura Familiar, Gênero em contextos rurais, Associações agrícolas familiares e Segurança alimentar.

<http://orcid.org/0000-0002-6328-1714>

<http://lattes.cnpq.br/8318350738705473>

A

Agentes 14, 48, 49, 50, 56, 57, 65, 67, 68, 69, 70, 73, 74, 75, 82

Agricultura familiar 102, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 135

Alimentação 38, 98, 109, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 121, 122, 125, 126

Aluno 36, 39, 41

Aprendizagem 23, 49, 50, 59, 135

B

Belo Horizonte 60, 61, 62, 64, 65, 66, 67, 68, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83

C

Capitalista 47, 69, 70, 72, 75, 76, 81, 82

Cidade 25, 28, 29, 35, 40, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 74, 75, 76, 78, 79, 80, 81, 82, 83

Comer 117, 118, 119, 120, 124, 125, 126

Conhecimento 18, 19, 22, 23, 24, 30, 46, 49, 50, 51, 52, 53, 59, 62, 64, 89, 95, 98, 126

Crianças 112, 115

Culinária 120, 121, 122, 123, 124, 126

Cultura 1, 14, 15, 37, 42, 43, 49, 50, 64, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 94, 117, 118, 119, 120, 121, 126

D

Desenvolvimento 17, 18, 23, 28, 31, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 56, 58, 59, 60, 61, 63, 64, 68, 70, 81, 86, 95, 98, 109, 111, 112, 116, 119, 125, 128, 129, 132, 133, 135

Digital 15, 16, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133

E

Educação 18, 19, 20, 21, 22, 23, 25, 26, 29, 30, 31, 32, 33, 40, 51, 52, 53, 54, 111, 112, 114, 115, 132, 133, 135

Ensino 21, 23, 24, 27, 31, 36, 38, 39, 41, 42, 43, 50, 51, 56, 58, 59, 112, 114, 115, 131, 135

Escolar 11, 23, 36, 38, 43, 111, 112, 113, 114, 115, 116

Espaço 20, 22, 24, 26, 27, 28, 29, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 46, 48, 49, 60, 62, 63, 64, 65, 67, 68, 69, 70, 74, 76, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 90, 94, 109, 116, 117, 118, 119, 120, 123, 125, 126, 128, 130, 131

Estado 2, 3, 8, 10, 17, 18, 19, 24, 25, 26, 27, 28, 30, 32, 33, 37, 45, 46, 47, 49,

50, 51, 52, 53, 56, 57, 59, 60, 61, 65, 67, 68, 70, 71, 72, 73, 76, 78, 81, 82, 83, 89, 95, 103, 112, 135

Estudo 17, 18, 32, 45, 46, 49, 69, 96, 97, 98, 103, 106, 108, 109, 120

F

Fonte 21, 25, 26, 47, 54, 55, 56, 57, 58, 67, 72, 77, 78, 80, 100, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 114

Formação 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 37, 50, 51, 52, 59, 69, 74, 83, 84, 86, 94, 97, 109, 110, 119

Fronteira 96, 127, 128, 129, 130

G

Gastos 97, 99, 100, 101, 103, 107, 108, 109

Geografia 17, 18, 19, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 61, 62, 63, 64, 65, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 92, 93, 94, 96, 111, 116, 117, 119, 120, 125, 126, 127, 128, 129, 133, 134, 135

Geopolítica 93, 128, 129, 130, 132, 133

Guerra 70, 71, 73, 75, 76, 83, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133

H

Híbrida 127, 129, 130, 131, 132, 133

I

Imobiliária 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 64, 65, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 81, 82, 83, 133

Inovação 45, 46, 47, 54, 59, 61, 62, 64

Inteligência artificial 127, 129, 131, 132, 134

L

Leiteira 95, 96, 97, 98, 99, 109, 110

Licenciatura 17, 19, 20, 21, 22, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33

M

Marau 95, 96, 97, 102, 109, 110

Moradia 72, 73, 75, 76, 82, 83

N

Natureza 64, 86, 87, 88, 89, 93, 95, 119, 120, 126, 129

Negacionismo 84, 85, 91, 92

P

Pesquisa 19, 24, 25, 27, 32, 45, 47, 48, 50, 51, 52, 54, 56, 58, 59, 60, 61, 67, 68, 77, 79, 80, 81, 95, 97, 98, 99, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 117, 119, 123, 124, 125, 132, 133, 135

Professores 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 36, 38, 39, 40, 41, 42, 84

Programa 2, 72, 73, 76, 82, 111, 112, 113, 114, 115, 117, 119

R

Reestruturação 65, 66, 67, 68, 70, 73, 76, 77, 78, 81, 82

S

Sociais 19, 24, 26, 27, 28, 30, 34, 38, 40, 42, 46, 49, 53, 62, 65, 67, 68, 70, 71, 72, 74, 81, 82, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 92, 93, 98, 118, 119, 120, 122, 123, 125, 128, 130, 131, 135

Sociedade 20, 22, 23, 24, 25, 26, 29, 30, 38, 44, 46, 48, 50, 52, 53, 63, 64, 72, 81, 88, 89, 90, 92, 93, 94, 125, 130, 131, 132, 133

T

Territorialidades 34, 35, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 64, 116

Trabalho 27, 46, 49, 58, 65, 68, 69, 73, 75, 77, 84, 93, 111, 113, 125

U

Universidade 17, 19, 20, 22, 25, 26, 27, 28, 31, 32, 33, 36, 44, 45, 63, 64, 82, 83, 84, 110, 111, 115, 116, 117, 119, 127, 135

Urbana 65, 66, 68, 69, 70, 71, 73, 74, 76, 78, 81, 82, 83

GEOGRAFIA E SOCIEDADE:

compreendendo as
dinâmicas globais

3

- 🌐 www.atenaeditora.com.br
- ✉ contato@atenaeditora.com.br
- 📷 @atenaeditora
- 📘 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

GEOGRAFIA E SOCIEDADE:

compreendendo as
dinâmicas globais

3

- 🌐 www.atenaeditora.com.br
- ✉ contato@atenaeditora.com.br
- 📷 @atenaeditora
- 📘 www.facebook.com/atenaeditora.com.br